

**Casa de Oswaldo Cruz
Fundação Oswaldo Cruz
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

RODRIGO ARAGÃO DANTAS

**BARBEIROS-SANGRADORES: AS TRANSFORMAÇÕES
NO OFÍCIO DE SANGRAR NO RIO DE JANEIRO
(1844-1889)**

Rio de Janeiro

2013

RODRIGO ARAGÃO DANTAS

**BARBEIROS-SANGRADORES: AS TRANSFORMAÇÕES
NO OFÍCIO DE SANGRAR NO RIO DE JANEIRO
(1844-1889)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tânia Salgado Pimenta

Rio de Janeiro
2013

Ficha catalográfica

<p>D192 Dantas, Rodrigo Aragão Barbeiros-sangradores: as transformações no ofício de sangrar no Rio de Janeiro (1844-1889) / Rodrigo Aragão Dantas – Rio de Janeiro: [s.n.], 2013. 131 f .</p> <p>Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2013. Bibliografia: 110-115 f.</p> <p>1. História da medicina. 2. Medicina tradicional. 3. Cirurgiões Barbeiros. 4. Saúde Pública. 5. Prática médica. 6. Médicos. 6. História. 7. Brasil.</p> <p>CDD 610.98153</p>

RODRIGO ARAGÃO DANTAS

**BARBEIROS-SANGRADORES: AS TRANSFORMAÇÕES
NO OFÍCIO DE SANGRAR NO RIO DE JANEIRO
(1844-1889)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Tânia Salgado Pimenta– Orientadora
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/
Casa de Oswaldo Cruz)

Prof^a. Dr^a. Kaori Kodama
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/
Casa de Oswaldo Cruz)

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Suplente:

Prof^a.Dr^a. Maria Renilda Nery Barreto
(Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ))

Prof^a.Dr^a Maria Rachel de Gomensoro Fróes da Fonseca
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/
Casa de Oswaldo Cruz)

Rio de Janeiro
2012

À minha família:
Cristina, Alcione, Carlos, Maria Helena, Maria Lúcia e Pedro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família que me deu todo o apoio necessário durante os anos de mestrado. Meus pais Cristina e Alcione; meu padrasto Carlos; meu irmão Pedro; minha avó Maria Helena; minha Dinda Lúcia.

Às amizades eternas de Dereck e Marcelo, me acompanhando desde os tempos imemoriais de Rainha. Lembram-me, com suas profissões tão distintas, da existência de vida interessante fora da academia.

Ao longo do curso de mestrado fiz amizades que me ajudaram em todos os aspectos da vida e a elas quero agradecer. Em especial à Wesley pelas alegrias e tristezas compartilhadas nos carnavais em copa, à Maria Gabriela por dividir comigo a sensação de morar no Merck, à Priscila que desde os tempos de IFCS me incentiva (ou não) a prosseguir na vida acadêmica e a toda turma do Mestrado/doutorado, onde ganhei amigos para a vida toda.

As contribuições de Kaori Kodama e Flávio Gomes que me ajudaram no desenvolvimento da pesquisa, assim como as preciosas observações no exame de qualificação, que enriqueceram e acrescentaram em muito a qualidade do trabalho.

Agradeço de forma especial a minha orientadora Tânia Pimenta, que me instruiu no caminho da pesquisa, desde os anos iniciais da IC, passando por essa dissertação de mestrado e continuando na Tese. Tânia, que além de guia, me ensinou a trabalhar com o que mais gosto e se tornou uma grande amiga.

O suporte que tive através dos professores, técnicos e funcionários do PPGHCS/COC, permitiram o desenvolvimento pleno desse trabalho, à eles meu agradecimento.

Por ultimo o apoio financeiro dado pela CAPES, que me proporcionou dedicar-me exclusivamente a esse projeto.

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo 1- A Arte de Sangrar e o Ofício do Sangrador.....	16
1.1 Historiografia.....	16
1.2 O Ofício de Sangrador dentro dos Ofícios de Cura.....	21
1.3 Organização em torno do Ofício de Sangrador.....	26
1.4 Curandeiros populares e a institucionalização da medicina.....	38
Capítulo 2 - Mapeando Sangradores e Médicos.....	45
2.1 O Almanaque Laemmert.....	45
2.2 Barbeiros-Sangradores e Médicos em números.....	49
2.3 Barbeiros-Sangradores e Médicos em mapas.....	56
Capítulo 3 - Barbeiros-sangradores e suas trajetórias.....	74
3.1 Barbeiros-sangradores: Características gerais.....	76
3.2 Barbeiros Portugueses.....	82
3.3 Charles Schmidt, o Barbeiro Francês.....	97
3.4 Barbeiros Brasileiros.....	99
3.5 Barbeiros Africanos.....	102
3.6 Barbeiros de Origem Desconhecida.....	104
4 Considerações Finais.....	107
5 Bibliografia.....	109
6 Anexo.....	114

Lista de Ilustrações

Fig. 1.....	27
Fig. 2.....	28
Fig. 3.....	29
Fig. 4.....	31

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar o exercício das atividades de sangrador e de médico no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, que representam, respectivamente, práticas de cura populares e medicina acadêmica.

Através dos nomes e endereços desses terapeutas estamos identificando os espaços de atuação desses agentes na cidade. Elaboramos mapas, nos quais as lojas de barbeiro-sangrador e os consultórios de médicos que anunciaram no Almanaque Laemmert durante o período analisado são localizados geograficamente. Pretendemos, a partir do cruzamento de dados, enxergar melhor as possíveis redes construídas entre médicos, entre sangradores e entre estes dois, atentando para suas integrações e conflitos.

O universo investigado abrange mais de dois mil e quatrocentos anúncios de sangradores e cerca de nove mil anúncios de médicos entre 1844 e 1889. Além da localização, é possível identificar os anunciantes que se repetem ao longo do tempo, aqueles que mudam de endereço e outros que se estabelecem em mais de um local. Ademais, o cruzamento com dados de inventários post-mortem, que indicam objetos e livros relacionados à prática terapêutica, permite compreender melhor as mudanças na atuação desses terapeutas durante o contexto de desqualificação e desautorização das artes de cura populares, crise da escravidão e mudanças nas concepções acadêmicas sobre as doenças.

ABSTRACT

This paper analyzes the performance of activities bleeder and doctor in Rio de Janeiro in the second half of the nineteenth century, which respectively represent popular healing practices and academic medicine.

Through the names and addresses of these therapists are identifying the areas of activity of these agents in the city. We elaborate maps on which the barber shops and offices of doctors who announced in Almanac Laemmert during the period analyzed are located geographically. We plan, from crossing data, see the best possible networks built between doctors, bleeders among and between these two, noting their integrations and conflicts.

The universe investigated spans more than two thousand four bleeders ads and ads about nine thousand physicians between 1844 and 1889. Besides location can be identified advertisers that are repeated over time, those who change their address and other settling in more than one location. Moreover, the crossing with data postmortem inventories, indicating objects and books related to therapeutic practice, allows to better understand the changes in the performance of these therapists during the context of disqualification and disempowerment of healing arts popular, slavery crisis and changes in academic conceptions about the disease.

Introdução

A trajetória deste trabalho foi iniciada anos atrás a partir de uma bolsa de iniciação científica disponibilizada pela Casa de Oswaldo Cruz (COC). Na época, ainda estudante de graduação do IFCS/ UFRJ, fui apresentado ao tema das Artes de Cura, através da professora orientadora Tânia Salgado Pimenta. A primeira proposta de trabalho pertencente ao projeto intitulado “Estado, filantropia e caridade: assistência à saúde (séculos XIX e XX)” era mapear as áreas de atuação dos diversos agentes de cura que anunciavam no Almanaque Laemmert. Neste documento identificamos médicos, boticários, cirurgiões, dentistas, parteiras, curandeiros e barbeiros-sangradores em um período que envolvia toda a segunda metade do século XIX. A partir desta proposta de pesquisa, me interessei pelas práticas de cura populares, particularmente a trajetória dos barbeiros-sangradores.

Com a leitura mais apurada sobre a temática, trouxe para o trabalho monográfico de conclusão de curso, o tema dos barbeiros-sangradores. A partir do material colhido na pesquisa e algumas conclusões preliminares, consegui estudar como havia sido a atuação destes agentes de cura na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.

Após a conclusão do curso de graduação, tive a oportunidade de expandir o trabalho e levar o projeto de pesquisa inicialmente intitulado: “Sangradores, Curandeiros e Médicos: Disputas e Conexões na Arte de Curar no Rio de Janeiro (1808-1889)” para a seleção de mestrado da COC. A proposta inicial desta pesquisa seria entender a trajetória dos sangradores e curandeiros ao longo do século XIX e suas relações com os médicos acadêmicos. Sendo assim priorizaríamos o contato que os barbeiros-sangradores e curandeiros tinham com os médicos através das documentações cartoriais, como: testamentos, inventários, registros de casamentos, processos crimes, certidões de batismo e óbito. Ao iniciar a pesquisa destas fontes com os médicos, encontramos um universo amplo que nos obrigaria a enveredar a pesquisa por outros caminhos, que não pretendíamos trilhar neste momento. Tendo em vista esta constatação, restringimos o nosso objeto de pesquisa às modificações que a categoria de ofício “barbeiros-sangradores” sofreu ao longo da segunda metade do século XIX no

Rio de Janeiro. Embora não focando minuciosamente no cotidiano dos médicos, sempre estávamos atentos às suas relações, principalmente espaciais, com os barbeiros-sangradores. Mantivemos a preocupação em destrinchar o cotidiano dos barbeiros, mas tentamos analisar suas relações com a medicina acadêmica através do foco da atividade da sangria. Sendo assim, o próprio título do trabalho se modificou: “Barbeiros-Sangradores: As transformações no ofício de sangrar no Rio de Janeiro (1844-1889)”.

Dito isto, algumas hipóteses levantadas durante o trabalho monográfico foram testadas, assim como outros questionamentos formulados ao longo do curso, nas apresentações em congressos e nos encontros de orientação. Dentre todos os questionamentos que surgiram quase que naturalmente dentro da pesquisa, pudemos destacar um que a permeou desde os primeiros trabalhos apresentados na iniciação científica e que tento desenvolver melhor nesta dissertação: como o ofício de barbeiro sofreu expressivas modificações ao longo do período estudado. Mudanças que perpassaram desde a natureza da prática destes agentes até a camada social que dominava esse ofício na cidade. Para desenvolver tais hipóteses, a análise sobre a relação que os barbeiros tiveram com os médicos acadêmicos foi essencial, o que não nos permitiu excluir do trabalho o estudo destes médicos, que não se deu de forma detalhada, mas focando as relações existentes entre estes dois ofícios.

Os barbeiros-sangradores eram uma categoria de ofício que majoritariamente no Rio de Janeiro do século XIX fazia a prática terapêutica da sangria. (PIMENTA, 1998) A sangria foi um recurso terapêutico amplamente usado pelas mais diversas práticas de cura, inclusive reconhecida pela medicina acadêmica da época. A prática constituía basicamente em fazer incisões no corpo do doente e deixar sangrar. Baseada nos princípios do paradigma da medicina hipocrático-galênico, segundo o qual a doença era causada por uma desarmonia entre os humores do corpo (DANTAS ; PIMENTA, 2011), ao deixar o excesso do sangue sair, o curador faria o corpo do doente voltar a um estado inicial de harmonia trazendo de volta a sanidade ao enfermo.

Por se constituir como uma prática mecânica e que tinha contato direto com o corpo, embora reconhecida pela medicina acadêmica, era da alçada de ofícios menos prestigiosos dentro da hierarquia das práticas de cura. Os principais agentes eram os barbeiros, por ser a maioria composta por escravos e forros (PIMENTA, 1998) e já terem experiência no manuseio de objetos cortantes se constituíam como o ofício mais indicado para a prática da sangria. Esta associação entre a sangria e os barbeiros estava

presente em classificações da época que podem ser observadas nos relatos de viajantes como Debret e Ewbank¹ e o próprio anúncio do Almanaque Laemmert, fonte base para a pesquisa, onde se encontrava associado os nomes de barbeiros junto com o de sangradores ao longo de todos os anos do período estudado (1844-1889)

Para esta pesquisa dividimos a dissertação em três capítulos. Através desta divisão conseguimos cercar o estudo das transformações que o ofício de barbeiro sofreu ao longo do século XIX com duas perspectivas principais. A primeira, a atuação espacial deste ofício na cidade e a segunda, a trajetória individual de alguns destes barbeiros.

O primeiro capítulo teve como objetivo expor as características do ofício de sangrador dentro do universo da cura apresentando a sangria como uma prática aceita e exercitada nas mais variadas correntes “médicas”. A partir da apresentação da sangria, procuramos entender porque os barbeiros foram o ofício mais indicado para fazer tal procedimento e a qual estrutura social os mesmos pertenciam. Aliado a estas preocupações, pretendemos mostrar como o processo da institucionalização da medicina, ocorrido ao longo do século XIX, influenciou na prática dos barbeiros. Para tais objetivos recorreremos a historiografia já escrita sobre o tema.

No segundo capítulo apresentamos e problematizamos nossa principal fonte, o Almanaque Laemmert. A partir das informações de nomes e endereços presentes nos anúncios de barbeiros e médicos, montamos mapas temáticos com a localização espacial desses dois ofícios que representavam respectivamente a cura popular e a medicina oficial. Com estes mapas procuramos identificar espacialmente na cidade do Rio de Janeiro as relações existentes entre os dois ofícios, assim como suas disputas pelo espaço de atuação na cidade. Juntamente com os mapas, nos preocupamos em apresentar dados quantitativos referentes aos anúncios apresentados no Almanaque. Dados que poderiam demonstrar um aumento ou diminuição da incidência das duas atividades na urbe carioca ao longo dos anos, assim como outras relações de quantificação que extraímos no decorrer da pesquisa.

No terceiro capítulo entraremos mais especificamente no cotidiano dos barbeiros-sangradores. Através de um estudo detalhado da documentação cartorial,

¹Na obra de Debret, observamos pelo menos uma aquarela com a associação da figura do sangrador a do barbeiro (DEBRET, 1949, p 149). Já Pimenta (2009) nos relata que Ewbank, que esteve no Brasil entre 1845-46, escreve que os sangradores além de sangrarem eram barbeiros e cortavam cabelos

identificamos redes de solidariedade e traçamos trajetórias individuais. Também nos preocupamos com a comparação dos dados quantitativos apresentados no segundo capítulo com os de ordem mais qualitativa desenvolvidos neste, tendo sempre a perspectiva comparativa com a presença dos médicos na cidade. A partir deste estudo, pudemos traçar um perfil das modificações das atividades desses agentes de cura, assim como a própria mudança do perfil dos mesmos, que ocorreram na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX.

Esta pesquisa teve como fonte base o Almanaque Laemmert, periódico anual de ampla circulação na cidade do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX. Através das informações dos anúncios de barbeiros e médicos, pudemos, especificamente no segundo capítulo, elaborar mapas que continham a localização específica de cada anunciante na cidade. Com estes dados fizemos um estudo comparativo espacial destes sujeitos e suas relações. Também a partir destas informações foi possível fazer uma análise quantitativa da incidência de cada atividade ao longo dos anos. Já mais especificamente no terceiro capítulo, através dos nomes de barbeiros fornecidos no Almanaque, foi possível traçar algumas trajetórias, recorrendo à documentação presente no Arquivo Nacional (inventários, testamentos, processos crimes e ações de dívidas) e na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (habilitações para casamento, registros de óbito e batismo). Cruzando estes dados chegamos mais próximo ao cotidiano destes agentes de cura: seu ofício, condição social, nacionalidade, condição civil e redes de apoio familiar.

Com este estudo, espera-se construir um perfil mais detalhado possível do ofício de sangrar ligado aos barbeiros no Rio de Janeiro do século XIX, suas modificações, continuidades e disputas, sempre tendo em mente a relação da cura popular com a medicina acadêmica.

Capítulo 1

A Arte de Sangrar e o Ofício do Sangrador

1.1 Historiografia

Os estudos pioneiros sobre a história da medicina no Brasil começaram a ser produzidos no início do século XX (EDLER, 1998), principalmente por médicos que traziam em sua origem uma concepção evolucionista da medicina e exaltação dos feitos da corporação médica. É nesse período que se insere o trabalho de Santos Filho (1976) estudo pioneiro, de teor factual que serviu de referência para a história da medicina a partir da década de 1970. Embora com um caráter quase memorialista, este trabalho serviu de referência por apresentar uma grande quantidade de dados e fontes para as pesquisas históricas posteriores. As interpretações sobre a cura e a medicina se modificaram a partir dos trabalhos de Foucault, que influenciaram Roberto Machado e co-autores no seu livro: “Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil” (EDLER, 1998) do final da década de 1970, com uma interpretação que exacerbava o poder e a coerção do grupo médico, designado como um agente de amplos poderes no controle social e urbano.

A partir da década de 1990 novos trabalhos, vão elaborar uma nova base de interpretação sobre a cura e a medicina, criticando algumas das idéias de estudos anteriores com forte inspiração foucaultiana, como, entre outros, o de Machado e coautores (Loureiro, Luz e Muricy) (EDLER, 1998). Nesse período se destacam os trabalhos de Luiz Otávio Ferreira (1996) e Flávio Edler (1992 & 1998) O trabalho de Edler (1992) foca o processo que levou a profissionalização da medicina acadêmica na Corte durante o Segundo Império, e a importância das lideranças corporativas, que lutavam pelo espaço de institucionalização médica, como porta-vozes dos vários interesses da corporação médica. Este trabalho foi pioneiro ao apontar a falta de homogeneidade na classe médica, que no período se encontrava em formação e com vários conflitos internos. É importante destacar o papel da imprensa médica em seu

estudo, como um instrumento de análise das diversas discussões científicas travadas por médicos do período, além de ser um difusor de novas idéias.

Ferreira (1996), assim como Edler, reafirma e amplia a perspectiva da falta de homogeneidade entre a corporação médica, apontando para as suas disputas e conflitos, principalmente nas disputas entre os cirurgiões e médicos. O autor avança significativamente na análise dos periódicos médicos da primeira metade do século XIX, que constituem importantes ferramentas para se perceber os conflitos intra-classes.

Esses dois trabalhos contribuíram bastante para a pesquisa, pois nos ajudaram a entender a institucionalização da própria corporação médica ao longo do século XIX, com todas as suas disputas e conflitos. Além disso, nos proporcionaram uma ponte entre as concepções higienistas do período, apontadas principalmente pela classe médica, e seus conflitos com os praticantes das artes de cura populares. Especificamente nos trabalhos de Edler (1992) e Ferreira (1996), temos a indicação de uma importante fonte de análise, os periódicos médicos, através dos quais os autores conseguem entender melhor como funcionava a corporação médica do período.

Paralelamente, ao desenvolvimento desses estudos sobre a medicina acadêmica e o corpo médico, surgiram novas pesquisas sobre as práticas de curas populares realizadas principalmente por escravos e forros. Inicialmente os praticantes das artes de curas populares eram-nos apresentados através das visões dos médicos, de acordo com os quais os primeiros só teriam espaço na sociedade devido à falta de médicos no Brasil, principalmente no período colonial, e assim seriam admitidos como um mal necessário. Um exemplo dessa perspectiva é o trabalho de Lycurgo de Castro Santos Filho, *História Geral da Medicina Brasileira* (1976).

A partir das décadas de 1970 e 1980 surgiram novas concepções dentro das ciências sociais sobre a história das práticas de curas populares. Através de estudos que englobavam antropologia e sociologia, surgiram trabalhos que questionavam o lugar dos terapeutas populares na sociedade brasileira, e principalmente a imagem, recorrente até então, de que a existência desses terapeutas era exclusivamente devido a um déficit de médicos acadêmicos que atuavam na sociedade brasileira. Nessa linha se destacam os trabalhos de cientistas sociais como: Maria Andréia Loyola, Paula Monteiro e Elda Oliveira (apud WITTER, 2005), que desenvolveram a idéia de uma lógica social própria dentro das escolhas, pelas práticas de curas populares.

No meado da década de 1970 surgiu o primeiro grande trabalho que tratou da

saúde e da doença dos escravos: “A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850” de Mary Karasch (2000). Muito embora a tese de Karasch tenha por objetivo dialogar com outro tipo de produção historiográfica, a da escravidão, não deixa de abordar a saúde escrava como um dos aspectos do cotidiano do cativo. Nesse livro Karasch estudou as múltiplas facetas da vida do escravo no Rio de Janeiro Oitocentista, e dedicou um capítulo em especial para suas doenças. Através dos registros da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Karasch analisou as causas das mortes dos cativos. Assim traçou um primeiro perfil para a primeira metade do século XIX, das doenças que mais afetaram a escravaria urbana junto com as causas do alto índice de mortes. (KARASCH, 2000, cap. 6).

Embora os estudos de Karasch tenham dado importante contribuição para o campo da saúde e doenças dos escravos, foi a partir dos anos 1990 que surgiu a preocupação de um grupo maior de historiadores com a questão das artes de cura populares e suas relações com a medicina acadêmica. Podemos destacar nesse período os trabalhos de Gabriela Sampaio (1995), Márcia Ribeiro (1997) e Sidney Chalhoub (1996) e Tânia Pimenta (1997).

Dentre esses autores destacamos para nossa pesquisa o trabalho de Chalhoub (1996) que nos proporciona um melhor entendimento sobre epidemias e controle higienista das populações subalternas no Rio de Janeiro Oitocentista. Nesse trabalho o autor identificou a associação feita pelas autoridades entre as doenças, escravidão e moradias populares, onde determinadas doenças e epidemias eram identificadas como próprias de africanos e cativos, que por essas afinidades com as enfermidades se tornavam uma ameaça a ordem social. Seu livro destaca as modificações feitas na estrutura da cidade para atender melhor certos preceitos higienistas e reprimir a ameaça higiênica-social vinda dos cortiços.

No fim da década de 1990, as práticas de cura passaram a ser um tema bastante disseminado nos estudos de teses e dissertações em programas de pós graduação em História em todo o Brasil. Mais especificamente sobre as artes de curas populares e suas relações com a medicina acadêmica, se destacam os trabalhos de: Tânia Pimenta (1997 & 2003), Betânia Figueiredo (2002), Regina Xavier (2008), Nikelen Witter (2001) e Gabriela Sampaio (2001 e 2009).² Em todos esses trabalhos vemos uma convergência

² Betânia Figueiredo, tese de 1998; Regina Xavier, tese de 2002; Nikelen Witter, dissertação de 1999 e Gabriela Sampaio, dissertação de 1995 e tese de 2000.

de conclusões e fontes nas mais variadas pesquisas em diversas localidades do país. Sendo assim vamos passar para um estudo mais detalhado sobre os trabalhos anteriormente citados.

Nos trabalhos de Pimenta (1997 & 2003a) o foco principal é a correlação entre os conflitos da medicina oficial, que tentava se estabelecer a partir da década de 1830, e os ofícios de curas populares, exercidos por barbeiros-sangradores, parteiras e curandeiros. Através dos documentos da Fisicatura-mor, Pimenta identificou que até o ano de 1828, em que a Fisicatura deixa de existir, houve um espaço legítimo de atuação desses agentes de cura reconhecidos pelas autoridades do império, no qual, desde que se submetessem a uma avaliação frente à Fisicatura, poderiam obter suas licenças através do princípio da experiência no ofício. Muito embora houvesse essa possibilidade, a maioria dos agentes de curas populares não sentia a necessidade de se licenciar.

A partir do fim da Fisicatura, no ano de 1828, houve um esforço por parte das autoridades ligadas aos médicos formados pela faculdade de medicina, em excluir as práticas dos agentes de curas populares do meio oficial, hierarquizando e excluindo categorias como os barbeiros e curandeiros. Mesmo assim, pela deficiência da fiscalização e principalmente pela dinâmica social própria existente entre o agente de cura e o enfermo, a falta de uma autorização para a prática da cura não impediu a atuação desses agentes, principalmente em períodos de epidemias.

Os trabalhos de Pimenta (1997 & 2003a) nos ajudam a entender melhor as relações entre os agentes de curas populares e a medicina oficial, assim como o processo de desautorização que curandeiros e barbeiros sofreram, principalmente a partir do fim da Fisicatura-mor, mesmo que ainda se praticassem suas curas fora do eixo legal.

O estudo de Figueiredo (2002) se focou em Minas Gerais do século XIX, dando uma grande importância à relação entre os curadores populares e médicos oficiais na luta pelos espaços de cura juntamente com a formação sócio-profissional desses agentes, dando ênfase mais uma vez, a certa hierarquização existente entre os mais diferentes ofícios de curar, sempre observando as concepções das artes liberais, associadas à medicina oficial e à inferiorização do trabalho manual. Abriu-se então, um espaço de atuação importante para os agentes que cuidavam do corpo como os barbeiros e cirurgiões. Seu trabalho também enfatizou os conhecimentos práticos adquiridos pelos terapeutas populares frente à saúde e doenças dos escravos com os manuais médicos

que circulavam nas províncias. (GOMES; BARBOSA, 2008).

Assim como Pimenta, a autora nos ajudou a pensar nas relações existentes entre os curandeiros populares e a medicina oficial, mas se diferenciando pelo espaço de atuação da província de Minas Gerais. A autora dá ênfase também à possibilidade de um trabalho conjunto entre as duas categorias objetivando a cura do doente.

Já nos trabalhos de Sampaio (2001) e Witter (2001) há um destaque em como a população entendia as mais diferentes atividades de cura. Muitas vezes a percepção do melhor tratamento delimitava as escolhas de um tipo de terapeuta em detrimento a outro, ou mesmo o uso dos diferentes métodos em um só doente (apud WITTER, 2005). Esses trabalhos mostraram que as escolhas pelos curandeiros eram feitas principalmente pelas concepções da população sobre qual método de cura seria mais eficiente para seu próprio benefício e não por falta de médicos, incluindo aí também, a utilização de mais de um método ou terapeuta com possível interposição entre as curas. Outro aspecto bem trabalhado nesses dois estudos foi a associação das concepções de magia e cura, em que muitas vezes a doença e sua respectiva cura era associada a elementos de cunho espiritual, fazendo com que o tratamento pudesse ser um misto de práticas como a sangria, ingestão de remédios e orações a santos específicos.

Esses dois trabalhos nos são de grande importância quando pensamos nas relações existentes entre os vários meios de curas e os doentes. Para os enfermos, o importante era ver o seu mal curado e muitas vezes recorriam a diferentes tipos de curas. Além disso, pode se observar que a própria relação entre os médicos oficiais e os agentes de cura popular podia ser de auxílio, na qual o médico indicava algum tipo de curandeiro ou o curandeiro algum tipo de médico para auxílio na cura, dando ênfase a tratamentos com rezas e magia associados a tratamentos com sangrias e purgantes.

Por fim gostaria de destacar o trabalho de Gabriela dos Reis Sampaio (2009), sobre o curandeiro Carioca Juca Rosa e de Regina Xavier (2008) sobre o curandeiro Campineiro mestre Tito. Nesta pesquisa Sampaio, assim como Xavier, nos indicou através de um caso específico, a importância e relevância dos curandeiros no Brasil imperial, enriquecendo a análise através do estudo de um perfil individual dentro da perspectiva da história social. Na tese de Sampaio temos o destaque para Juca Rosa. O curandeiro teve um quadro de adeptos extremamente amplo ao associar as suas práticas de cura às questões espirituais. Também nos cabe ressaltar que a procura por Juca Rosa vai desde as camadas populares até às senhoras das camadas mais abastadas da

sociedade carioca, fato apresentado pela autora como um dos motivos do seu julgamento. Já no trabalho de Xavier, a ênfase recai sobre o personagem Mestre Tito, um famoso e respeitado curandeiro de Campinas. Assim como Juca Rosa, Mestre Tito curava os enfermos com tratamentos que muitas vezes passava pelas noções de religiosidade compartilhadas pela comunidade a sua volta, sendo um reconhecido curador, inclusive recomendado pelo médico local, que era seu amigo.

Mais uma vez, estes trabalhos vêm nos mostrar que as escolhas pelos curadores populares passam pelo entendimento da população e não por uma falta crônica de médicos, pois até indivíduos mais abastados, que teriam condições de pagar por uma consulta médica, escolhiam um curandeiro por acharem mais adequado.

Ao nos debruçarmos sobre o tema das artes de curas populares e suas relações com a medicina acadêmica, a maior parte desses estudos aponta para as escolhas dos segmentos sociais subalternos, principalmente escravos e libertos, que ao recorrerem às práticas populares para sua cura ou para as exercerem em outros indivíduos, apresentaram uma concepção do mundo e da sociedade própria e as exerceram como agentes ativos mesmo com pouca margem de ação social que sua condição permitia.

1.2 O Ofício de Sangrador dentro dos Ofícios de Cura

A sangria era uma prática de cura amplamente utilizada em diversas culturas e reconhecida pelas mais variadas correntes “médicas” do século XIX. No Brasil, desde o período colonial, as bases socioculturais da medicina foram formadas pela convergência de três tradições culturais distintas: a indígena, a africana e a européia. (FERREIRA, 2003) Dentro destas três culturas a sangria se apresentava como um recurso terapêutico amplamente usado, muito embora cada uma tenha dado uma significação distinta para essa prática. Embora inicialmente diferente, cabe ressaltar que no dia a dia, os significados da sangria se entrelaçavam formando um conjunto de conhecimentos, que mesmo tendo outras origens, acabou formando um corpo de signos mais ou menos coerente dependendo do estrato social do curador e da pessoa curada.

A concepção européia sobre a utilização e importância da sangria como recurso terapêutico foi introduzida no Brasil através da colonização portuguesa. É esta concepção de origem médico-acadêmica que teve preponderância dentro da medicina

oficial. Baseada nos princípios hipocráticos³ e galênicos⁴, que entendiam que os quatro elementos essenciais da natureza (o ar, a água, a terra e o fogo) interagiam intensamente com o corpo humano. Cada formação material (viva, como os homens ou não vivas como as pedras) era composta por quantidades variadas destes elementos, sendo um organismo sã quando os mesmo elementos se encontravam em plena harmonia. A composição destes fatores no corpo humano originava outros quatro elementos (humores) diferentes: o sangue, a bile amarela, a fleuma e a atrabile ou bile negra. Como partilhavam de uma concepção de cosmos integrados e que interagiam, os componentes internos do corpo eram influenciados pelas forças externas. Assim ambientes muito úmidos ou muito quentes interferiam no funcionamento do corpo, desequilibrando-os e fazendo o corpo adoecer. O próprio organismo possuía forças internas que reequilibravam o corpo, expelindo os humores em excesso. Sendo assim:

“... a fleuma, fria, úmida e transparente, era expelida pelo nariz, nos resfriados; a bÍlis, amarela, quente e seca, era expulsa pelo vômito, nas alterações digestivas; a atrabÍlis, escura, fria e seca, era excretada junto com as fezes, nas afecções intestinais; enquanto o sangue, vermelho, quente e úmido, se desprendia das feridas e acompanhava a expectoração das doenças pulmonares.” (SANTOS, 2005 p.)

Através desta concepção de doença e cura, os médicos acadêmicos luso-brasileiros receitavam os mais variados tipos de tratamento objetivando o reequilíbrio deste sistema, tendo sempre em mente a idéia de que o corpo possuía mecanismos

³Ligada ao nome de Hipócrates (460-337 a.c) , esta escola médica insere-se na corrente de pensamento que se desenvolveu na Grécia a partir do século IV a.c, que valorizava o entendimento racional do mundo, em detrimento das explicações mágicas e religiosas dos fenômenos naturais. Nesta perspectiva o corpo humano e as doenças que o acometem, começam a ser entendidas dentro de um conjunto racional de funcionamento, valorizando a observação repetida dos sintomas pelo corpo doente. A concepção médica desta escola influenciou Galeno (129-200), que acrescenta e aprimora alguns conceitos, formando um complexo de conhecimento sobre o corpo que dominou o entendimento médico até pelo menos o século XVIII. (SANTOS, 2005)

⁴Galeno (129-200) foi um dos mais importantes filósofos da antiguidade. Desenvolveu seus tratados médicos, apoiados nos princípios de Hipócrates de tal maneira, que funda um complexo de entendimento sobre a natureza do corpo e da doença que agrega por final o nome dos dois filósofos. Nasceu em Pérgamo e viveu grande parte da vida em Roma. É dele atribuído os primeiros tratados sobre anatomia, fisiologia e patologia que influenciaram a medicina ocidental por séculos (SANTOS, 2005).

autônomos para efetivar a cura. Cabia ao médico, apenas um cuidado específico que auxiliasse este equilíbrio natural do corpo. (LIMA, 1995) O receituário para a harmonia dos humores corporais era extenso, indo desde dietas alimentares, medicamentos com composições opostas às substâncias em excesso e a própria sangria, pois se os humores não fossem secretados naturalmente pelo organismo, cabia ao médico este trabalho. No caso da sangria, ao se abrirem feridas, cortes ou aplicar sanguessugas, além do excesso de sangue que causava o desequilíbrio do organismo, acreditava-se que o desvio do fluxo sanguíneo, permitia que todos os componentes danosos que naturalmente entraram em contato com o sangue através do corpo, fossem eliminados permitindo ao enfermo voltar a ficar sadio (SANTOS, 2005). Assim os tratamentos como purgantes, evacuanes e sangrias (PIMENTA, 1997), passaram a ser as principais terapêuticas para as concepções médicas da época. Através destes signos sobre saúde, que eram tão presentes na cultura européia, conseguimos entender porque a sangria se apresentava como uma prática de cura tão importante e disseminada nos locais onde a medicina acadêmica européia do século XIX alcançava.

Nas culturas africanas, a arte da sangria também era utilizada como meio de cura quando o indivíduo apresentava alguma doença, muito embora a concepção da importância da sangria fosse distinta da concepção Européia. Para o africano a sangria como tratamento, tinha um significado espiritual e sobrenatural. Karasch (2000) nos aponta para essa concepção sobrenatural da doença no contexto dos povos africanos, quando cita um estudo de Willy Craemer, Jan Vanisa e Renée C. Fox, onde os autores apontam certa identidade nas concepções das populações centro-africanas sobre a harmonia ou não do organismo ligada às ações de espíritos malignos ou feitiçaria. Outra indicação da prática da sangria no contexto do interior da África nos é apontada por Pires (2006), através do relato de John Monteiro, viajante inglês na costa da África em meados do século XIX. Segundo ele: “a sangria parece se adaptar admiravelmente à constituição do negro, e os nativos falantes da língua bunda são muito habilidosos no uso da lanceta, instrumento usado com frequência totalmente sem corte” (apud. PIRES, 2006. p . 10). No mesmo trabalho de Karasch (2000), citado anteriormente, temos a descrição de Ewbank sobre a sangria na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o viajante, a sangria era um remédio africano favorito, e para além das concepções hipocráticas, tinha objetivo de sugar os espíritos malignos do corpo do doente.

Através do trabalho de Regina Xavier (2008), encontramos um curandeiro de

Campinas, Mestre Tito, que dentro de suas especialidades se encontrava a prática da sangria, sendo conhecido como um exímio aplicador de sanguessugas e ventosas. Ao fazer a promessa para São Benedito, santo ligado às crenças religiosas africanas por ser negro, de que se não fosse acometido pela doença epidêmica que estava assolando Campinas, construiria a igreja em homenagem ao mesmo santo. Mestre Tito, corrobora com a concepção de cura e doença ligadas a tradições mágico-espirituais. É importante destacar que o mesmo curandeiro era negro e ao unir a fé católica no santo, com as concepções espirituais de cura, ele corrobora com a tradição de interpretação das doenças também por um viés religioso. A percepção religiosa da doença não estava somente na conotação da cultura católica européia, mas mesclava-se com a raiz africana e os conhecimentos curativos trazidos da África. Sendo Tito um exímio sangrador e ex escravo, podemos apontar a existência de um tronco de tradições africanas que concebiam a prática da sangria como legítima e mesclada com concepções espirituais do tratamento da doença.

Assim como para as várias tradições de origem Africana, nas diversas culturas indígenas brasileiras, as concepções de cura e doença, também estavam ligadas ao universo do sobrenatural e do divino. Santos Filho (1976) nos relata que nas culturas indígenas o sangue também tinha um caráter de elemento curativo e reconstituente, sendo reconhecidamente um elemento importante para as práticas de cura indígenas. Além do sangue, outras substâncias faziam parte deste universo de curas indígenas como: vegetais, sangue de animais, saliva, urina, cabeça ou cauda de ofídios, gordura de onça ou de certos outros animais, bicos, garras, chifres e cabelos. Pela importância do sangue nas tradições indígenas, alguns tipos de técnicas que se aproximavam da sangria européia eram praticadas entre vários povos.

Embora as concepções sobre o significado da sangria fossem distintas dentro das várias culturas estudadas, a sua técnica era basicamente a mesma praticada largamente na Europa, que consistia em: amarrar com ataduras o sangradouro, para que a veia se levantasse e assim o barbeiro tivesse uma melhor visão. Depois se friccionava com os dedos, se dava um corte rápido e raso para que não atingisse nenhum nervo ou artéria. Após a saída da quantidade de sangue desejada, o barbeiro estancava a ferida com pano, envolvendo assim o corte com uma atadura. Os instrumentos normalmente usados eram: a lanceta, a sanguessuga e a ventosa (de vidro ou ossos). (SANTOS, 2005). A disseminação de seu uso em larga escala por diferentes sociedades em várias épocas foi

facilitada por se tratar de uma técnica simples que lança mão de instrumentos muitas vezes rudimentares,. Através de relatos da época podemos comparar as técnicas, que como dito anteriormente se assemelhavam muito, tanto na Europa, quanto a sangria praticada por um negro no Brasil, assim segundo o viajante Walsh⁵, que esteve no Rio de Janeiro na época:

“Para as dores reumáticas, eles usam de maneira singular as ventosas, que geralmente são aplicadas por um negro. Um dia, ao passar pela rua detrás do palácio, vi um médico negro aplicando esse tratamento em alguns pacientes sentados na escadaria de uma igreja. Ele amarrou o braço e o ombro de uma mulher que parecia sentir dores terríveis e, fazendo pequenas escarificações em vários pontos com um pedaço de lâmina de navalha, começou a bater levemente nesses locais com a parte plana da lâmina até que o sangue surgisse. Em seguida colocou pequenas ventosas feitas de chifres sobre elas e, aplicando sua boca numa abertura situada na extremidade, habilmente extraiu o ar de seu interior e fechou a abertura com argila, deixando-a firmemente presa à pele. Fazendo a mesma coisa, ele fixou mais sete ventosas do cotovelo ao ombro, onde elas tinham uma aparência muito estranha. Quando foram removidas, o braço estava coberto de sangue e a mulher disse que sentia um grande alívio.” (WALSH, 1985, pp. 177-8)

Embora reconhecidamente importante, a atividade terapêutica da sangria não era vista na sociedade brasileira como uma atividade nobre, que fosse cabível aos médicos formados nas faculdades de medicina, pois era classificada como uma atividade manual, na qual o agente da cura deveria manusear certos tipos de instrumentos e entrar em contato diretamente com o sangue do paciente. Nas sociedades européias, a sangria era realizada por pessoas ligadas às práticas manuais, e ser versado na arte de sangrar era requisito para se obter o título de cirurgião. No Brasil, por ter este caráter de atividade manual, o segmento social mais indicado para este tipo de trabalho, era o dos escravos e forros. (PIMENTA, 1997)

⁵ Citação tirada do trabalho de Tânia Pimenta, Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, 1998.

1.3 Organização em torno do Ofício de Sangrador

Dentro da perspectiva de considerar escravos e forros como agentes da prática da sangria no Rio de Janeiro, Tânia Pimenta ao estudar os documentos de registros dos pedidos de autorização para práticas de cura junto a Fisicatura-mor⁶, relata que para o período de funcionamento da Fisicatura, que vai até 1828, dos brasileiros que pediam autorização para sangrar, 61, 7% eram escravos, o que correspondia à 101 pedidos, 3 % eram forros, o que correspondia a 63 pedidos e dentre os 173 sangradores com nacionalidade definida, 61,3% eram africanos. (PIMENTA, 1998). Nos dados apresentados pela autora, ela deixa explícito que para as primeiras décadas do século XIX, a maior parte dos sangradores que pediam autorização para tal prática, eram escravos e forros nascidos em África. Para além dos registros da Fisicatura, temos relatos de viajantes que indicam a associação da sangria no Rio de Janeiro, como os escravos e forros. O mais conhecido talvez seja Debret. Ao retratar a vida cotidiana da cidade nos anos 30 do século XIX, Debret, nos deixou importantes registros sobre a escravidão urbana, tanto em suas pranchas, quanto nos relatos que as acompanha. No nosso caso específico na prancha 12 de seu livro “ Viagem pitoresca e histórica ao Brasil” (DEBRET, 1940, p. 151) o autor nos relata uma cena intitulada “ Loja de Barbeiros”. Nela Debret associa a sangria aos barbeiros, como dito anteriormente neste trabalho, e além disto nos fala que: “ No Rio de Janeiro como em Lisboa as lojas de babeiros, copiadas das espanholas, apresentam naturalmente o mesmo arranjo interior e o mesmo aspecto exterior, com a única diferença é que o oficial de barbeiro no Brasil é quase sempre negro ou pelo menos mulato.” (DEBRET, 1940, p. 151) e ainda lista as várias habilidades dos barbeiros, “como cabeleireiro e cirurgião, familiarizado com o bisturi e um destro aplicador de sanguessugas”(DEBRET, 1940, P. 151) Como visto na citação, além da associação da sangria ao barbeiro, temos um destaque para a camada social que este barbeiro-sangrador pertencia que era quase sempre preto ou mulato. Este

⁶A Fisicatura-mor era um órgão do governo português que regulamentava as práticas de cura em todo o império, os mais variados praticantes dos ofícios de cura se remetiam a Fisicatura pedindo autorização para suas práticas. Como exemplos principais, temos: boticários, médicos, parteiras, curandeiros e sangradores. Este órgão se instala no Rio de Janeiro em 1808, com o advento da vinda da corte e é extinto em 1828.

relato vai ao encontro aos registros da Fisicatura-mor expostos anteriormente. Abaixo a aquarela de Debret intitulada “Loja de barbeiros”.

Figura 1



JEAN BAPTISTE DEBRET: *Loja de barbeiros*, 1821.
Aquarela sobre papel.
Rio de Janeiro, Museu Castro Maya / Iphan.

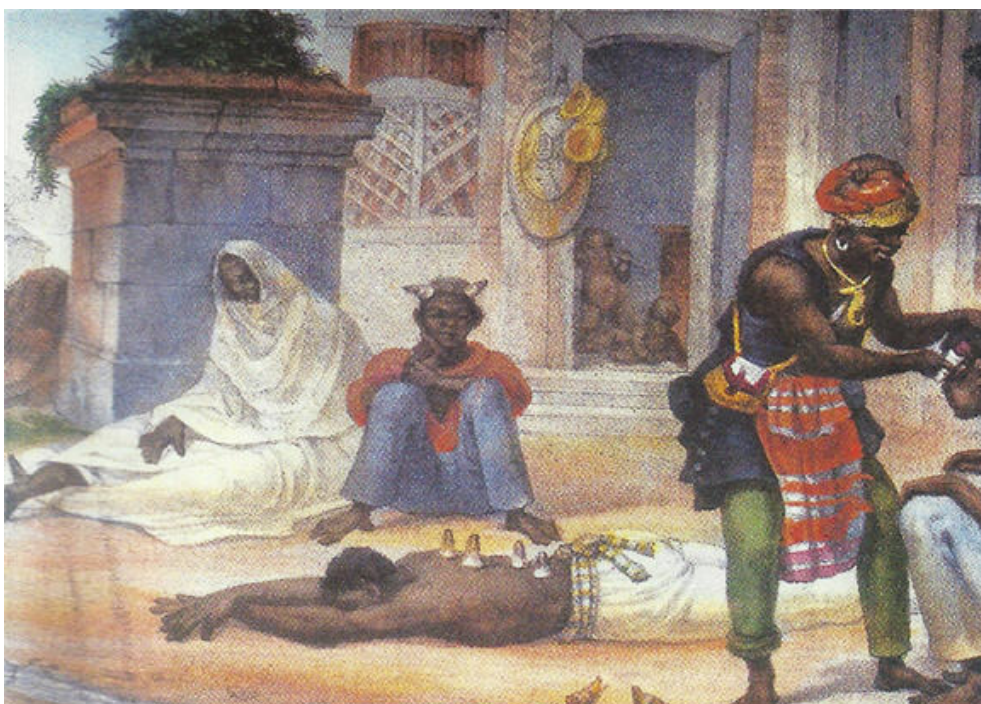
Em nosso estudo focaremos principalmente a partir do segundo capítulo, o cotidiano destes barbeiros-sangradores, que ofereciam seus serviços nas lojas, já que os anúncios presentes no Almanaque Laemmert, correspondem a estes sujeitos. Temos que chamar atenção, contudo, para o fato de existirem outros tantos barbeiros-sangradores que atuavam de forma ambulante na cidade e estes, de mais difícil acesso, provavelmente eram os de condição sócio-econômica mais baixa, pois nem tinham um lugar fixo para a sua atividade. Debret, na sua prancha de número 11, nos relata uma cena intitulada “Barbeiros Ambulantes” (DEBRET, 1940, p. 149), nesta cena, figura abaixo, ele nos apresenta o cotidiano destes barbeiros como sendo “o último degrau da hierarquia dos barbeiros”(DEBRET, 1940,p. 149), também cita suas habilidades com a navalha e no corte de cabelo.

Figura 2



A última prancha de Debret que podemos associar a figura dos barbeiros-sangradores é a intitulada “O Cirurgião Negro” (DEBRET, 1940, p. 268), nela o autor retrata mais uma cena do cotidiano, onde observa um negro aplicando suas habilidades de curador em outros negros em um beco da cidade. É importante destacar que as categorias cirurgião e barbeiro eram próximas, sendo que na medicina oficial, antes de se obter a carta para cirurgia era necessário previamente se constatar que o indivíduo sabia sangrar. (PIMENTA, 1998)

Figura 3



Médico e dentista (desenho de Debret)

Nesta cena vemos claramente a aplicação de ventosas, com o objetivo de provocar a sangria nos indivíduos. Além da citada imagem, Debret em seu comentário sobre a mesma, associa a figura destes cirurgiões à cura com ligações espirituais e mágicas, vinculando a sangria a estes saberes:

Em cada bairro da cidade há um cirurgião africano, cujo gabinete de consulta, de nomeada, se acha instalado sem cerimônia à porta de uma venda. Consolador generoso da humanidade negra, ele dá suas consultas de graça, mas como os remédios receitados comportam sempre alguma droga, ele fornece os medicamentos mediante a pagamento. Vende ainda talismãs curativos sob forma de amuletos. Citarei aqui apenas o pequeno cone misterioso feito de chifre de boi,

preciosa jóia de 6 linhas de altura e que se pendura no pescoço para preservar das hemorróidas ou das afecções espasmódicas, etc...

Quanto a aplicação de ventosas, ciência positiva e de aplicação externa, ele a executa em plena rua, perto de uma casa, ou, mais comumente numa pequena praça por onde não passam carruagens (DEBRET, 1940, p. 269)

Neste pequeno trecho vemos uma descrição completa dos lugares de atuação destes agentes de cura pela cidade, das concepções mágicas de cura, que envolvem amuletos e outros tipos de objetos, além da descrição de uma ventosa, feita de osso, objeto com o qual o cirurgião executava a sangria.

Além das figuras de Debret, relatadas e analisadas anteriormente, encontramos mais uma pintura que se assemelha com as anteriores. De autoria de Emil Bauch (próxima figura, cenas de costumes), viajante que esteve no Rio de Janeiro em 1859, nos mostra uma representação na qual vemos, barbeiros negros, cortando cabelos e barbas, além de aplicarem ventosas de chifre, como já demonstrado na figura de Debret. Mais uma vez esta imagem vem corroborar com a associação dos barbeiros negros escravos e forros a atividade da sangria, neste caso de forma ambulante nas ruas. O importante destaque para esta imagem é sua datação, que remete a segunda metade do século XIX, nos dando um idéia de continuidade da prática no decorrer das décadas do século estudado. (EDLER, 2010, p. 44)

Figura 4



Cenas de Costumes

Além destes viajantes que retrataram o cotidiano dos praticantes do ofício da sangria no Rio de Janeiro, temos o relato, anteriormente citado de Walsh, (PIMENTA, 1998) que associa a sangria ao negro, e que mostra que os sangradores além de sangrarem eram barbeiros e cortavam cabelo (PIMENTA, 2009). Dentro destas características apontadas por viajantes e registros oficiais da época, podemos traçar um perfil socioeconômico genérico de um barbeiro-sangrador que exercia sua atividade no Rio de Janeiro da primeira metade do século. Ele era provavelmente negro ou mulato, escravo ou forro, nascido na África, ou de uma segunda geração de escravos vindos da África e que além de praticar a sangria utilizava os seus instrumentos de corte para aparar cabelos e fazer barbas. Poderiam atuar em lojas ou de forma ambulante na cidade, sendo muito provavelmente os barbeiros de loja, com uma posição social melhor em relação aos ambulantes. Este perfil social do barbeiro das primeiras décadas do século XIX foi exemplificado em dois trabalhos que conseguem traçar uma trajetória destes sujeitos. O primeiro, de Tânia Pimenta (2009), no qual ela analisa através das redes de solidariedade a trajetória de um barbeiro chamado Vicente José Coelho, e o segundo trabalho, o de Silvana Jeha (2006), que traça a trajetória de vida de Antonio José Dutra, barbeiro africano que morre no ano de 1849.

Vicente José Coelho foi trazido da África e acabou se tornando escravo de

Anacleto José Coelho, sangrador aprovado que ensinou a seu escravo a arte de sangrar, submetendo-o ao exame da Fisicatura e sendo aprovado no ano de 1820. E em 1824 já liberto, pede para se submeter a um novo exame de sangrador, já que achava ruim manter a carta dos tempos de cativo. Ao apresentar sua carta de alforria para o novo exame, observa-se que o seu dono afirma estar dando a liberdade por excelentes serviços prestados o que gerou quantias significativas para o mesmo. (PIMENTA, 2009). Neste pequeno relato inicial da trajetória de Vicente, observamos a dinâmica da relação entre ele e seu dono, que ao ensinar-lhe um ofício, dá a oportunidade do mesmo, recolher pecúlio e comprar sua alforria em quatro anos de serviços prestados. Para além da prática da sangria, a acumulação de pecúlio através do trabalho, foi uma estratégia amplamente observada no universo do escravismo urbano carioca da primeira metade do século XIX. (KARASCH, 2000) Tal estratégia beneficiava o dono do escravo, pois angariava recursos para a compra de um escravo mais novo e que produziria mais do que o escravo antigo e beneficiava o escravo antigo pois conseguia a compra de sua liberdade.

Voltando a trajetória de Vicente, anos depois, Tânia Pimenta nos fala que ele atesta a perícia de dois outros sangradores libertos de origem africana. Seus nomes eram Manoel José Coelho e Afonso Manoel Garcia que aprenderam o ofício com Vicente. A autora continua seguindo a trajetória de Vicente por toda a primeira metade do século XIX, achando registros do seu nome na câmara municipal e por fim um anúncio no Almanaque Laemmert, datado do ano de 1844, com o endereço do largo da Prainha, número 7. Dentro desta primeira trajetória exposta, permanecemos com o modelo típico do barbeiro-sangrador que atuava no Rio de Janeiro no século XIX, porém mais do que isto, através do cruzamento de dados feito por Pimenta (2009), a autora conseguiu identificar uma rede complexa de solidariedade entre os africanos que vinham para o Rio de Janeiro e se especializavam na prática da sangria, onde o conhecimento é passado e reproduzido no dia a dia por pelo menos duas gerações.

Já no trabalho de Silvana Jeha (2006) a trajetória de vida percorrida foi de Antonio José Dutra. Barbeiro, africano originário do reino do Congo e batizado em Angola, viúvo, teve três filhos naturais e atuava com uma loja de barbeiro na cidade do Rio de Janeiro. Cabe destacar a rara riqueza de informações apresentadas por Jeha a partir do trabalho com este barbeiro. Seu inventário é riquíssimo, assim como várias informações de sua vida e morte contidas no Jornal do Comércio e nos registros de

batismo e óbito. Além das informações de Antonio José Dutra, a autora consegue a partir dos nomes de seus parentes, traçar uma trajetória de vida desta “família”, para alguns anos antes e depois da sua morte. Podemos identificar em Dutra o exemplo de barbeiro bem sucedido da época, pois embora apresentasse as características mais gerais de um praticante deste ofício, a partir dele consegue acumular recursos que proporcionaram sua liberdade e posteriormente uma boa vida, com negócio próprio (da loja de barbeiro), além de 14 escravos e dois imóveis. Neste ponto Jaha, chega à conclusão, que compartilhamos, de que embora dentro de um sistema estabelecido e com as características possíveis de um barbeiro da época, Antonio José Dutra:

mudou seu destino, mas não o sistema, pelo contrário, se valeu dele. No entanto, suas ações ajudaram a criar um mundo negro mais autônomo, que foi engrossando e pressionando a abolição junto com outros fatores. Não era exatamente um homem comum. Ele se destacou dentre o seu grupo de origem através de “seus recursos pessoais”, num tempo e espaço ao mesmo tempo hostil: era um homem negro e forro numa sociedade escravocrata e favorável. Além de suas diversas companheiras, mal ou bem gerou seis herdeiros, teve acesso a escravos, a associações e a uma profissão razoavelmente rentável. (JEHA, 2006, p. 29)

Assim podemos entender Antonio José Dutra como um tipo ideal bem sucedido, onde suas características corroboram com a nossa classificação do barbeiro típico do século XIX, mas mesmo assim, conseguimos chamar a atenção para as particularidades que o distingue e faz de seu caso, um caso especial. Ao sinalizar para as múltiplas possibilidades que escravos e forros tinham dentro da sociedade escravocrata carioca do século XIX, vamos ao encontro e nos inserimos também na nova historiografia da escravidão surgida a partir dos anos 80, que tenta ver o escravo como sujeito ativo da sua própria história, com suas escolhas e vontades, manobrando dentro de um sistema hostil a ele, mas que permite brechas em suas lacunas.

Como identificado anteriormente, a sangria ligada aos barbeiros era uma atividade voltada para a atuação de escravos e forros. Dentro desta perspectiva, cabem aqui algumas referências de como era o universo da escravidão urbana no Rio de Janeiro do período e para tanto utilizaremos a discussão de dois trabalhos importantes

na área: o primeiro, o livro de Mary Karash (2000) “ A vida dos escravos no Rio de Janeiro- 1808/1850” e o segundo, o livro de Luiz Carlos Soares (2007) “ O Povo de Cam na Capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX”.

O estudo de Karasch (2000) se insere no movimento de renovação sobre a pesquisa em escravidão, entendendo o escravo como agente social e sujeito determinante na sua própria trajetória histórica (PIMENTA, 2001). Nesse estudo a autora procurou dar um panorama geral de como os escravos se apresentavam nessa sociedade, sendo o seu trabalho referência para as pesquisas sobre escravidão urbana. Ele é dividido em onze capítulos que nos exemplificam os múltiplos aspectos da vida dos cativos como: suas vestimentas, suas doenças, origens étnicas, dietas, ofícios, etc. De posse desse estudo entendemos melhor as necessidades que levavam os escravos e forros a serem os maiores praticantes do ofício de sangrar ⁷ na primeira metade dos Oitocentos.

O trabalho de Soares (2007) procura estudar, como o livro de Karasch, os vários aspectos da escravidão urbana, dialogando e tentando preencher algumas lacunas que pesquisas anteriores não deram conta. A partir dessa referência, trabalhamos com os dados apontados pelo autor sobre o contingente de escravos na cidade do Rio de Janeiro, antes e depois do fim do tráfico, além das várias tabelas demográficas que apontam para variações diversas, como a divisão dos escravos segundo as freguesias da cidade e por gênero. O livro aborda assuntos como o crescimento da cidade, a condição da vida dos cativos e o controle da população cativa. Além de apresentar essas temáticas, a pesquisa de Soares abrange todo o período do século XIX, servindo de referência para o nosso estudo. Como Karasch, Soares se baseia nas novas interpretações sobre a sociedade escravista, em que o escravo é apresentado como um agente histórico de sua trajetória e não apenas um observador privilegiado.

O Rio de Janeiro do século XIX era identificado como a maior cidade escravista do período. Seu maior crescimento demográfico começou com a transferência da corte portuguesa no ano de 1808, onde no período o Rio de Janeiro contava com aproximadamente 60.000 habitantes, sendo que destes, 12.000 eram cativos. A partir deste evento a cidade ganhou um status de capital do império luso e suas proporções

⁷Cerca de 84% dos pedidos para a sangria frente a Fisicatura-mor eram de escravos e forros (PIMENTA, 1998)

físicas aumentaram consideravelmente. Já em 1830 a cidade contava com 87.000 habitantes sendo, que destes 45.947 livres e 40.376 escravos (SOARES, 2007) nestes números conseguimos identificar um aumento populacional de quase 30.000 habitantes em apenas 22 anos, porém o mais significativo foi a proporção de escravizados e em 1830, que chega a quase metade da população, e só aumentando até pelo menos o fim do tráfico, em 1850, tornando-se o Rio de Janeiro a maior cidade escravista das Américas. (Karasch, 2000)

A composição escravista da cidade se deveu em grande parte a sua posição privilegiada, por ter o principal porto abastecedor de mão-de-obra e produtos para as regiões Sul e Central do Brasil. Devido à mineração em Minas Gerais e à constante produção de gêneros agrícolas, principal atividade econômica do Império, a necessidade de mão-de-obra era constante, e essa demanda era suprida pelo tráfico, que necessariamente passava pelo porto do Rio de Janeiro. Com o surgimento da lavoura de café no Vale do Paraíba fluminense a partir da década de 1840, comércio de escravos se intensificou na cidade do Rio de Janeiro. Após a proibição do tráfico negreiro em 1850, o contingente de escravos na cidade caiu significativamente, pois os escravos que atuavam na área urbana foram redirecionados para as áreas produtoras de café. Assim no censo de 1872, tínhamos uma população total de 274.972 habitantes, sendo 226.033 livres e 48.939 escravos (SOARES, 2007), o que indicou uma queda proporcional do número de escravos viventes na cidade, queda que só aumentou até a abolição da escravidão.

Embora a cidade tenha perdido um número considerável de escravos a partir do ano de 1850 por conta do fim do tráfico e da demanda de mão-de-obra para as lavouras de café do Vale do Paraíba, ainda por todo o século XIX, o trabalho escravo vai ser de suma importância para a vida cotidiana da cidade. Na maior parte dos serviços públicos como: iluminação, limpeza dos detritos e fornecimento de água, eram os escravos que os desempenhavam na cidade. Além desses serviços, os escravos também realizavam as mais variadas tarefas para seus senhores, particularmente. Era normal um escravo sair à rua para vender os mais diferentes produtos e no final do dia ou da semana deixar uma quantia em dinheiro para seu senhor, que através desta renda se sustentava. (KARASCH, 2000) É importante notar que não só as pessoas mais abastadas viviam dos ganhos dos escravos, mas também as pessoas de baixa renda, que tinham muitas vezes condições de possuir apenas um escravo ou dois, que se revezavam no ganho na

rua e nas tarefas domésticas em casa. Neste período, o desdém pelo trabalho manual era compartilhado por todos os setores da sociedade. Soares (2007) destaca uma passagem de um viajante ao Rio, Thomas Ewbank, que constatava:

“A escravidão negra é regra no Brasil, e os brasileiros se retraem como que horrorizados ante a qualquer emprego manual. Dentro do espírito das classes privilegiadas de outros países, dizem os brasileiros que não nasceram para trabalhar, mas para mandar. Pergunta-se a um jovem brasileiro de família respeitável, porém em más condições econômicas, por que não aprende o ofício e passa a ganhar a vida com independência, e nove vezes em dez, ele tremerá de indignação, e perguntará se se quer insultá-lo! Trabalhar!? Trabalhar!?!-redargüiu um deles- temos os negros para isso” (apud. SOARES, 2007, pp. 68.)

Identificamos, assim, uma verdadeira ojeriza frente ao trabalho manual por todos os setores da sociedade. O mesmo viajante citado anteriormente nos relata inclusive que havia uma predominância dos indivíduos pobres entre os proprietários de escravos (SOARES, 2007), fazendo com que a exploração da mão-de-obra escrava, tenha sido a atividade econômica que mais dinamizava a economia da capital do império.

Dentro desta abrangência de atividades que os escravos, chamados de ganho, realizavam na cidade do Rio de Janeiro oitocentista, a cura ligada às práticas manuais também não eram descartadas. Além da própria atividade da sangria feita por barbeiro, já detalhadas anteriormente, havia escravos trabalhando em boticas, como cirurgiões ambulantes, curandeiros e dentistas. Além de oferecerem seus serviços na rua, assim como os barbeiros que tinham suas lojas, outros praticantes dos ofícios de cura ligados a escravidão também exerciam suas atividades em lugares fixos e de forma reconhecida. Foi o caso do forro Adão dos Santos Chagas, que além de ser sangrador na Santa Casa de Misericórdia, principal hospital da cidade na época, pediu uma licença junto à Fisicatura-mor para receitar alguns remédios e tirar dentes para a população de Cachoeiras de Macacu. (PIMENTA, 2007). Vemos neste pequeno caso as possibilidades de atuação de escravos e forros como praticantes das artes de cura, fazendo tarefas que cabiam aos médicos, como receitar remédios, exemplificando como a escravidão permeava toda a sociedade da época, inclusive no que se refere às práticas de cura.

Ao juntarmos estas duas vertentes históricas, a escravidão urbana e as artes de

cura no Rio de Janeiro, temos uma linha de estudo ampla⁸ sobre escravidão e saúde. Dentro deste campo vários aspectos foram objetos de questionamentos, como a mortalidade no tráfico, o significado das doenças para os povos vindos da África e a agência dos curandeiros africanos e descendentes dentro da cidade do Rio de Janeiro. Nosso trabalho se insere nesta perspectiva, na qual para além dos escravos terem um papel subalterno, eles se tornaram protagonistas no cenário de cura na urbe carioca. Seu protagonismo é de tal ordem, que são autorizados a curar por órgãos oficiais, como a Fisicatura-mor e, mesmo depois da sua extinção, continuaram a ser figuras certas dentro dos ofícios de cura. É bastante provável que nas regiões interioranas do Brasil sua atuação tenha sido mais amplamente percebida, devido a fatores como menor fiscalização e menos representantes da medicina acadêmica. Ao tratarmos de Rio de Janeiro, no entanto, conseguimos perceber esta atuação dos curandeiros populares com bastante força o que acabava por acarretar gradualmente uma disputa entre eles e a medicina acadêmica, que teve espaço ao longo de todo o século XIX. (EDLER, 1992)

No caso específico de nosso trabalho, ao tratarmos dos barbeiros-sangradores, temos, como dito anteriormente, uma indicação de que a arte da sangria fosse feita pelas camadas sociais mais baixas, como os escravos e forros. Mas embora a prática da sangria fosse relegada a estes grupos, ao longo do século XIX, houve um movimento da medicina acadêmica para que esta prática fosse feita por pessoas mais aptas como, por exemplo, alunos da faculdade de medicina (PIMENTA, 2003a). A partir do fim da Fisicatura-mor em 1828, o reconhecimento do sangrador como categoria de ofício começa a ficar comprometido.

No próximo item, tentaremos entender melhor como se deu a desautorização do ofício de sangrador frente às autoridades oficiais, como isto tem a ver com o crescimento da medicina acadêmica, e se a relação medicina acadêmica/ curandeiros populares era realmente dicotômica, sem poder existir uma socialização entre os dois nichos de cura.

⁸Para maiores detalhes sobre a historiografia que aborda o tema saúde e escravidão: “Doenças, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas, Keith de Oliveira Barbosa e Flávio Gomes, *Ciênc. Let.*, Porto Alegre, n. 44, p. 237-259, jul/dez. 2008

1.4 Curandeiros populares e a institucionalização da medicina

Como vimos anteriormente, os indivíduos que desejavam obter licença para sangrar, poderiam através de um teste obter sua licença junto a Fisicatura-mor, órgão responsável por fiscalizar as atividades de cura e aprovar os seus praticantes. Cabe ressaltar que já neste período, os oficiais que delimitavam quem poderia ou não ser praticante das artes de cura eram representantes da medicina acadêmica, e assim de certa forma, mesmo com a possibilidade de atuação, os curandeiros populares já sofriam restrições por parte da medicina oficial no momento da classificação ou liberação de sua atividade. (PIMENTA, 2003a) Muitos dos pedidos para a prática da sangria eram feitos por escravos e forros, o que não inviabilizava a sua atuação como sangrador autorizado (PIMENTA, 1997). Com o fim da Fisicatura-mor, no ano de 1828, devido a uma mentalidade anti-lusitana crescente que aparecem neste período, a posição de autorização oficial para os sangradores ficou ameaçada, competindo agora à câmara municipal a dar o devido reconhecimento para tal prática. Embora certas competências da Fisicatura tenham passado para a câmara municipal a partir de 1830, só poderia ser autorizado a sangrar, quem apresentasse a carta de autorização frente às autoridades da câmara, não tendo mais órgãos competentes que emitissem tais cartas. Entre 1828 e 1832, houve um vazio de autoridade para a liberação dos ofícios ligados a cura. A câmara municipal dizia que não competia a ela dar os atestados para as múltiplas artes de cura, supondo inclusive que a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, fundada em 1829, teria o papel de examinar os terapeutas. Esta também se esquivava desta obrigação alegando que também não competia a ela atestar a capacidade dos terapeutas (PIMENTA, 2003b)

A partir do ano de 1832, quando as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e de Salvador, passaram a ser faculdades de medicina e a expedirem títulos de doutor em medicina, de farmácia e de parteira, a categoria de sangrador passou a ser completamente desautorizada. Embora as pessoas que sangravam, continuassem as mesmas e a técnica reconhecidamente importante o que mudou dentro do universo das práticas de cura para a crescente desautorização dos sangradores, foi a crescente organização da corporação médica e a luta desta categoria pelo monopólio da cura. (PIMENTA, 2003a). Embora a corporação médica começasse uma tentativa de organização e restrição das curas populares, é certo que a própria categoria médica tinha

sérios conflitos entre si e com o Estado, sua organização e eventual influência frente aos órgãos estatais durante todo o século XIX foi paulatinamente construída e nem sempre hegemônica. (EDLER, 1992)

No que tange os sangradores, a maioria, mesmo no tempo da Fisticatura, não sentia a necessidade de se oficializar e atuava livremente pela a cidade, sendo apenas autorizado pela prática do dia a dia e por sua a relação com a clientela. Assim, com a impossibilidade de se obter a carta de autorização para a sangria, muitos sangradores não chegaram a sentir esta mudança na prática, já que a fiscalização era incipiente e a própria população reconhecia a sua prática como válida. (PIMENTA, 1997) Dentro dos registros da Fisticatura, Pimenta (2003a) aponta para alguns curandeiros que eram atestados pela população em geral. Como no caso de um curandeiro de Inhaúma, uma Freguesia afastada do Rio de Janeiro, sobre o qual Thereza Joanna do Espírito Santo e Quitéria Maria de Santa Anna passaram relatos semelhantes do ano de 1816, afirmando que Bento Joaquim, as curaram das enfermidades das quais os médicos da corte não conseguiram, e se fosse preciso elas estariam dispostas a nomear os médicos que não obtiveram êxito em curá-las. Através deste relato podemos ressaltar que na maioria das vezes o que importava para a ação de um curandeiro popular, era o reconhecimento de sua clientela e a desautorização por parte dos órgãos oficiais não era vista como um impedimento de fato.

Mesmo com um discurso oficial em que se relacionava a abrangência das práticas de cura de curandeiros e sangradores à uma expressiva falta de médicos, trabalhos mais recentes argumentam⁹ que, para além da falta de médico, a população tinha suas escolhas, que muitas vezes passavam por um terapeuta popular em vez de um médico acadêmico. Um dos aspectos possíveis destas escolhas pela cura popular seria o compartilhamento, na maioria dos casos, de um mundo de signos entre os doentes e os curandeiros, distante dos médicos acadêmicos, (SAMPAIO, 2001) que pertenciam a uma elite intelectual.

Os médicos acadêmicos neste período estavam mais preocupados com a organização de sua classe e eventual monopólio sobre as práticas de curas do que propriamente em entender as diferentes perspectivas de saúde e doença que cada doente

⁹Destacamos os trabalhos de: Tânia Pimenta (1997 & 2003), Bêtanía Figueiredo (2002), Regina Xavier (2008), Nikelen Witter (2001) e Gabriela Sampaio (2001 e 2009)

poderia apresentar. (PIMENTA, 2003 b)

Outro aspecto importante para que a disputa entre curandeiros populares e médicos acadêmicos pendesse para o lado dos curandeiros, foi que as concepções da medicina acadêmica ainda eram insípidas e seus métodos, quando não eram mais incisivos, pareciam com os praticados pelos agentes de curas populares. O que inviabilizava em muitos casos um discurso de ineficiência das técnicas usadas por barbeiros e curandeiros. Além, é claro, da porcentagem de cura para as duas categorias serem praticamente a mesma. A situação só começou a melhorar para a medicina acadêmica, no final do século XIX, através das descobertas de Pasteur, dos métodos de desinfecção e de anestesia. (TOMES, 1990)

Voltando às autoridades oficiais que regulavam as artes de cura, a partir do ano de 1832, quando as faculdades de medicina foram responsabilizadas por regulamentar as profissões ligadas a cura, temos resoluções das câmaras municipais que iam ao encontro das antigas vertentes da Fisicatura-mor, em que se abriam exceções para certos curandeiros que comprovassem a falta de médicos nas localidades onde eles curavam e também que seus serviços eram bem executados. Nesta perspectiva, encontramos o caso do curandeiro João Nicolau d' Oliveira que atestava curar havia muito tempo na freguesia de Guaratiba, afastada do centro urbano do Rio de Janeiro. Argumentava que a proibição de sua atividade causaria inúmeros transtornos para a população local, que fez um abaixo-assinado encabeçado pelo boticário da comunidade, confirmando a necessidade de manter este curador autorizado. Em vista disto, a câmara concedeu a licença no ano de 1832. (PIMENTA, 2003b) Neste mesmo ano foi publicada uma lei segundo qual não se concederia mais o título de sangrador.

Nos anos que se seguiram, a situação de regulamentação dos sangradores foi ficando cada vez mais nebulosa e sem lugar dentro das práticas de cura regulamentadas pelo Estado Imperial Brasileiro. Mesmo com esta dificuldade, a grande tolerância às mesmas práticas era observada pela quantidade de anúncios de remédios e pessoas oferecendo seus serviços de cura, que circulavam na imprensa carioca. Por ocasião destes anúncios, em algumas ocasiões da década de 1830 e 40, temos pedidos do Ministério do Império, reclamando à Câmara Municipal o papel de restringir com mais afinco estas práticas ilegais. Em resposta, a Câmara alegava que já vinha fazendo o seu papel de auxiliar o trabalho dos fiscais e juizes de paz elaborando listas com nomes dos

terapeutas que possuíam registros. De fato, a Câmara se ocupava com outras tantas tarefas que acabavam forçando a fiscalização dos agentes de cura para segundo plano. A questão é que dentro deste período até a criação da Junta Central de Higiene Pública, houve um vazio de poder de repressão aos curandeiros populares, embora desde o fim da Fisicatura-mor eles viessem perdendo espaço de atuação legalizada.

Apesar das dificuldades e certa falta de interesse em fiscalizar as práticas de cura, no ano de 1841, a Câmara avança um pouco neste processo, elaborando uma lista com os nomes dos terapeutas e seus respectivos endereços para facilitar assim as ações dos fiscais das freguesias.(PIMENTA, 2003b) Embora se tenha tomado esta atitude, as poucas ações restritivas vinham muito mais por conta dos anúncios nos periódicos da cidade do que propriamente pelas ações destes fiscais. É importante notar que as próprias ações fiscalizadoras referentes ao ministério do império ou a vereadores da Câmara, tivessem por trás pedidos da Academia Imperial de Medicina ou vereadores que eram médicos e atentavam mais especificamente para as questões da saúde, como no caso de um ofício que a Sociedade de Medicina mandou ao Ministro do Estado do Império no ano de 1832, solicitando que interviesse junto as autoridades para fazer cumprir as leis referentes aos barbeiros, pois

“serem franca, e impune exercidas estas profissões não só por homens livres, ainda que ignorantes, e sem princípios, como também por escravos ainda boçais, por comissão de seus Senhores, dando assim lugar a inconvenientes bem desagradáveis, e mui tristes, que se tem feito reparável nestes últimos tempos, sem que por ora tenha havido exemplo algum de punição contra os infratores das Leis que existem” (apud, PIMENTA, 2003b. p. 85)

Desta forma, neste período, os únicos sangradores recomendados pelos médicos da Faculdade de Medicina eram os europeus, que aliavam o conhecimento da sangria, muitas vezes pré-requisito para a obtenção do título de cirurgião, mas não eram da mesma composição social de escravos e forros. Já na própria Santa Casa de Misericórdia, temos uma indicação crescente para que os alunos de medicina fizessem as sangrias, como tentativa de restringir a atuação destes terapeutas populares dentro do

lugar de atuação da medicina da época. O ano de 1846, a Câmara finalmente não aceita mais os registros de sangradores.

Com o decorrer dos anos e o crescimento exponencial da cidade, muitos curadores chegam ao Rio de Janeiro e tiveram como principal meio de divulgação do seu trabalho os anúncios em periódicos. Por conta do aumento da fiscalização e maior agrupamento da corporação médica, estes anúncios começaram a ser mais cautelosos e sigilosos, indicando também uma mudança do perfil destes curadores que chegaram na cidade, principalmente a partir das mudanças como fim do tráfico e a criação da Junta Central de Higiene Pública, no ano de 1850. (PIMENTA, 2003b)

No ano de 1850, temos algumas transformações importantes no tema da institucionalização médica e controle sobre as artes de cura devido à criação da Junta Central de Higiene Pública. Embora não incumbisse inicialmente a Junta do papel de autorização e fiscalização das atividades de cura, a partir do surgimento deste órgão, temos o primeiro esforço de fiscalização higiênica a nível central, desde a Fisicatura-mor.

Os debates em torno da criação de um órgão que se responsabilizasse pela fiscalização da saúde pública remetem à década de 1840, quando o então deputado e médico Cruz Jobim submeteu um projeto de lei para a criação de um conselho de salubridade. No entanto, este foi rechaçado pelos deputados que não viam nessa proposta um tema relevante, já que pela lei de 1828, essa designação já era incumbida pelas Câmaras Municipais (DELAMARQUE, 2011)

A questão da criação de um órgão específico encarregado pela Saúde Pública, só tomou relevância frente aos acontecimentos em decorrência da epidemia de febre amarela que entra na cidade do Rio de Janeiro no verão de 1849/50. Sendo assim foi nomeada uma comissão Central de Saúde Pública, órgão que seria o ponto de partida para posteriormente se criar a Junta Central de Higiene Pública. Dentro da estrutura foram estabelecidos a partir de fevereiro de 1850, comissões compostas por subdelegados, fiscais e médicos com o objetivo de cumprir as leis referentes à saúde pública e parar o avanço da epidemia (DELAMARQUE, 2011)

A partir do fato da epidemia, várias sessões na Câmara e no Senado, discutiram o projeto de lei que criava a Junta Central de Higiene Pública. Esse projeto era composto por três artigos: o primeiro designava uma verba extra especial por conta da epidemia de febre amarela, o segundo tinha por objetivo formar uma comissão de

engenheiros para o cumprimento das intervenções necessárias à cidade para diminuição do impacto da epidemia e o terceiro artigo falava da criação de um órgão específico com o objetivo de cuidar da saúde pública.

Tal projeto teve várias divergências frente aos deputados que viam a criação da Junta de maneiras diferentes. O principal debate que pudemos identificar foi referente à questão da natureza de contágio da febre amarela e as providências necessárias para a epidemia não se alastrar pela cidade, principalmente em torno das teses contagionistas e anti-contagionistas que tomaram conta do debate sobre qual seria a melhor maneira de intervir na cidade para impedir o alastramento da doença. É importante notar nessas discussões do projeto de lei, as divergências entre os próprios médicos em torno do que fazer para evitar a febre amarela. A própria corporação médica nesse período não demonstrava unicidade (PIMENTA, 2003b).

Após cinco sessões, a Câmara aprova o projeto em setembro de 1850, sem modificações. Embora a Junta fique encarregada de fiscalizar remédios, alimentos e outras incumbências de ordem sanitária, dois pontos desagradaram principalmente aos médicos: o seu caráter apenas consultivo, sem força de impor suas determinações e a falta de um projeto que regularizasse o exercício profissional da medicina, que de acordo com Cruz Jobim era indispensável. Nesse ponto é importante observar que mesmo depois da criação da Junta Central de Higiene Pública, a regulamentação profissional ainda continuava sendo um tópico obscuro, pois não havia nesse órgão a preocupação com tal tarefa, como por exemplo acontecia na extinta Fisicatura-Mor.

Da criação da Junta até o ano de sua extinção em 1885, a tarefa de fiscalização do exercício das artes de curar, ficaram a cargo desse órgão após a aprovação do seu estatuto em 1851. Além da Junta, as Câmaras Municipais também mantiveram a incumbência de realizarem ações de polícia sanitária. Além das especificações legais, mas os dois órgãos tinham dificuldades em executar tal tarefa. Embora essa nova tarefa também coubesse a Junta, só a partir da presidência de Pereira Rego (1864-1883), se deu um destaque na importância da fiscalização dos ofícios de cura. (DELAMARQUE, 2011) Muito embora, houvesse esse destaque, sua fiscalização continuou precária, ora por falta de pessoal, ora por reconhecimento da população da legitimidade dos mais variados agentes de cura que exerciam sua prática na cidade. Portanto temos um quadro de desautorização oficial das práticas de cura populares, desde o fim da Fisicatura-Mor, com pouca ação efetiva para a fiscalização desses agentes, que tinham seu prestígio e

reconhecimento frente a população, como suas “cartas de autorização”.

Sendo assim, observamos que ao longo de todo o século XIX, as artes de cura populares sofreram um processo de desqualificação frente à progressiva organização da corporação médica. É importante ressaltar que esse processo foi lento e gradual, cheio de percalços, no qual os próprios médicos disputavam entre si a soberania das melhores teorias sobre doença e saúde. Para além das disputas entre os médicos, os curandeiros populares, como os sangradores, continuavam atuando na cidade do Rio de Janeiro, tendo como parâmetro de eficiência a aceitação dos seus serviços por seus clientes.

Capítulo 2

Mapeando Sangradores e Médicos

Neste segundo capítulo começaremos a trabalhar com a nossa fonte base: o Almanaque Laemmert. A partir das informações de nomes e endereços de médicos e barbeiros-sangradores contidas no Almanaque construímos mapas temáticos com a localização espacial desses dois ofícios que representavam respectivamente a cura popular e a medicina oficial. Com estes mapas procuramos identificar espacialmente na cidade do Rio de Janeiro as relações existentes entre os dois ofícios, assim como suas disputas pelo espaço de atuação na cidade.

Juntamente com os mapas, nos preocupamos neste capítulo em apresentar dados quantitativos referentes aos anúncios apresentados no almanaque. Com esses dados pudemos fazer planilhas e tabelas com as variações dos anúncios de médicos e barbeiros-sangradores e assim entender melhor a presença desses agentes de cura na cidade

2.1 O Almanaque Laemmert

Antes de entrarmos propriamente no estudo dos mapas relacionados aos médicos e barbeiros-sangradores, é importante detalhar e problematizar nossa fonte base para esse capítulo, o Almanaque Laemmert, e com ele um pouco do mercado editorial carioca da segunda metade do século XIX.

O Almanaque Laemmert foi uma publicação que começou a circular no Rio de Janeiro a partir do ano de 1844 e se estendeu até as primeiras décadas do século XX. Em suas páginas se encontrava um detalhado inventário dos espaços públicos e privados da cidade do Rio de Janeiro e interior da província. Os anúncios eram tão diversos que incluíam: serviços profissionais, periódicos publicados na corte, instituições religiosas, sociedades de leituras, colégios, asilos e hospitais entre outras informações. (LIMEIRA, 2007) Através desse mapeamento dos espaços profissionais na corte foi possível chegar aos nomes e endereços de médicos e barbeiros-sangradores e, assim, desenvolver uma análise quantitativa e espacial sobre a atuação dessas duas categorias de ofício na corte da segunda metade do século XIX.

De propriedade dos irmãos Henrique e Eduardo Laemmert, o Almanaque Laemmert saía anualmente, com uma média de mais de mil páginas. No primeiro ano a tiragem foi de aproximadamente 280 páginas, mas ao longo do tempo se tornou referência no mercado editorial carioca, sendo reconhecidamente uma boa estratégia de divulgação dos múltiplos serviços que eram oferecidos na cidade (LIMEIRA, 2007), como o de barbeiros-sangradores e médicos. Embora provavelmente nem todos os barbeiros ou médicos anunciassem no Almanaque, por sua preponderância no cenário editorial carioca da segunda metade do século XIX, trabalhamos com a hipótese de que grande parte deles utilizava esse meio para divulgação de seus serviços. Assim, através de seus números podemos ter uma ideia de quantos barbeiros-sangradores e médicos atuavam na cidade.

Outro importante aspecto que podemos tratar do almanaque é a sua abrangência enquanto instrumento de atração de clientes, e assim a atratividade desse periódico como estratégia de divulgação dos serviços oferecidos em suas páginas. Primeiramente o período estudado é de grande efervescência da cultura de almanaques, tanto internamente no Brasil como externamente nos países europeus. Também nessa época, embora as demais localidades do império tenham um número de alfabetizados de apenas 15% da população, na Corte esse número subia significativamente para 50,4 %, o que facilitava a difusão das propagandas escritas do almanaque. (LIMEIRA, 2007). Outro indicador da presença do Almanaque Laemmert como meio reconhecido de divulgação de serviços na cidade foi a sua quantidade de assinantes. Entre a primeira lista de em 1845 e o ano de 1859 houve um aumento de quase 300% do número dos nomes relatados. Como números totais temos para o primeiro ano 1845, 137 assinantes e já para o ano de referência de 1859 ultrapassou o número de 380.

Quando recorremos exclusivamente aos números dos anúncios referentes à presença de barbeiros-sangradores e médicos na cidade entre os anos de 1844 e 1889, temos mais de nove mil (9.000) anúncios de médicos e cerca de dois mil e quinhentos (2.500) de barbeiros-sangradores (sendo esses os números totais de anúncios sem exclusão dos que se repetiam a cada ano). Para o caso dos barbeiros-sangradores temos em torno de mil (1.000) anunciantes ao longo dos 45 anos estudados e cinco mil (5.000) médicos no mesmo período. A grande quantidade de anunciantes também refletiu o bom preço dos anúncios que eram escolhidos. Para o caso do material trabalhado, apresentava apenas uma lista com o nome completo da pessoa e seus endereços de

atuação (anexo 2- Lista do Almanaque Laemmert), sendo o valor para esse tipo de propaganda orçado em trezentos réis (\$300), preço da linha anunciada. Já para outros tipos de anúncios maiores temos os valores de quinze mil réis (15\$000) pelo anúncio de uma página inteira, oito mil réis (8\$000) por meia página quatro mil réis (4\$000) um quarto de página, todos esses valores válidos para o período entre os anos de 1844 até 1859 (LIMEIRA, 2007). Embora tenhamos procurado no Almanaque, não encontramos anúncios de barbeiros-sangradores nem de médicos, maiores que essas listagens já descritas anteriormente, sendo assim a opção por trabalhar com esse material, seria a mais óbvia.

Com esses dados obtidos, trabalharemos nesse capítulo com dados referentes à: quantidade de médicos e barbeiros-sangradores novos na listagem de um ano para outro, a quantidade dos que continuaram anunciando no ano seguinte, o número de barbeiros-sangradores e médicos que permaneceram no mesmo endereço de atuação de um ano para o outro e o número dos que mudaram de endereço. Junto com esses dados os números absolutos de anúncios também serão comparados, assim como a presença de mais de um estabelecimento por anunciante. O objetivo, ao formularmos essas questões, está relacionado com a presença de barbeiros-sangradores, representantes das curas populares na cidade, em relação aos médicos acadêmicos, representantes da medicina acadêmica. Através da comparação por esses números, poderemos inferir como a maior institucionalização da medicina crescente por todo o século XIX (EDLER, 1992) interferiu na presença de agentes de cura populares, como os barbeiros-sangradores, na Corte Imperial.

Um segundo tópico trabalhado nesse capítulo através das informações colhidas no Almanaque Laemmert, foram os mapas com a localização dos médicos e barbeiros-sangradores na cidade do Rio de Janeiro. Ao todo serão nove mapas relativos a cada cinco anos, que vão abranger todo o período de publicação do Almanaque até o fim do Império. Nesses mapas conseguimos identificar onde eram as áreas de atuação desses agentes de cura na cidade do Rio de Janeiro e, desse modo, cruzar essas informações, pensando sempre nas possíveis relações existentes entre a medicina acadêmica e a cura popular.

A perspectiva de se trabalhar com mapas a partir dos dados do Almanaque Laemmert veio através das inserções metodológicas de Franco Moretti (2003). Em seu livro “Atlas do Romance Europeu (1800-1900)”, o autor propõe analisar a literatura do

século XIX através de mapas. Muito embora sua obra seja relacionada à literatura, trabalhamos com seus conceitos através, não de uma obra literária, mas sim da análise da documentação do Almanaque.

A principal característica que utilizamos do livro de Moretti foi a sua visão sobre o trabalho com mapas, no qual, através da montagem de dados cartográficos (mapas) pudemos entender a realidade literária (no nosso caso a realidade histórica) por uma ótica distinta e enriquecedora, ao invés de só utilizar a forma escrita de representação. Sendo assim ele relatou que:

“... o método de pesquisa, que é o mesmo em toda parte e se baseia no uso sistemático de mapas. De mapas não como metáforas, quero dizer, e menos ainda como ornamentos do discurso, mas como ferramentas analíticas: que dissecam o texto de maneira incomum, trazendo à luz relações que de outro modo ficariam ocultas” (MORETTI, 2003, p. 13).

Concordamos com Moretti quando ele considera que através dos mapas podemos observar certas relações que nos escapam se trabalharmos só com os textos. Esta abordagem, a nosso ver, é de grande valia para a historiografia em geral. A grande maioria dos trabalhos historiográficos da atualidade tem como principal fonte e forma de produção de conhecimento documentos escritos, o que pode limitar a compreensão de certas características históricas. O trabalho com mapas, arqueologia e outros tipos de fontes, além das escritas, pode e deve ser explorado na produção de conhecimento histórico, pois só tende a ampliar o entendimento de uma realidade que às vezes é extremamente obscura.

No nosso caso específico, ao fazermos os mapas com os dados apresentados pelo Almanaque, entendemos que teremos uma percepção espacial da realidade da atuação desses agentes na cidade, que podem nos ajudar nos questionamentos sobre suas interações e disputas nesses espaços físicos da urbe carioca.

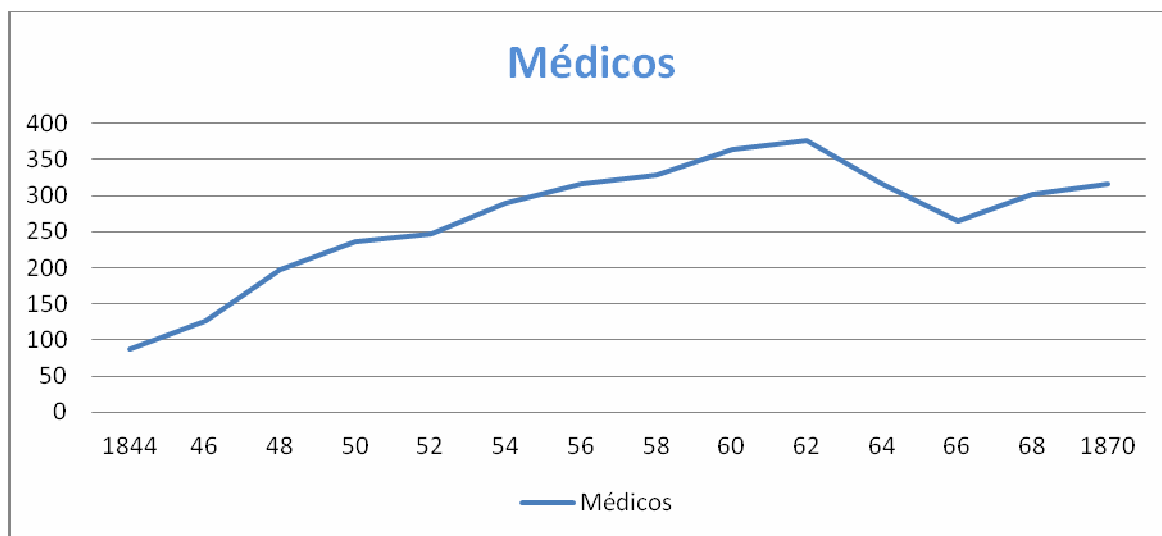
Para além de um olhar diferenciado (através dos mapas) sobre a atuação de médicos e barbeiros na cidade, tentaremos através desse estudo, uma análise social dos lugares de atuação desses agentes de cura. Entendendo a cidade como lugar de estratificação social (ABREU, 1997), ao localizar a atuação de barbeiros e médicos em

mapas, pensamos que essa localização espacial pode exprimir significados sociais através da ocupação do solo urbano.

2.2 Barbeiros-Sangradores e Médicos em números

A pesquisa ao longo da publicação do Almanaque Laemmert entre 1844 e 1889 permitiu que chegássemos a alguns números relativos a médicos e barbeiros-sangradores que atuavam na cidade. Para os barbeiros-sangradores o ano de 1844, da primeira publicação do Almanaque, é pouco representativo, com apenas 13 anunciantes. Já os médicos, nesse mesmo ano inicial, apresentaram o número de 87 anúncios. Importante observar que ao tratarmos dessas duas categorias de forma comparada, estamos trabalhando com níveis de escalas diferentes. Por todos os anos da publicação do Almanaque o número total de médicos sempre foi maior do que o de barbeiros-sangradores, mas o grande destaque para esses números foi a forma como eles evoluíram. Quando tratamos de médicos, temos um grande aumento nos anunciantes até o ano de 1862. A partir desta data, o número de médicos totais que anunciavam no Almanaque variou entre 350 à 400 anunciantes por ano, como apresentado na tabela em anexo (anexo3 tabela de médicos) e no gráfico abaixo:

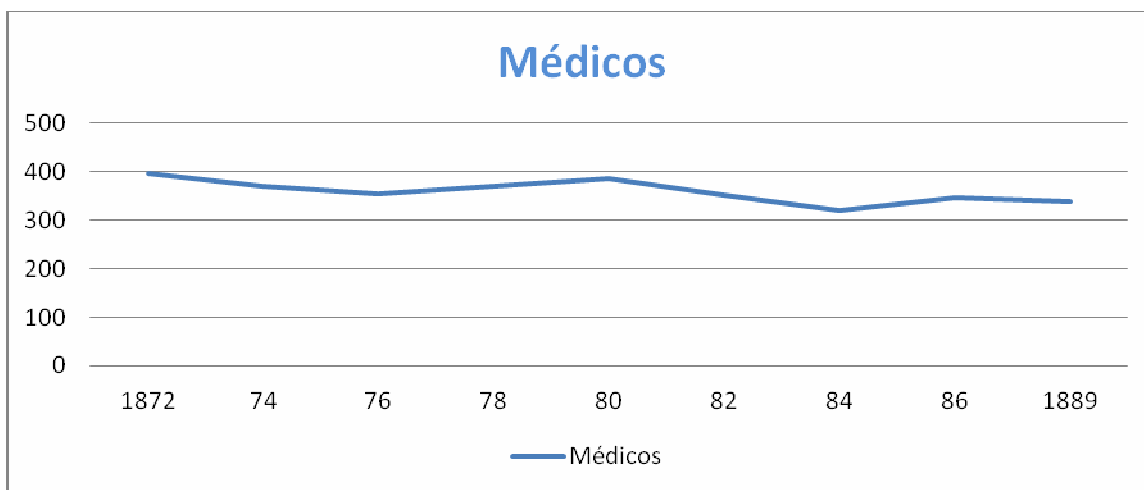
Gráfico 1: Número de médicos anunciantes no almanaque Laemmert, 1844/1870.



Fonte: Almanak Laemmert, Médicos- anos 1844/1870

Nesse primeiro gráfico destacamos o período de aumento absoluto dos médicos anunciantes, que equivale aos anos entre 1844 e 1862. Após esse período temos a estabilidade entre os 300 a 400 médicos anunciantes por ano, como exposto no próximo gráfico:

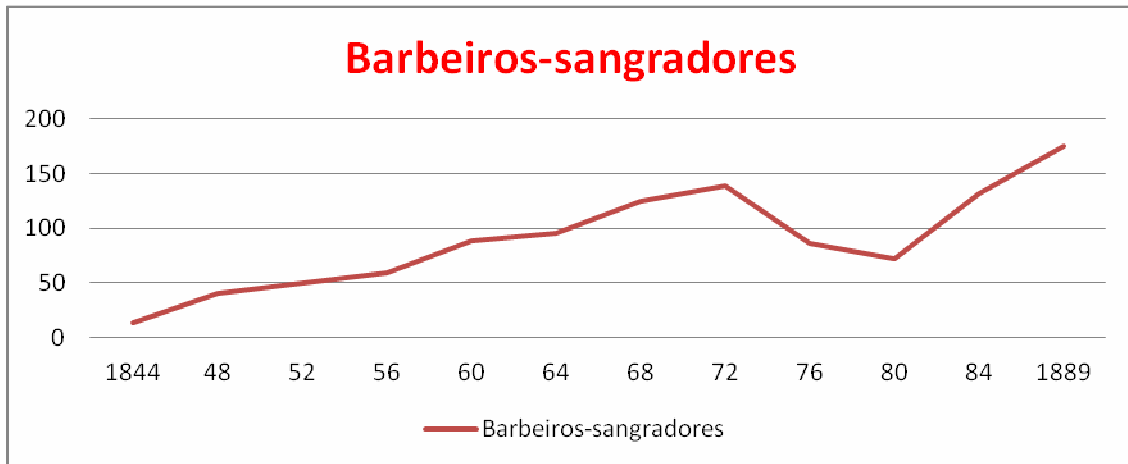
Gráfico 2: Número de médicos anunciantes no almanaque Laemmert, 1872/1889



Fonte: Almanak Laemmert, Médicos- anos 1872/1889

Quando olhamos os números absolutos referentes aos barbeiros-sangradores anunciantes, temos algumas características distintas. A primeira é que o número de barbeiros-sangradores que anunciaram foi sempre menor que os dos médicos. A segunda característica que apontamos é que embora em menor número de anúncios, os barbeiros-sangradores, mantiveram um ritmo de aumento contínuo, excetuando o intervalo entre 1872 até 1880, ao longo de todos os anos trabalhados como apresentado na tabela em anexo (anexo 3- tabela de barbeiros-sangradores) e no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Número de Barbeiros-sangradores anunciantes no Almanaque Laemmert, 1844/1889

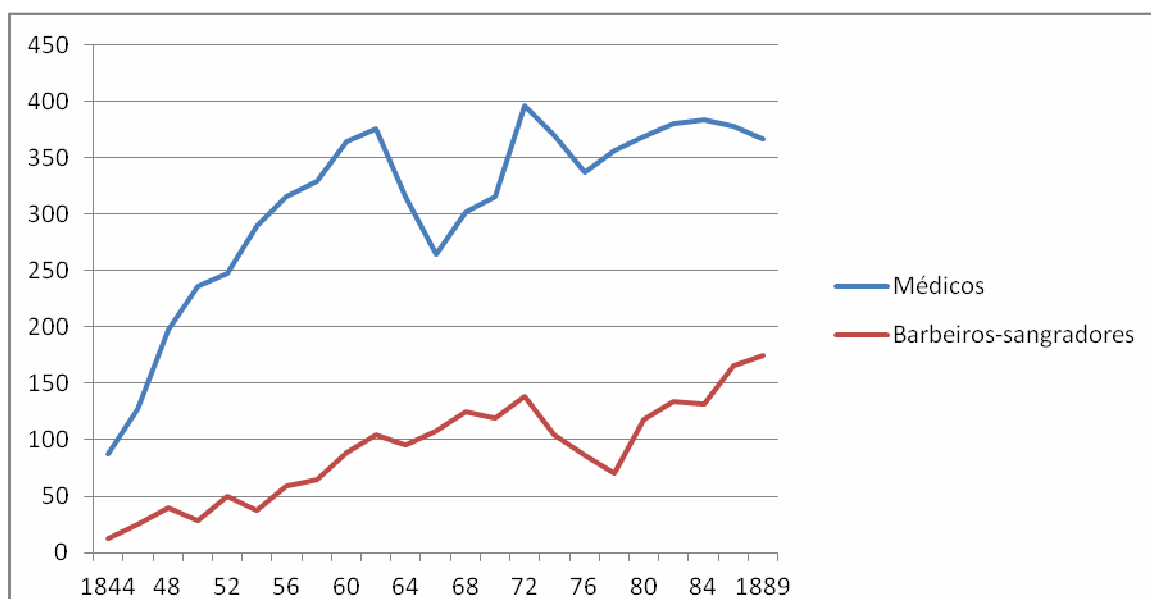


Fonte: Almanak Laemmert, Barbeiros-sangradores- anos 1844/1889

Após o ano de 1880, tivemos um aumento exponencial ainda mais forte que nos primeiros anos, chegando à média de 160 anunciantes para os últimos 10 anos com o pico de 181 anunciantes no ano de 1888.

Ao juntarmos os números trazidos sobre os médicos com os números relativos aos barbeiros-sangradores, podemos chegar a algumas conclusões importantes. Embora o número de médicos seja sempre maior do que o número de barbeiros-sangradores, os anúncios de médicos, se estabilizaram mais cedo a partir do ano de 1856 em torno de uma média de 350 anunciantes. Já os anúncios de barbeiros, sofreram uma constante subida, com apenas um período entre 1872 e 1880 de queda, mas que logo se recuperou e demonstrou um aumento até o último ano da amostragem, como podemos observar no gráfico misto abaixo:

Gráfico 4: Número de Barbeiros-sangradores e Médicos anunciantes no Almanaque Laemmert, 1844/1889



Fonte: Almanak Laemmert, Barbeiros-sagradores e Médicos- anos 1844/1889

Ao apontarmos para a ascendência quase que contínua de anúncios de barbeiros-sangradores ao longo da segunda metade do século XIX, o que podemos inferir, a princípio, através desse dado, é que mesmo com a crescente institucionalização da medicina acadêmica e tentativa de cerceamento da liberdade de atuação dos curandeiros populares (PIMENTA, 2003b), como os barbeiros-sangradores, houve um constante aumento desses praticantes nos anúncios do Almanaque. Isto pode, inicialmente indicar uma manutenção do ofício ou mesmo um aumento da atividade durante o período de circulação do Almanaque estudado. Essa idéia vai ao encontro das constatações mais recentes da historiografia sobre o tema das artes de curas populares, segundo as quais se enxerga uma manutenção dessas práticas por todo o século XIX, à revelia da tentativa de repressão que a medicina acadêmica, em ascensão, tentava impor

Quando analisamos os dados dos anúncios dos médicos, se observa que mesmo com a pretensa institucionalização da medicina, o número de anunciantes nas páginas do Almanaque se estabilizou em uma média de 350 por ano. Flavio Edler, em sua dissertação, chama atenção para esses mesmos números do Almanaque e ao relativizar a preponderância da corporação médica nesse período, nos diz que o mercado de

consultas médicas estava saturado no Rio de Janeiro do século XIX. Uma das soluções para esse tipo de “problema” seria os doutores em medicina recorrerem a cargos públicos ou eletivos. (EDLER, 1992).

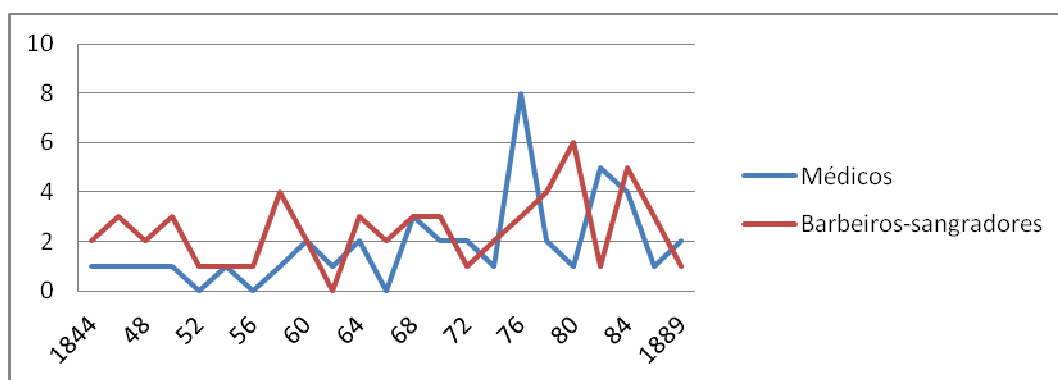
Se juntarmos os dados analisados do Almanaque com a constatação de Edler, percebemos um mercado extremamente competitivo para as artes de cura na cidade do Rio de Janeiro do século XIX. Mesmo com essa competição, observamos um aumento constante de barbeiros-sangradores e uma estabilidade relativa de médicos atuantes na cidade. De fato, essa competição por vezes não era tão explícita, muitos médicos tinham boas relações com curandeiros, barbeiros-sangradores e parteiras, indicando aos seus doentes alguns dos tratamentos oferecidos por esses agentes de cura. (XAVIER, 2008) Tânia Pimenta, chama a atenção para uma possível inversão de valores nesse caso, em vez de um aumento dos curandeiros populares pela falta de médicos, poderíamos pensar para uma queda, ou no nosso caso uma estabilidade, do número de médicos atuantes em decorrência da presença direta do curandeiro popular, como, por exemplo, os barbeiros-sangradores. (PIMENTA, 2003b). Através desses primeiros dados analisados, observamos um aumento de barbeiros-sangradores e uma estabilização de médicos na cidade ao longo da segunda metade do século XIX, mesmo com uma maior repressão frente às artes de curas populares, o que nos indica dois tipos de interpretação. A primeira, o quanto essa repressão frente as artes de cura populares eram ineficiente e a segunda, a possibilidade dos barbeiros terem mudado suas atividades, se dedicando menos a cura (o que permitiria a sua disseminação na cidade). A segunda hipótese será testada mais especificamente no próximo capítulo.

Os próximos dados analisados são referentes ao número de barbeiros-sangradores e médicos novos que entraram no Almanaque de um ano para o outro. Com esses números tentaremos inferir o grau de rotatividade profissional, principalmente de barbeiros, que existia nessas duas categorias e, assim, entender como a presença desses agentes de cura era fixa ou transitória dentro do espaço urbano da cidade.

Os barbeiros-sangradores apresentaram uma variação de 24% de anunciantes novos de um ano para o outro, o que demonstra pouca renovação. Decerto, a maioria dos anunciantes no Almanaque Laemmert, aparecia em suas páginas por mais de um ano seguido, demonstrando certa assiduidade e permanência dos mesmos no campo de atuação. Era isso o que acontecia com os barbeiros-sangradores, pois esses agentes de cura costumavam anunciar repetidamente por alguns anos seguidos. Já quando tratamos

dos médicos, sua taxa de variação de um ano para o outro é ainda menor, representando cerca de 15%, o que demonstra também uma permanência dos mesmos médicos atuando na cidade por um bom tempo. A reduzida taxa de inserção de novos médicos no circuito ratifica a tese de um inchaço desses agentes de cura na cidade do Rio de Janeiro. O gráfico comparativo abaixo demonstra a inserção de novos barbeiros-sangradores e médicos ao longo dos anos no Almanaque:

Gráfico 5: Número de Barbeiros-sangradores e Médicos anunciantes novos por ano, 1844/1889

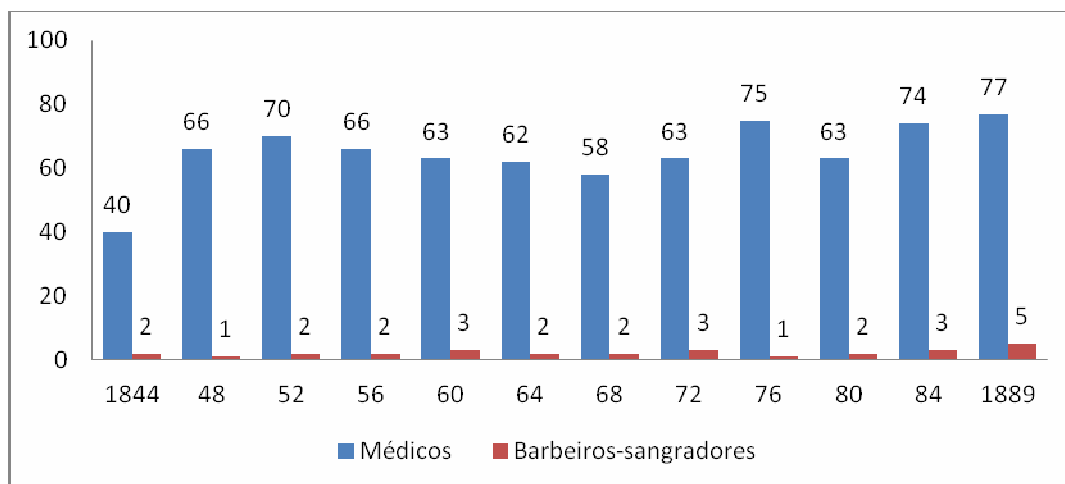


Fonte: Almanak Laemmert, Barbeiros-sagradores e Médicos- anos 1844/1889

Outro aspecto analisado diz respeito à mudança de endereços, quando um médico ou barbeiro-sangrador anunciava em um ano em um determinado endereço, mudando local apresentado posteriormente em outro anúncio. Nesse caso houve uma diferença marcante entre as duas categorias de ofício estudadas. Para os barbeiros-sangradores, houve uma variação de apenas 3% de nomes antigos anunciando com endereços novos, já para os médicos, essa variação chegou a 20%. Podemos inferir a partir desses números, que os barbeiros-sangradores se fixavam e permaneciam no mesmo local de atuação por um período maior de tempo, o que pode ter sido ocasionado pela própria característica da renda proporcionada por esse ofício. Já os médicos analisados, tinham uma menor estabilidade geográfica, mudando os seus endereços com mais facilidade. Embora este aspecto vá ao encontro das características econômicas dos dois ofícios, já que os médicos tinham mais capacidade financeira para mudar de endereço, a maior estabilidade dos barbeiros-sangradores, poderia representar um perigo para sua atuação enquanto curandeiro, pois facilitava a fiscalização. Mesmo podendo haver essa facilitação na fiscalização, o que se observou através dos números do

Almanaque e dos próprios anúncios nos jornais da época (PIMENTA, 2003b), foi a pouca preocupação com a fiscalização dessa atividade, já que a mesma era falha ou inexistente. O gráfico abaixo mostra a variação dos endereços de médicos e barbeiros sangradores ao longo dos anos estudados:

Gráfico 6: Número de Barbeiros-sangradores e Médicos que mudam de endereço de um ano para outro, 1844/1889



Fonte: Almanak Laemmert, Barbeiros-sagradores e Médicos- anos 1844/1889

A grande permanência de barbeiros-sangradores nos mesmos endereços por um período considerável nos indica a possível formação de redes de ajuda entre esses praticantes da sangria. Possivelmente, mantinham uma clientela cativa, o que permitia uma maior permanência de seus estabelecimentos em determinados endereços, junto com uma melhoria de vida em conjunto. Pimenta nos aponta para isso no trecho abaixo:

“Esse grupo, provavelmente, via em tal atividade [a sangria], pelo menos nos centros urbanos, uma oportunidade de acumular pecúlio, ou seja, enxergava o aumento da possibilidade de comprar a liberdade e de melhorar suas condições de vida. Esse conhecimento foi, então, sendo transmitido entre as pessoas que constituíam essa camada social e suas atividades foram sendo reinterpretadas segundo suas concepções de doença e cura.” (PIMENTA, 2009. p. 9)

Outro dado que apontamos na pesquisa através do Almanaque refere-se ao número de anunciantes que indicavam mais de um endereço. No caso dos barbeiros-sangradores, encontramos somente 44 anúncios em que se indicava mais de um local pertencente a um barbeiro-sangrador, como no exemplo: “Manoel Ribeiro de Carvalho, Rua de S. Pedro, n 129 e Praça da Constituição, n 20” (AlmanakLammert, 1878). Esse dado corrobora com a condição socioeconômica desses agentes de cura, já que manter dois estabelecimentos é mais oneroso que apenas um. Os dados dos médicos também indicam para poucos os que anunciavam em dois estabelecimentos. Na série toda encontramos 116 anúncios desse tipo, proporcionalmente menor que os dos barbeiros-sangradores. No caso dos médicos, esses dados corroboram com a questão apontada anteriormente a respeito de um inchaço no mercado médico na cidade. Por existirem muitos médicos atuando no período, era pouco provável que esses médicos mantivessem mais de um local de trabalho.

2.3 Barbeiros-Sangradores e Médicos em mapas

Através dos dados quantitativos, trabalhados anteriormente, elaboramos uma série de nove mapas, organizados a cada cinco anos. De posse dos endereços dos barbeiros-sangradores e dos médicos, foi possível organizar espacialmente em um mapa padrão do ano de 1852 da cidade do Rio de Janeiro, a localidade de atuação da maior parte desses agentes de cura. Os que não foram mapeados, ou os endereços não foram achados ou as freguesias correspondentes não eram contempladas nos mapa usado, muito embora tenha sido uma minoria.

Como metodologia de trabalho, usamos dois tipos de mapas. O primeiro o mapa da coleção Gotto da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1866, disponibilizado no site do CECULT¹⁰, nos forneceu a localização dos números em cada rua da cidade. Através dos endereços fornecidos pelo almanaque Laemmert e a localização de cada número das ruas, sinalizamos com pontos coloridos os endereços dos anúncios na cidade. Essa marcação foi feita no mapa Garnier de 1852 para toda a série de 1844 até 1889.

Ao fazer esse tipo de trabalho optamos por dividir os mapas entre as duas categorias estudadas. Assim foram elaborados nove mapas relativos aos médicos e nove

¹⁰ Endereço eletrônico: <http://www.unicamp.br/cecult/mapastematicos/>, acessado em 25/03/2012

dedicados aos barbeiros-sangradores (anexo - Mapas), pois como tentativa de unificar os mapas, as marcações acabaram confusas. Embora separados, nosso estudo será comparativo e, quando necessário, utilizaremos um mapa comum para um determinado ano.

Ao trabalharmos com as localizações dos barbeiros no espaço geográfico da cidade, tentaremos entender a dinâmica social inerente a localização das barbearias e como a cidade era dividida socialmente pelos seus múltiplos estratos. É a partir do século XIX, com o crescimento da cidade, que conseguimos ver uma divisão social estratificada dentro do espaço urbano carioca. Antes, por seu espaço e formação limitada, as formas de diferenciação entre as classes sociais passavam mais por roupas e estilos de vida do que propriamente os espaços de moradia. (ABREU, 1997)

O grande marco para o começo da estratificação social da cidade do Rio de Janeiro foi a transferência da Corte para a cidade a partir de 1808. Com a chegada da Corte e do seu aparelho administrativo, algumas freguesias urbanas começaram a se distinguir e ser preferidas como zonas de moradia pelos nobres e melhores da terra, destacando-se a freguesia da Candelária e de São José, ambas lugares onde havia presença dos prédios administrativos, como o Paço Imperial. (ABREU, 1997)

Para além das freguesias centrais, observamos um deslocamento, das classes mais altas, para as áreas próximas como Glória e Catete, onde antes existiam grandes chácaras que começaram a se desmembrar e servir de local de moradia. Nesse período inicial, também temos um maior destaque para São Cristovão, bairro de residência da família Real e depois Imperial, que ganha destaque. Sendo assim, no final da primeira metade do século XIX através de obras de aterramento e abertura de vias, o Rio de Janeiro conheceu um deslocamento, das camadas mais abastadas da cidade, para bairros próximos, que começaram a se distinguir dos demais por sua estratificação social.

Só a partir da década de 1870, conseguimos enxergar uma maior expansão da cidade e conseqüentemente estratificação do solo urbano. Isso se deveu à lógica dos transportes: com a criação da estrada de ferro Pedro Segundo (Central do Brasil) e a expansão das linhas de bondes puxados a burro para as áreas da Zona Sul da cidade (Botafogo, Largo do Machado e Copacabana), os deslocamentos ficaram mais fáceis e o crescimento da cidade se acelerou. Mesmo com esse crescimento, o centro continuava a figurar como área de maior concentração das atividades econômicas e sendo as classes sociais mais baixas as que efetivamente tinham sua atividade econômica nessa área, a

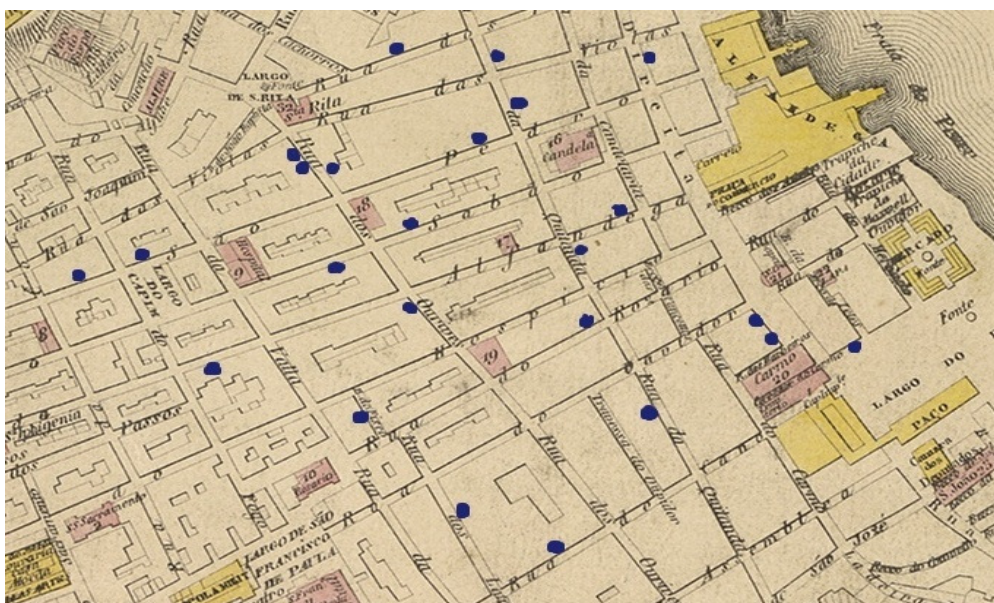
área central começou a abrigar as classes econômicas mais baixas em moradias como os cortiços. As áreas mais afastadas, principalmente da zona sul, começaram a ser caracterizadas pela presença das classes mais abastadas. Nesse período surgiu outro aspecto que favorecia a zona sul como área de escolha preferencial de habitação das classes altas: a difusão da ideologia associada ao estilo de vida moderno que via as localizações à beira-mar como melhores. (ABREU, 1997) Nesse aspecto Botafogo começou a se destacar como preferência quase natural. Essa escolha foi um dos aspectos para o gradual recuo de São Cristovão como área valorizada e também das áreas que margeavam a Estrada de Ferro D. Pedro II.

Ao abordar o período de 1844 até 1889, nosso estudo abrangeu essa ampla gama de modificações socio-econômicas que a cidade do Rio de Janeiro sofreu. Como vimos, as estratificações sociais do espaço urbano carioca começaram a tomar um contorno mais delimitado a partir desse século. É com essa perspectiva que tentaremos alinhar nossa proposta de estudar as localidades de atuação dos barbeiros. Tendo em mente que a maioria dos barbeiros pertenciam a camadas sociais subalternas (PIMENTA, 1998), como escravos e seus descendentes, partimos da premissa que a atuação dessas pessoas se estabeleceu principalmente nas áreas centrais da cidade, mas destacadamente nas freguesias de Santana e Santa Rita, que abrigavam as populações de baixa renda. (ABREU, 1997) Tentaremos entender como se passou a dinâmica de deslocamento dessa atividade na cidade ao longo do século XIX e se esse deslocamento pode indicar algum tipo de mudança social ou favorecimento de alguma área da cidade em relação às outras.

Além da análise referente aos barbeiros, paralelamente e com resultados integrados, estudaremos a localização dos médicos, como contraponto da atuação da medicina oficial mais rica que tinha nos seus representantes componentes das classes mais abastadas. Através da localização desses médicos, poderemos inferir quais locais a medicina acadêmica teria mais possibilidades de fiscalização e intervenção contra os barbeiros-sangradores, representantes das artes de cura populares. Embora pudessem trabalhar em conjunto (XAVIER, 2008), percebe-se uma tendência a gradativa transferência da sangria para mãos consideradas mais habilitadas segundo a medicina acadêmica, como as dos médicos recém formados. (PIMENTA, 2003b) Sendo assim, começaremos a análise dos mapas pelos barbeiros-sangradores.

O primeiro mapa feito para os barbeiros-sangradores engloba os anos de 1844 até 1848. Nesse mapa, vemos as primeiras configurações espaciais das atividades dos barbeiros-sangradores na cidade do Rio de Janeiro. O aspecto inicial abordado refere-se ao número de barbeiros-sangradores marcados nesse mapa: 41 anunciantes. Destes, a maior parte se concentrava nas áreas centrais da cidade como se observa no recorte do mapa feito abaixo:

Mapa 1- Mapa de barbeiros-sangradores anunciantes no AlmanaqueLaemmert-1844/1848



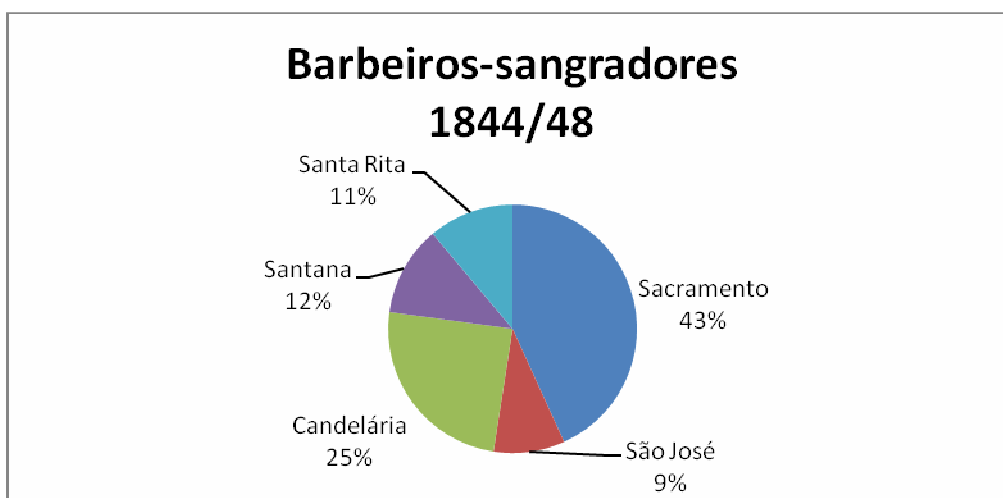
Fonte: Almanak Laemmert, Barbeiros-sangradores, anos 1844/1848

Neste recorte do mapa original (em anexo), observa-se uma concentração espacial dos barbeiros-sangradores anunciantes nas áreas mais centrais da cidade como as ruas da Alfândega, de São Pedro, do Sabão e Direita e em suas direções para o oeste os anunciantes não vão além da Rua do Fogo. Essa concentração espacial deslocada mais para o centro da cidade, ao nosso ver, vai ao encontro das perspectivas socioeconômicas dos barbeiros-sangradores, que por ser um ofício designado às camadas sociais mais baixas, tem o centro da cidade como lugar de maior concentração desse segmento social subalterno. Além disso, como estamos tratando do final da década de 1840, é de se esperar que os anúncios se concentrassem nessa área espacial, pela própria dinâmica de deslocamento da cidade, que na época contava com pouco mais de 80.000 habitantes (SOARES, 2007), sendo sua concentração demográfica

significativa nas áreas centrais.

Ao tentarmos estender esses dados observando as divisões das freguesias urbanas do Rio de Janeiro (NORONHA SANTOS, 1965), percebemos que nesse período a maior concentração de barbearias, se dava nas freguesias urbanas de Sacramento e Candelária. Essas duas freguesias tinham características importantes. Em algumas décadas anteriores, Sacramento era considerada a freguesia habitada pelos mais pobres, enquanto Candelária tinha a maior concentração de imigrantes portugueses (RIBEIRO, 2002). A característica econômica subalterna dos barbeiros-sangradores pode ser observada claramente na historiografia analisada no capítulo um. Quando tratamos de imigrantes portugueses dentro do ofício da sangria, essa suspeita aparece como um dado diferente que será investigado ao longo do trabalho. Abaixo, um gráfico da concentração espacial das barbearias pelas freguesias urbanas de Santana, Sacramento, São José, Candelária e Santa Rita, para o primeiro mapa 1844/48.

Gráfico 7: Distribuição de Barbeiros-sangradores por freguesia urbana, 1844/1848



Fonte: Almanak Laemmert, Barbeiros-sagradores- anos 1844/1848

Embora, nesse período Sacramento ainda mantivesse as camadas sociais de mais baixa renda, essa característica foi sendo deslocada ao longo da segunda metade do século XIX, com a migração dessas populações para as freguesias de Santa Rita e Santana (ABREU, 1997), mais próximas do porto, porém essas características não se apresentam ainda no período de 1844/48. Outro aspecto importante foi o destaque que a freguesia da Candelária apresentou a partir da chegada da corte. Por ter a maioria dos órgãos da administração Imperial essa freguesia se caracterizava como a moradia das

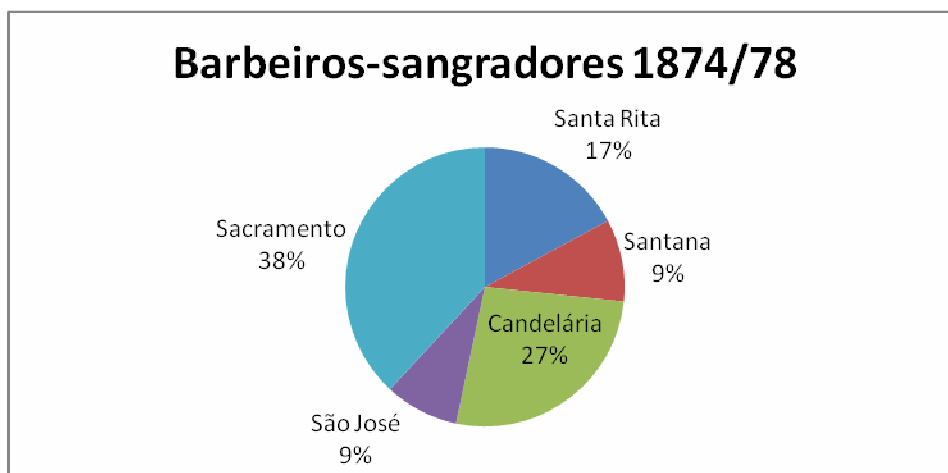
classes altas e administrativas do período e, conseqüentemente, também de portugueses emigrantes.

Então nesse primeiro mapa, temos um destaque para duas freguesias: a da Candelária e de Sacramento. Ambas com características populacionais diferentes no que se refere à divisão socioeconômica, um aparente paradoxo que será analisado mais concretamente adiante.

Seguindo a série de mapas dos barbeiros-sangradores, observamos uma tendência geral para uma alta concentração de barbearias no centro da cidade, com grande presença nas já citadas freguesias de Sacramento e Candelária. A partir do mapa de 1854/58, observamos concentrações significativas nas freguesias de São José, Santo Antonio e Santa Rita. Mesmo com essa expansão, o padrão de crescimento até pelo menos o meado da década de 1870, foi o mesmo observado anteriormente. Ao avançar no período estudado e analisar o mapa referente ao ano de 1874/78, percebemos que em cada rua do centro do Rio de Janeiro se encontrava pelo menos uma barbearia, o que torna a presença dos oficiais de barbeiro, uma constante na vida da cidade.

Ao dividirmos os anúncios pelas freguesias centrais no mapa referente aos anos de 1874/78, temos uma divisão semelhante a observada no primeiro mapa 1844/48, indicando assim uma dificuldade de se estratificar a análise espacialmente. É certo que em algumas localidades o número de anúncios de barbearias foi maior, mas certamente elas tinham uma presença significativa em todas as freguesias urbanas. Mesmo nesse quadro, ainda observamos um destaque para a freguesia da Candelária e do Sacramento, com um pequeno aumento proporcional na freguesia de Santa Rita.

Gráfico 8: Distribuição de Barbeiros-sangradores por freguesia urbana, 1874/1878



Fonte: Almanak Laemmert, Barbeiros-sagradores- anos 1874/1878

Esta grande quantidade de barbearias, que cresceu ao longo dos anos analisados, demonstrou, mais uma vez, que o poder dos médicos proveniente da institucionalização pela qual a medicina passou no período e da repressão que pretendia impor às artes de curas populares pode ser relativizado. Pois, na Corte imperial, onde os órgãos fiscalizatórios teriam mais poder que em qualquer localidade do Império, as lojas de barbeiro, onde em geral se praticava a sangria, se expandiam na cidade, com endereços fixos e publicados em um periódico importante, sem que esse fato tivesse impacto em uma possível retração desses estabelecimentos.

No mapa correspondente aos anos de 1879/1883 (em anexo) verificamos uma expansão considerável dessas barbearias por áreas da cidade mais afastadas como: Tijuca, Glória, Flamengo e Lagoa. Mesmo com essa expansão, as áreas centrais continuaram com o maior número de estabelecimentos e mantém o ritmo de expansão. A presença cada vez maior de barbearias nas freguesias mais afastadas do centro urbano foi interpretada como consequência do próprio crescimento natural da cidade em direção a essas áreas, sem ter ligação com qualquer tipo de repressão que possa ter havido no centro, pois a permanência das barbearias no centro e sua expansão foi contínua. No último mapa da série, constatamos uma configuração complexa, na qual se catalogou cerca de 212 endereços para os cinco anos do período. Esses tantos

estabelecimentos foram presença marcante por todas as ruas do centro da cidade e das regiões mais afastadas. Abaixo, a tabela com o número total de anúncios (incluindo os repetidos), marcados pelos quinquênios estabelecidos nos mapas.

Tabela 1: Número de anúncios de barbeiros-sangradores por quinquênio, 1844/1889

Anos	Barbeiros-Sangradores
1844/48	139
1849/53	187
1854/58	287
1859/63	483
1864/68	543
1869/73	616
1874/78	434
1879/83	608
1884/89	962

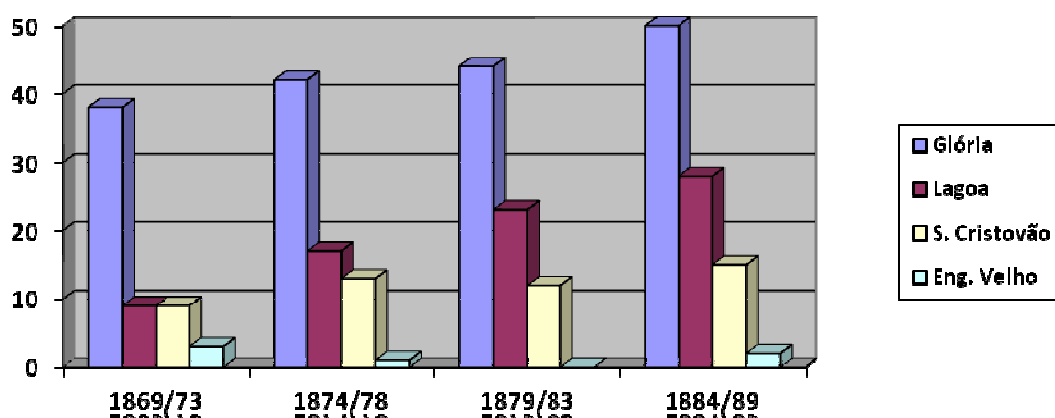
Fonte: Almanak Laemmert, Barbeiros-sagradores- anos 1844/1889

A partir do ano de 1870, tentamos observar a expansão das barbearias para as freguesias mais afastadas, o que pode indicar um acompanhamento das classes, tanto altas como baixas, por suas respectivas expansões territoriais. Embora como observado anteriormente, conseguimos identificar que os anúncios de barbearias se espalharam por todo o centro da cidade e também se apresentaram significativamente nas freguesias afastadas ao longo dos anos, ao estudarmos mais detalhadamente essa expansão podemos inferir mais sobre as condições sociais dos barbeiros ao longo da segunda metade do século XIX.

No período que abrange o ano de 1869/1873 encontramos 38 anúncios na freguesia da Glória, 9 na Lagoa, 9 em S. Cristovão e 3 no Engenho Velho. Desses 38 anúncios na Glória, 21 eram referentes ao Catete. No período de 1874/78 temos 42 anúncios para a Glória, 17 na lagoa, 13 em S. Cristovão e 1 Engenho Velho. Em 1879/83 existem 44 anúncios para Glória, 23 Lagoa, 12 S. Cristovão e nenhum para Engenho Velho. No último período analisado temos 50 anúncios para a Glória, 28 para Lagoa, 15 para S. Cristovão e 2 para Engenho Velho. No gráfico adiante conseguimos visualizar

melhor esses números e sua evolução ao longo dos períodos estudados.

Gráfico 9: Números de Barbeiros-sangradores nas freguesia da Glória, Lagoa, S. Cristovão e Eng. Velho, 1869/1889



Fonte: Almanak Laemmert, Barbeiros-sagradores- anos 1869/1889.

Através desse gráfico, observamos que a tendência geral de aumento de todos os anúncios na cidade, também foi apresentada nas freguesias periféricas. Além disso, observamos um crescimento mais acentuado nas áreas da Zona Sul, tradicionalmente dominadas por classes mais altas, em detrimento das freguesias de S. Cristovão e Engenho Velho. São Cristovão, embora tradicionalmente local escolhido pela elite para suas habitações, por ter a casa do Imperador, começou a perder prestígio para outros locais, como Lagoa e Glória. (ABREU, 1997)

Embora tenhamos observado um aumento para as freguesias periféricas referente aos anúncios de barbeiros, em relação aos anúncios totais, vemos que esses só representaram em torno de um sétimo do total, sendo a maior expansão ainda nas freguesias centrais da cidade. O que podemos analisar sócio espacialmente, é que a presença de barbeiros nas freguesias mais abastadas (Glória e Lagoa) foi significativa, embora não possamos afirmar qual a condição social dos barbeiros que atuavam nessas localidades. Decerto havia uma quantidade significativa de barbeiros atuando em áreas da cidade destinadas a classes mais altas e se atuavam, existia demanda pelos seus serviços que poderiam ser desde cortes de cabelo até as práticas curativas como a

sangria. Esses dados cartográficos/quantitativos ajudam a corroborar com a tese da escolha da população pela sua cura e mesmo as pessoas que tinham condições de pagar os médicos acadêmicos, levavam também em consideração as outras formas terapêuticas.

Ao tratarmos dos mapas referentes aos médicos anunciantes no Almanaque Laemmert, usamos a mesma metodologia do trabalho com os barbeiros-sangradores. Dividimos em nove mapas de cinco anos cada, o período estudado de 1844 até 1889 e, assim, formulamos os mapas tendo como referência os endereços apresentados em cada ano. Ao assumirmos essas metodologias idênticas, foi possível comparar e tirar algumas conclusões acerca dos espaços ocupados por médicos em relação ao que estava acontecendo com os barbeiros-sangradores, tendo a perspectiva de que o médico representava a medicina oficial acadêmica e os barbeiros-sangradores, as artes de cura populares. Ao compararmos a distribuição desses agentes na cidade do Rio de Janeiro, pudemos inferir como essa medicina acadêmica que estava se organizando, dividiu seu espaço de atuação na Corte com os praticantes das artes de cura populares.

O primeiro mapa também corresponde ao período de 1844/48. Observamos que os endereços dos médicos anunciantes se concentravam no centro da cidade do Rio de Janeiro, nas mesmas freguesias urbanas de Sacramento, Candelária, Santa Rita, São José e Santo Antônio. Se compararmos com o mapa dos barbeiros-sangradores do mesmo período, encontramos uma semelhança de concentração nessas áreas especificadas. Pelo maior número de anúncios dos médicos no Almanaque, contudo, houve uma maior presença dos mesmos nessas regiões geográficas, podendo disputar espaços físicos de atuação, clientela ou mesmo havendo certo tipo de cooperação, dependendo do caso. A principal diferença observada nesse primeiro mapa dos médicos em relação ao mapa dos barbeiros-sangradores foi que nesse período já encontramos anúncios de médicos atuando em localidades mais afastadas da área central da cidade. Como exemplo, podemos citar estabelecimentos na rua Nova no Conde, que ficava depois do Campo de Santana, rua de Mata Cavalos, perto dos Arcos da Lapa, rua da Glória, na Glória, e na praia da Gamboa, na Gamboa. Essas áreas só começaram a ser povoadas pelos anúncios de barbeiros-sangradores em meados da década de 1870. Tal observação leva a crer que a maior presença de médicos em lugares mais afastados da cidade, significaria uma melhor organização dessa categoria profissional perante os barbeiros-sangradores, que pelo caráter de sua ocupação ser popular, obedeciam a outras

dinâmicas de organização que poderiam dificultar o reconhecimento prévio do Almanaque Laemmert como bom meio de divulgação dos seus serviços. Abaixo, o recorte espacial do mapa dos médicos correspondente ao dos barbeiros exposto anteriormente.

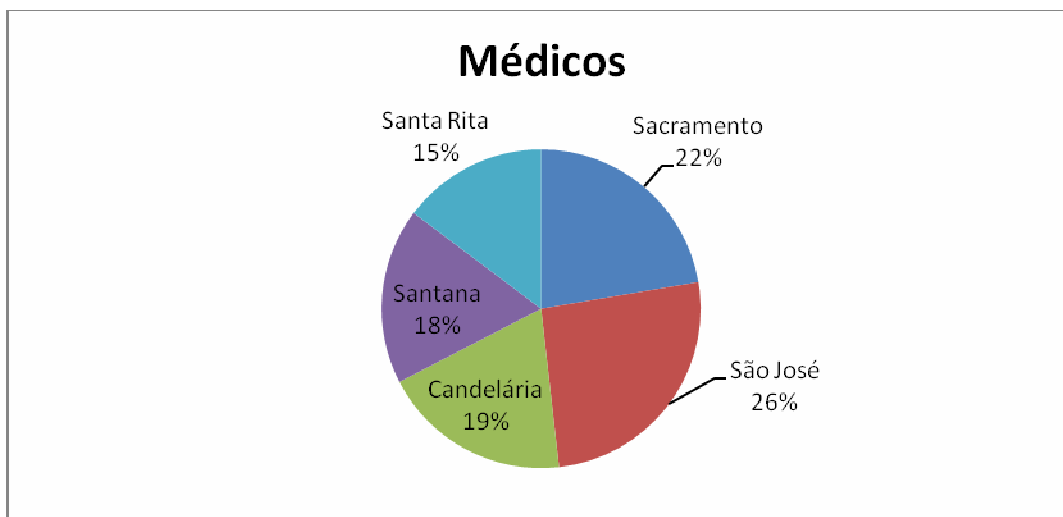
Mapa 2- Mapa de Médicos anunciantes no Almanaque Laemmert- 1844/1848



Fonte: Almanak Laemmert, Médicos- anos 1844/1848

Seguindo a mesma linha de investigação proposta na análise anterior dos mapas dos barbeiros-sangradores, ao dividirmos a atuação dos médicos por porcentagem referente às cinco freguesias urbanas de maior concentração dos anúncios, constatamos uma distribuição mais homogênea de estabelecimentos divididos por essas freguesias. Essa constatação reforça as hipóteses levantadas para a concentração nesse primeiro mapa de barbeiros-sangradores nas freguesias de Sacramento e Candelária, além de nos dizer que o grau de disseminação dos médicos na cidade já nos primeiros anos de 1840 era tamanho que havia uma quantidade considerável de estabelecimentos em todas as localidades mais populosas do Rio de Janeiro. Abaixo, o gráfico da concentração dos estabelecimentos médicos por freguesias para o mapa de 1844/48:

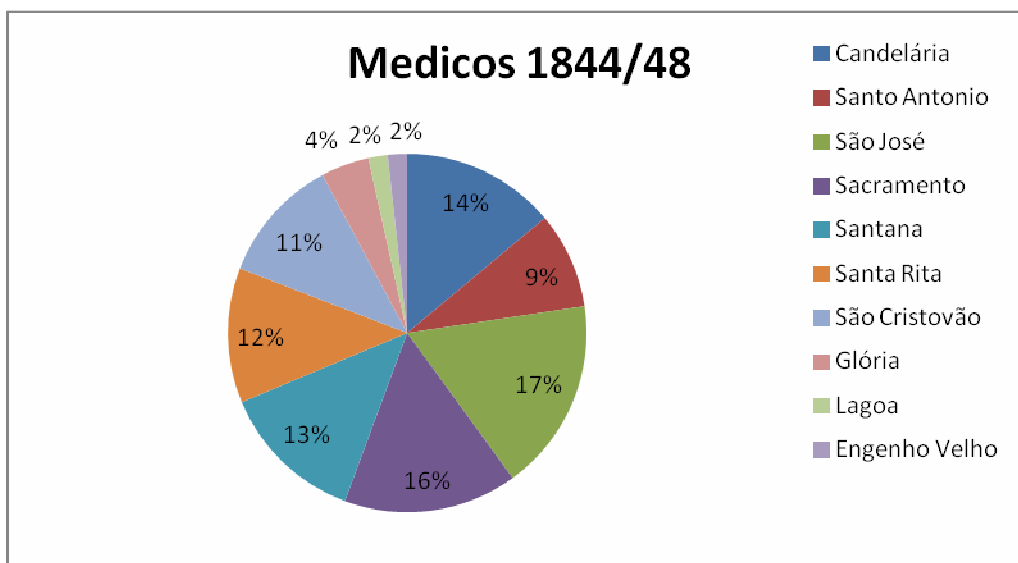
Gráfico 10: Distribuição de Médicos por freguesia urbana, 1844/1848



Fonte: Almanak Laemmert, Médicos- anos 1844/1848.

Além de uma maior concentração nas freguesias urbanas, temos também uma maior presença de médicos nas freguesias afastadas, desde o primeiro mapa 1844/48, podemos ter um quadro comparativo da presença desses anúncios divididos entre as freguesias urbanas e periféricas (sendo as freguesias urbanas no período: Candelária, Santo Antônio, São José, Sacramento, Santana e Santa Rita) (ABREU, 1997), e assim tentar traçar alguma conclusão sobre a estratificação social dos médicos pela localização urbana de suas áreas de atuação.

Gráfico 11: Distribuição de Médicos por freguesia, 1844/1848.



Fonte: Almanak Laemmert, Médicos- anos 1844/1848.

Nesse primeiro gráfico, identificamos pouca presença desses médicos nas freguesias de Lagoa e Glória, mas ao mesmo tempo uma presença significativa na freguesia de São Cristóvão, rivalizando com sua presença nas freguesias urbanas da cidade. Embora conseguíssemos observar essa divisão, o padrão da porcentagem dos anúncios, só reforça a conclusão anterior de presença dos médicos em uma maior área da cidade, mais precocemente que ados barbeiros. Não podemos chegar a conclusões de estratificação social por localização dos anúncios, já que ao que tudo indica, sua disseminação é mais ou menos uniforme e se expande pela cidade acompanhando a expansão endógena da mesma.

Avançando na perspectiva comparada de análise entre os mapas dos médicos e os dos barbeiros-sangradores, observamos que a presença de estabelecimentos médicos por todas as principais ruas do centro da Corte ocorre muito antes do mesmo fenômeno com os sangradores. No caso destes, só pudemos estabelecer essa relação nos mapas correspondentes em meado da década de 1870. Quando tratamos dos médicos, já observamos essa configuração no mapa de 1854/58, com cerca de vinte anos de diferença, como observado no recorte do mapa em anexo a seguir.

Mapa 3- Mapa de Médicos anunciantes no Almanaque Laemmert- 1854/1858



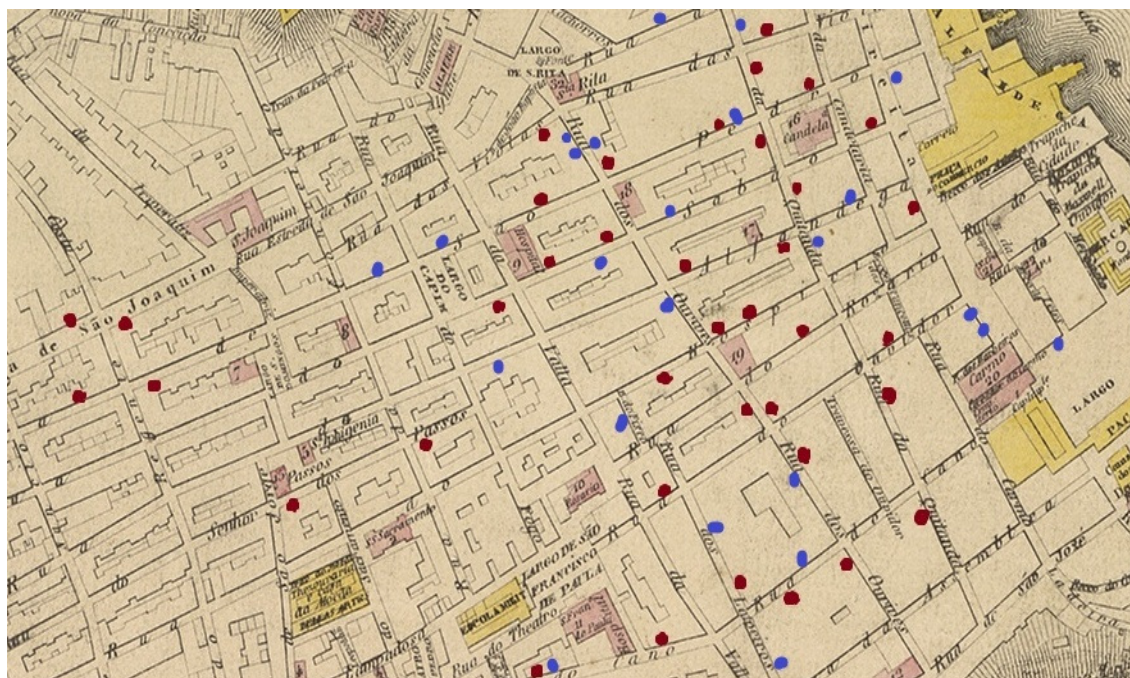
Fonte: Almanak Laemmert, Médicos- anos 1854/1858

Mesmo com uma grande vantagem numérica e espacial em relação aos barbeiros-sangradores, a partir do mapa de 1864/68, a configuração geográfica da presença dos médicos na cidade permaneceu praticamente a mesma, até o último ano da série: 1889. Eles mantiveram uma grande presença na maioria das localidades, não tendo muitas variações de ano para ano. Essa observação a partir de uma perspectiva espacial, mais uma vez, vai ao encontro da constatação de Edler, quando afirma que o negócio dos médicos na Corte do período estava saturado (Edler, 1992). Já quando tratamos dos mapas dos barbeiros-sangradores, assim como nos números apresentados anteriormente, verificamos uma expansão contínua desse ofício nas ruas da cidade por todo o período estudado, embora o número total de anúncios ainda tenha sido sempre inferior ao número dos médicos. Se considerarmos a disputa entre essas duas categorias, os médicos ocupavam grande parte dos espaços na cidade, a ponto de sua expansão atingir um limite, enquanto os barbeiros-sangradores se mantiveram em expansão. Os barbeiros-sangradores conseguiram se expandir à revelia da saturação que ocorreu nos meios médicos. Sendo assim ou os barbeiros-sangradores levaram vantagem em uma

possível competição com os médicos ou essa própria competição não foi concretizada, podendo os barbeiros-sangradores em um determinado momento, não estarem disputando a mesma clientela com os médicos ou serem encarados como tratamentos complementares.

Como último componente da análise dos mapas elaborados, apresentamos abaixo um mapa mesclado, onde aparecem no mesmo plano as marcações dos endereços dos barbeiros-sangradores e médicos. Como já foi dito, optamos por não trabalharmos com mais quantidades desses mapas, pois a compreensão dos mesmos ficaria prejudicada, devido ao grande número de marcações. Portanto o mapa apresentado corresponde ao primeiro quinquênio trabalhado 1844/48, pois é o que apresenta menos anúncios das duas categorias e assim melhor compreensão gráfica. Embora sejam apenas do primeiro quinquênio, algumas relações existentes nesse mapa perpassam toda a série analisada e assim tornaram o trabalho válido. Vamos ao mapa:

Mapa 4- Mapa de Médicos e Barbeiros-sangradores anunciantes no Almanaque Laemmert- 1844/1848.



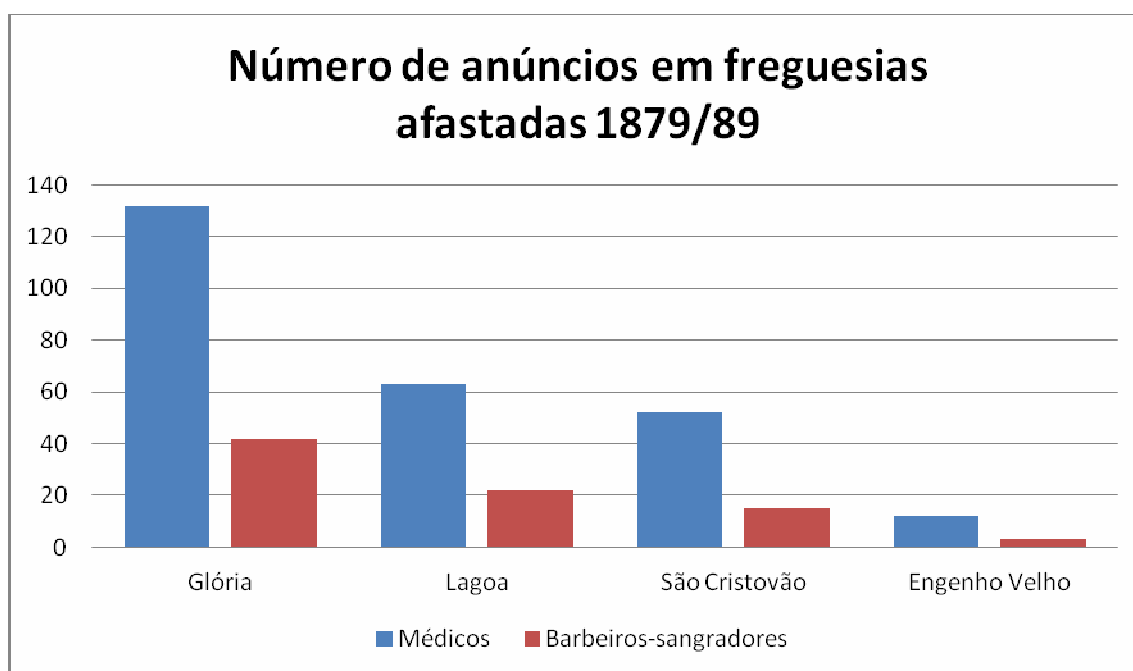
Fonte: Almanak Laemmert, Médicos e Barbeiros-sangradores- anos 1844/1848

No mapa apresentado acima, as marcações em vermelho correspondem aos endereços dos médicos e as azuis, aos dos barbeiros-sangradores. Nele, observamos que

em certos lugares da cidade, havia uma grande proximidade espacial dos endereços de atuação desses dois ofícios de cura, por exemplo, nos endereços na Rua do Cano, Rua dos Ourives e Rua de São Pedro. Nessas localidades os endereços são tão próximos que a inexistência de uma relação entre médicos e barbeiros-sangradores se torna bem improvável. Para esse cenário pudemos imaginar uma possível coexistência e complementaridade entre médicos e sangradores. Os clientes poderiam optar pelo uso das duas formas de cura de maneira combinada ou mesmo, o médico prescreveria a sangria para ser executada pelos barbeiros, pois o importante para o doente era o seu restabelecimento, muitas vezes não importando o meio usado. (SAMPAIO, 2009) Embora possamos indicar esse tipo de relação pela análise da proximidade geográfica dos estabelecimentos, só poderemos afirmar com mais certeza a partir de uma pesquisa mais minuciosa através das fontes cartoriais que serão trabalhadas no próximo capítulo.

Além da aproximação entre os barbeiros-sangradores e os médicos nas freguesias centrais, observamos através do gráfico abaixo a evolução de anúncios nos últimos dois mapas da mostra (1879/89) para as freguesias afastadas, e assim tentar traçar mais uma vez a proporcionalidade entre os anúncios dessas duas categorias em lugares que começaram a apresentar uma estratificação social mais efetiva a partir da segunda metade do dezenove. (ABREU, 1997)

Gráfico 12: Número de anúncios em freguesias afastadas do centro, 1879/1889



Fonte: Almanak Laemmert, Médicos e barbeiros-sangradores anos 1879/1889.

O que observamos através desse gráfico, foi que embora houvesse grande presença de médicos maior que a de barbeiros, sua presença nas freguesias com maior concentração da classe médica, foi proporcionalmente muito parecido com a presença de barbeiros-sangradores. Sendo assim qualquer relação de causalidade entre a presença dos médicos nas áreas mais ricas, como sua posição social, fica comprometida. É certo que os médicos, socialmente pertenciam a uma elite dentro dos ofícios de cura, mas sua posição social não se exprime em seus locais de atuação, já que sua disseminação na cidade proporcionalmente é muito parecida com a disseminação dos barbeiros-sangradores, embora em números absolutos, ultrapasse os últimos.

Nesse capítulo apresentamos por meio dos dados quantitativos a variação da presença na cidade do Rio de Janeiro de barbeiros-sangradores e médicos (respectivamente representantes das artes de cura popular e da medicina acadêmica). Além disso, através do estudo dos mapas elaborados pudemos inferir algumas relações espaciais que nos ajudaram a entender como era a presença dos barbeiros-sangradores na cidade durante toda a segunda metade do século XIX e suas relações com a medicina acadêmica. Quando trabalhamos com as relações espaciais tendo em mente a estratificação social das freguesias do Rio de Janeiro, conseguimos obter poucos resultados concretos, pois o grau de disseminação da atividade de barbeiro-sangrador e médico, proporcionalmente são muito parecidos, tanto nas áreas centrais da cidade, quanto nas freguesias mais abastardas da Glória e Lagoa. Embora se enxergasse essa disseminação, algumas características importantes foram observadas. A presença de um número significativo de anúncios de barbeiros-sangradores nas freguesias da Glória e Lagoa nos indica que mesmo em localidades em que as classes sócias mais altas habitavam (ABREU, 1997) havia demanda pelo serviço dos barbeiros, o que corrobora com a tese de que as escolhas pela cura popular passam muito mais por relações sociais e pessoais do que falta de condição financeira para se pagar um médico diplomado. Além disso, observamos uma maior presença de anúncios de barbeiros-sangradores nas freguesias centrais de Sacramento, Candelária e posteriormente Santa Rita. Sacramento e Santa Rita se transformaram em freguesias onde as classes mais baixas viviam e Candelária, justamente o contrário, a parte central, onde inicialmente as classes mais

elevadas viviam, principalmente imigrantes portugueses e funcionários da administração Imperial. Já quando trabalhamos com a proporcionalidade de médicos, esses números são bem mais iguais e demonstra uma igualdade e proporcionalidade de disseminação dos anúncios em todas as freguesias centrais e com menos quantidades nas mais afastadas, dificultando através da análise espacial qualquer conclusão mais definitiva.

A partir das constatações desse capítulo, e das várias lacunas deixadas na interpretação da atuação de barbeiros-sangradores na cidade e suas relações com os médicos, partiremos para um estudo mais minucioso da vida dos barbeiros-sangradores na corte através da documentação cartorial estudada, objetivando responder perguntas como: Qual a nacionalidade a que esses barbeiros-sangradores pertenciam? Houve mudança do perfil desse ofício através dos anos? Se sim, quais mudanças? Qual sua relação com a medicina acadêmica? Como podemos interpretar o contínuo crescimento dos anúncios de barbeiros-sangradores no Almanaque Laemmert mesmo com a crescente institucionalização da medicina? Essas perguntas e outras hipóteses levantadas nesse capítulo serão trabalhadas no próximo.

Capítulo 3

Barbeiros-sangradores e suas trajetórias

Neste capítulo trabalharemos com as trajetórias dos barbeiros-sangradores encontrados nas documentações do Almanaque Laemmert, no Arquivo Nacional e na Cúria Metropolitana. De posse das informações obtidas nesses arquivos, traçamos trajetórias, identificamos mudanças e procuramos chegar o mais próximo possível do que seria um perfil do barbeiro-sangrador carioca da segunda metade do século XIX. Ao traçarmos esse perfil, também comparamos esses dados com os apresentados no capítulo anterior, as estatísticas provenientes dos anúncios do Almanaque Laemmert e a presença de médicos.

A metodologia usada para obter os dados dos barbeiros-sangradores da segunda metade do século XIX, consistiu em listar os mais de mil e quinhentos (1.500) barbeiros anunciantes no Almanaque Laemmert e, através dessa lista, procurar nominalmente¹¹ cada anunciante nos dados dos processos judiciais do Arquivo Nacional. Feito isso, obtivemos processos referentes a inventários, testamentos, cobrança de dívidas, processos crimes entre outros. Após o primeiro levantamento nos processos do Arquivo Nacional, fomos à Cúria Metropolitana com os nomes dos barbeiros-sangradores que encontramos documentações e nesse arquivo obtivemos registros referentes a habilitações de casamentos, atestados de óbitos e nascimentos. Assim, cruzando esses registros, conseguimos traçar ao todo treze (13) perfis de barbeiros-sangradores que trabalharemos nesse capítulo.

Dentro dos perfis trabalhados conseguimos compor linhas genealógicas, saber as nacionalidades, os itens que compunham as barbearias, suas relações com outros ofícios e suas posições sociais, traçando os aspectos socioeconômicos desses personagens.

¹¹ Tarefa facilitada pela disponibilização do instrumento de procura na bases de dados do Judiciário on line

Embora o número de barbeiros anunciantes seja muito maior do que os barbeiros-sangradores analisados, as conclusões tiradas não podem ser descartadas, pois servem de indicação para saber como era o perfil desse ofício na cidade.

Para desenvolver tal trabalho nos alinhamos com a Teoria Social de E. Thompson, juntamente com a metodologia de investigação da micro-história, discutidas principalmente por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Trabalhando através dessas duas perspectivas analíticas, procuramos entender o sujeito histórico e sua agência (THOMPSON, 2011) enquanto transformador da sua realidade. Chamando a atenção para a trajetória individual, analisamos o micro, mas sempre objetivando o entendimento do macro. (GINZBURG, 1989)

Ao nos alinharmos com a História Social de E. Thompson, temos sempre em perspectiva as múltiplas relações dos agentes sociais envolvidos. Essa abordagem teórica que perpassa todo o trabalho foi formulada por Thompson (2011) a partir do seu trabalho: “A formação da Classe Operária Inglesa”, na qual ao estudar a formação da classe operária na Inglaterra, o autor chama atenção para a importância de trabalhar com a análise das classes subalternas, entendendo-as como agentes de sua própria história.

Os trabalhos de Thompson influenciaram de um modo geral toda a historiografia que propõe fazer uma história social, particularmente no Brasil. Os estudos sobre escravidão a partir de suas proposições, ganharam uma nova perspectiva, entendendo o escravo como agente social de sua própria história. Assim os estudos das classes subalternas ganharam uma importância e destaque para todos os historiadores que queriam entender como se passava a dinâmica das relações sociais.

Ao trabalhar com o conceito de classe social como algo historicamente construído através da agência dos próprios personagens (CERUTTI, 1998), Thompson abre uma nova perspectiva na história social. Para o autor: “... não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estruturados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico” (THOMPSON, 2011, p.13). Ao entender que grupos sociais se formam historicamente através da experiência das agências de cada indivíduo, o estudo desses personagens, antes invisíveis, ganha uma nova importância.

Especificamente para nosso trabalho, ao estudarmos as transformações do ofício de barbeiro-sangrador ao longo do século XIX, temos consciência de que essa categoria de ofício era praticada por camadas sociais subalternas, onde muitos eram escravos ou

forros (PIMENTA, 1997). Ao entendermos a importância do estudo da trajetória pessoal desses personagens para o movimento maior das transformações das artes de cura ao longo do século XIX, nos inserimos na perspectiva Thompsoniana de valorização da agência do elemento subalterno, para o entendimento satisfatório das relações sociais.

A partir dos conceitos da Teoria Social Thompsoniana, trabalharemos a trajetória dos barbeiros-sangradores encontrados nos arquivos analisados. Para tal estudo nós utilizaremos a técnica analítica da micro-história, discutida principalmente por Carlo Ginzburg (1989) e Giovanni Levi (1992, 2000). Entendendo a micro-história como: “uma prática essencialmente baseada na escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (LEVI, 1992, p. 136). Deixando claro que ao trabalhar com indivíduos de classes sociais subalternas, temos a noção de que a maioria das fontes oficiais se cala, sendo importante uma minuciosa investigação e um olhar diferenciado, principalmente para os traços desviantes, que fogem a um padrão apresentado nas documentações. Procuraremos assim através desse referencial técnico analisar as documentações colhidas, recorrendo à escala reduzida (GINZBURG, 1989) da fonte para poder reconstituir a vida desses agentes históricos e suas inter-relações. Muito embora o esquema de observação seja micro, esse não é o objeto do estudo e sim o seu método de análise, sendo o problema sempre macro. No caso da nossa pesquisa, ao analisarmos a história de vida dos barbeiros anunciantes através dos arquivos, estamos preocupados com o objeto de maneira macro, sendo o nosso objetivo descobrir como eram as relações desses sujeitos entre si, entre a medicina oficial e sua forma de atuação na corte.

3.1 Barbeiros-sangradores: Características gerais

Antes de estudar os casos identificados nos arquivos, apresentaremos as características gerais dos treze barbeiros trabalhados. Traçando um perfil com informações como nacionalidades, locais de atuação na cidade e informações das barbearias. Com essas informações, procuramos entender as características desse ofício, principalmente se pensarmos nas transformações ocorridas na cidade na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX.

Os barbeiros trabalhados foram: Antonio José Dutra¹² que anunciava em 1848;

12 Arquivo Nacional. Inventário de Antonio José Dutra, Caixa 475 Número. 1975

José Xavier Esteves¹³ (que anunciava entre 1847 e 1872); Barnabé Antonio Dias¹⁴ (entre 1870 e 1880); Antonio Lopes Saraiva¹⁵(entre 1852 e 1861); Antonio Rodrigues Fontes¹⁶, que anunciava (entre 1873 e 1875); Felisberto de Campos¹⁷ que anunciava (entre 1868 a 1874); Antonio José Gomes¹⁸ que anunciava (entre 1868 e 1880); Francisco Antonio Monteiro¹⁹ que anunciava (entre 1880 e 1882); Antonio Rodrigues de Carvalho²⁰ que anunciava (entre 1876 e 1877); Antonio Caetano Pereira²¹que anunciava (entre 1855 e 1874); Antonio José Raimundo ²²que anunciava (entre 1862 e 1867); Charles Schimidt²³que anunciava (entre 1879 e 1889) e João Maria de Figueiredo²⁴.

A primeira característica geral que destaco é quanto à nacionalidade e ao status civil dos indivíduos. Pimenta (1998) demonstra que a maioria dos barbeiros-sangradores inscritos na Fisicatura-Mor até 1828 era composta por escravos e forros sendo que desses, 64% eram africanos. A partir desses dados comparamos os resultados obtidos por nossa amostragem para a segunda metade do século XIX. Dos treze barbeiros analisados, oito eram portugueses, o que é um indicativo para uma mudança da proveniência dos barbeiros na passagem das duas metades do século XIX. Abaixo segue uma tabela com o nome dos barbeiros e suas nacionalidades:

13 A.N. Inventário de José Xavier Esteves, cx 4158 n. 1835 e Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Banhos- 1849, caixa 2670, notação- 58669.

14 A.N. Inventário de Barnabé Antonio Dias, cx 4023 n. 602 e Arquivo da Cúria Metropolitana Barnabé Antonio Dias- 1876, Banhos, caixa- 1794, nt- 27465.

15 A.N. Inventário de Antonio Lopes Saraiva, cx. 4005 n. 272 e Arquivo da Cúria metropolitana do RJ Antonio Lopes Saraiva – 1870 Banho.

16 A.N. Inventário de Antonio Rodrigues Fontes, cx. 349 n. 5025

17 A.N. Inventário de Felisberto de Campos, cx. 259 n. 6039

18 A.N. Inventário de Antonio José Gomes, Maço 421 Número 5093

19 A.N. Inventário de Francisco Antonio Monteiro, Maço 392 Número 3848

20 A.N. Inventário de Antonio Rodrigues de Carvalho, Caixa 4253 Número

21 A.N inventário de Antonio Caetano Pereira, caixa 354 Número 109

22 A.N inventário de Antonio José Raimundo, caixa 3643 Número 1

23 A.N inventário de Charles Schimidt, maço- 395 Número 3941

24 A.N inventário de João Maria Figueiredo, caixa- 4219 Número 1049

Tabela 1: Barbeiros e suas Nacionalidades

Nome	Nacionalidade
Antônio José Dutra	Africano
José Xavier Esteves	Português
Barnabé Antônio Dias	Português
Antônio Lopes Saraiva	Português
Antônio Rodrigues Fontes	Português
Felisberto de Campos	Desconhecido
Antônio José Gomes	Africano
Francisco Antônio Monteiro	Brasileiro
Antônio Rodrigues de Carvalho	Brasileiro
Antônio Caetano Pereira	Português
Antônio José Raimundo	Brasileiro
Charles Schimidt	Francês
João Maria Figueiredo	Português

Fonte: inventários identificados entre as notas 12 e 24.

Como dito anteriormente, além da preponderância de portugueses nesse ofício na segunda metade do XIX, temos poucos africanos - somente dois -, o que constitui uma importante mudança observada. Além de dois africanos contamos com três brasileiros e um francês. Quando observamos o status jurídico, não houve indicações de que algum dos barbeiros analisados fossem escravos. Os dois africanos foram identificados como forros. Um fator importante observado nos inventários foi a falta de escravos como bens dentro da listagem feita nos inventários. No caso dos portugueses, em apenas um inventário encontramos um escravo jovem que teria a possibilidade de ajudar os afazeres na loja de barbeiro, aprendendo assim o ofício. Já nos demais

inventários, quando se encontravam escravos, geralmente eram mulheres que se dedicavam a tarefas de cunho doméstico. Essa modificação referente ao status jurídico dos barbeiros e à possibilidade de escravos trabalhando nas barbearias é bem significativa e retrata as modificações pelas quais a cidade passou ao longo dos anos, principalmente quando pensamos nas transformações ocasionadas com o fim do tráfico e a Lei de Terras em 1850.

Nesse ponto, chamamos a atenção para a migração portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro. Embora, como observou Ribeiro (2002), ela esteja presente desde antes do marco institucional da década de 1850, sendo o grupo que vem para o Brasil com mais constância, é certo que a sua migração se intensifica a partir desse momento (BARBOSA, 2003), mesmo não obedecendo a nenhum projeto previamente estabelecido pelo governo imperial. Além do fim do tráfico, temos a inserção também no mesmo ano da Lei de Terras, que restringiu o acesso às terras devolutas, tanto para ex-escravos como para migrantes, reafirmando o status quo dos grandes fazendeiros. Assim a escolha quase que natural dos portugueses migrantes, era de se estabelecer na corte como artífices (marceneiros, comerciantes, alfaiates e até barbeiros) o que lhes proporcionava mais chances de enriquecimento.

Nesse período, as características do emigrante português para o Brasil continuou semelhante com o observado nas décadas anteriores. A maioria era formada por homens jovens, embora a presença de mulheres começasse a aumentar gradativamente, e continuasse a ser atraída, principalmente, pelas oportunidades de ocupação nos centros urbanos (BARBOSA, 2003). No caso específico estudado, os barbeiros, seguem esse padrão. A maioria dos barbeiros portugueses analisados migrou ainda jovem e era do sexo masculino. Embora não tenhamos dados mais específicos para a época estudada, Joel Serrão (1970) nos fornece dados migratórios para os anos de 1909 e 1918, onde o número de barbeiros migrantes para o Brasil foi de 273 e 251 respectivamente, um número significativo se compararmos com o número de anúncios de barbeiros no último ano de mostragem do Almanaque Laemmert para o Rio de Janeiro que foi de 183 anúncios.

Sendo assim, temos um perfil de trabalho na cidade do Rio de Janeiro complexo, onde não só existiam trabalhadores negros, escravos ao ganho (que vão perder espaço gradualmente com a transferência dessa mão-de-obra, para o Vale do Paraíba), como portugueses migrantes livres e pobres que dependiam do seu trabalho como artífices

para o sustento dos seus. Nesse tocante, temos a concorrência entre portugueses, libertos e cativos. Foi esse novo perfil de trabalhador que esbarramos ao analisar os barbeiros portugueses: uma nova face de trabalhadores na Corte, branca, pobre e portuguesa (RIBEIRO, 2002) que ao labutar nas barbearias, se diferenciavam em relação aos componentes anteriores, pois neste ambiente a cura não tinha o papel relevante de outrora.

Outra característica importante observada nos inventários dos barbeiros foi a dos materiais de trabalho que cada loja continha. Embora na maioria dos inventários observássemos instrumentos que poderiam servir para a sangria, como navalhas, em apenas dois conseguimos distinguir instrumentos especificamente para se fazer a sangria, como: vidros para ventosas, sarjadeiras e globos para sangrias. Os dois inventários pertenciam a brasileiros. Os demais inventários colhidos apresentavam uma configuração de objetos dentro da loja de barbeiros muito parecidos, com cadeiras, espelhos, objetos cortantes e perfumarias. Pela característica observada nesses objetos e alguns anúncios dessas lojas contidos nos inventários, houve uma forte indicação de que as lojas de barbeiros analisadas, principalmente quando tratamos de portugueses e do caso francês, eram lugares direcionados à estética, deixando a terapêutica ou como segundo plano ou mesmo inexistente. Essa afirmação vai ser confirmada ao longo de toda a análise do material colhido e é apresentada como a mudança mais significativa do perfil dos barbeiros ao longo do século XIX. Sendo assim, entendemos que o aumento contínuo das lojas de barbeiros no Almanaque Laemmert ao longo do século XIX, mesmo com a crescente institucionalização da medicina acadêmica, se deu muito em decorrência de uma mudança do perfil das atividades praticadas nessas localidades, mudanças que acompanham de uma maneira geral, as ocorridas na corte imperial observadas anteriormente.

Com o acesso, através dos inventários analisados, ao conteúdo das lojas de barbeiros fizemos um inventário geral do que mais se encontrava dentro dessas lojas em termos de móveis e objetos gerais. Dessa forma, nos transportaremos para dentro desses estabelecimentos no século XIX e assim ficaremos mais próximos do cotidiano desse ofício. Vamos então à relação desse conteúdo:

Quando observamos as relações dos móveis observamos com frequência um número médio de oito cadeiras de madeira, geralmente com assento de palha. Além das cadeiras para os clientes sentarem, encontramos com a mesma frequência espelhos e

bacias para esses em menor número do que o de cadeiras. Dependendo da condição financeira do barbeiro, sua barbearia, apresentava um maior ou menor número desses móveis. Outro item de móveis que se encontrava com certa facilidade nos inventários, mas também vinculados à situação financeira do barbeiro, eram os lampiões, os relógios e as escrivaninhas que serviam para guardar o material usado no ofício. Ao analisarmos a relação dos móveis existentes nessas lojas, o que temos são objetos básicos para tanto se fazer a barba e os cabelos, como também a sangria se fosse solicitados.

Ao passarmos para os instrumentos de uso do ofício listados, encontramos com frequência: tesouras, navalhas, toalhas e pentes de osso. Esses itens se encontraram em todos os inventários analisados, o que demonstra que a lojas de barbeiros tinham nesse período o corte de barbas e cabelos como atividade principal.

Após listarmos os itens mais constantes das lojas de barbeiros, observamos que três itens que se inseriram dentro das lojas dependendo do tipo de barbeiro que anunciava. O primeiro são os armários que continham perfumes. Esses itens são apresentados nos inventários dos estrangeiros: os portugueses e o francês. Nele se dá uma grande ênfase para a venda de perfumes e colocava-se a loja de barbeiro numa posição onde a estética se apresentava como a principal preocupação de serviços para os clientes. Os dois outros itens são: objetos para tirar dentes e objetos de sangrias (sarjetas e vidros para ventosas). Esses objetos foram encontrados principalmente em barbearias de origem brasileira e africana, o que demonstra que para essa categoria analisada, as práticas terapêuticas encontravam um espaço de atuação dentro desses estabelecimentos. Quando tratamos de objetos para se tirar dentes, observamos que antes de se habilitar para ser cirurgião-dentista, o indivíduo deveria provar suas habilidades na sangria (PIMENTA, 1997), o que demonstra uma afinidade entre as práticas de “tirar dentes” e a sangria, como ofícios terapêuticos e muitas vezes feitos por barbeiros.

Quando analisamos o local de atuação na cidade dos indivíduos trabalhados, vemos uma abrangência significativa pelos mais variados locais no decorrer do tempo analisado. Não podemos, dessa maneira, distinguir os locais de atuação por características mais específicas, como situação financeira ou nacionalidade, uma vez que as fontes indicam para uma descontinuidade, onde os barbeiros analisados atuavam nas mais variadas localidades independente de uma lógica própria. Sendo assim, mantivemos para esse capítulo a análise feita através dos dados quantitativos do

capítulo anterior.

Após trabalharmos com essas características gerais, estudaremos cada barbeiro analisado por tópico, traçando sua trajetória individual e tentando chegar mais próximo do seu dia-a-dia. Os tópicos analisados foram: nacionalidade, localização de atuação na cidade, linha de parentesco e relação entre loja de barbeiro e práticas de cura. Nossa análise vai seguir pela classificação da nacionalidade, primeiro analisando o grupo dos barbeiros portugueses, em seguida o único caso de barbeiro francês, depois os brasileiros, os de origem desconhecidas e por fim os africanos.

Após trabalharmos com essa análise geral das características dos barbeiros, analisaremos mais detalhadamente o que esses indivíduos representavam. Nossa análise será dividida em grupos de nacionalidade, já que entendemos que a variante nacional foi uma característica determinante de aglutinação de certas características dos grupos de barbeiros. Seguindo a análise dos grupos nacionais, utilizaremos quatro eixos analíticos específicos: a nacionalidade, localização de atuação na cidade, linhas de parentesco e relação entre as lojas de barbeiros e as práticas de cura.

3.2 Barbeiros Portugueses

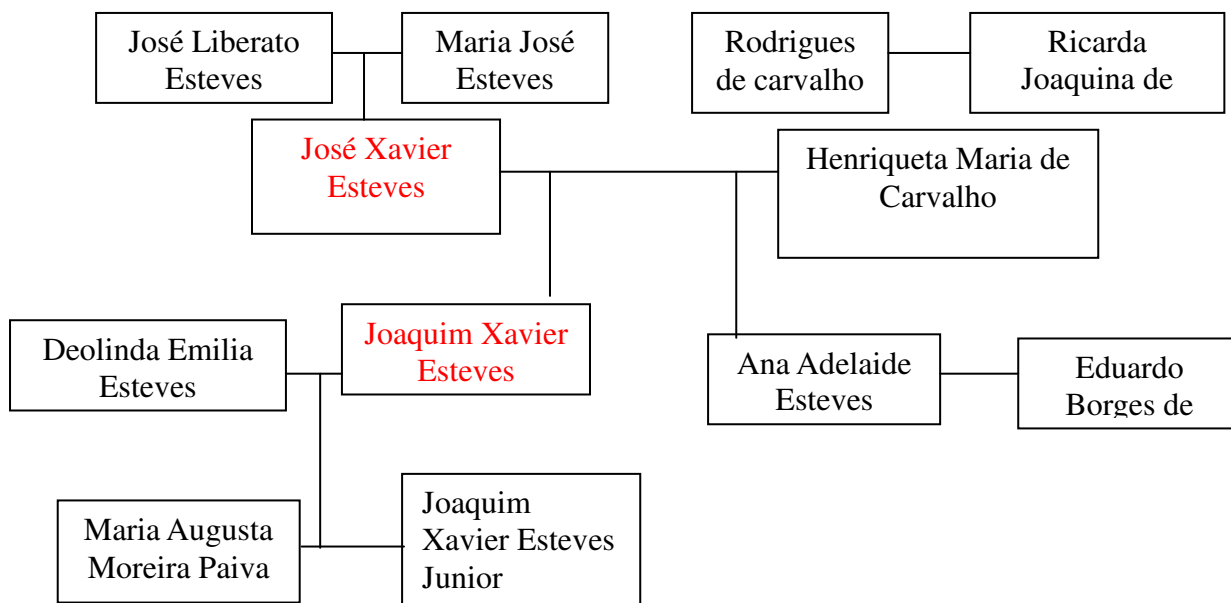
Os barbeiros portugueses de modo geral, apresentavam características bem distintas dos barbeiros africanos presentes principalmente na primeira metade do século XIX. Eram imigrantes chegados a partir da década de 1840, que se instalaram na cidade nas atividades de comércio e serviços. Foi o que observamos ao analisarmos as documentações de José Xavier Esteves e Barnabé Antonio Dias, ambos barbeiros portugueses que chegaram ao Brasil na década de 1840 para trabalharem no ofício.

José Xavier Esteves era natural e batizado na freguesia de N. Senhora das Neves em Braga e morador da Freguesia do Livramento da Corte, que chega no ano de 1845. Já sua esposa Henriqueta Maria de Carvalho, era natural de Niterói e moradora por conta da época do seu casamento em 1849, daquela cidade. Seus dois filhos, assim como os netos eram brasileiros da corte. Barnabé Antônio Dias nasceu em 1844 em Viana do Castelo, Portugal. Era órfão e veio para o Brasil aos 14 anos de idade, se estabelecendo na corte do Rio de Janeiro como barbeiro. Os dois exemplos tratam de barbeiros portugueses que tiveram sua atuação no Rio de Janeiro a partir da década de 1840.

No caso de José Xavier Esteves, conseguimos uma análise mais detalhada de sua

rede familiar que incluiu seus pais, filhos e netos, traçando uma linha contínua até a primeira década do século XX, abaixo segue sua genealogia:

GENEALOGIA DE JOSÉ XAVIER ESTEVES



Embora tenha sido possível fazer essa reconstituição, só conseguimos inferir que o próprio José e Joaquim, seu filho, são os únicos que se encarregaram dos negócios na barbearia. Seu pai, em Portugal, poderia ter também sido um barbeiro, mas na documentação analisada não encontramos nenhuma indicação para a confirmação dessa hipótese. Já seu neto, Joaquim Xavier Esteves Junior, por conta da sua habilitação para casamento datada do ano de 1902, consta o nome da empresa em que trabalhava a City Impreendments.

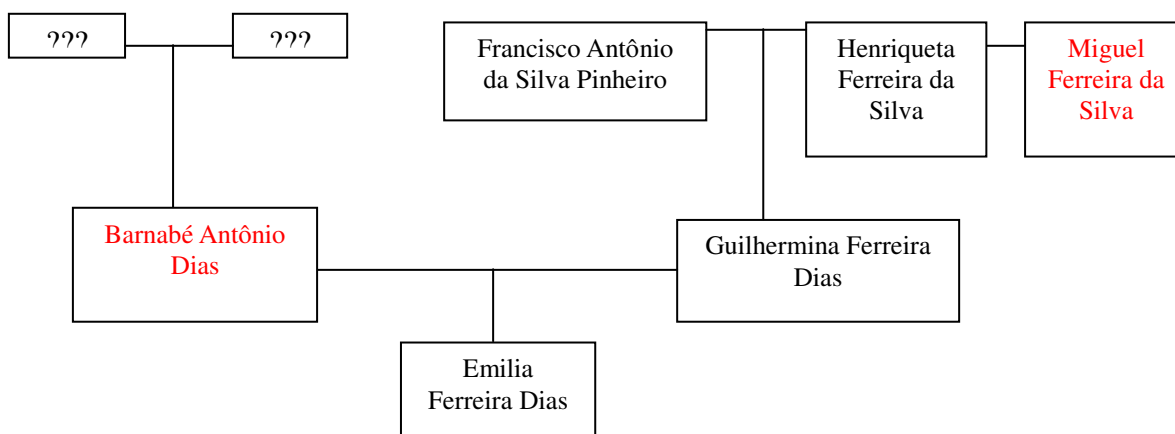
Os pais de José Xavier Esteves eram José Liberato Esteves e Maria José Esteves, ambos de origem portuguesa. Ele veio para o Brasil e casou-se com Henriqueta Maria de Carvalho, brasileira moradora da cidade de Niterói, no ano de 1849. Com ela teve dois filhos, Joaquim Xavier Esteves, que assumiu os negócios do pai e virou tutor da irmã, e Ana Adelaide Esteves, menor de idade na época do falecimento do pai. Joaquim Xavier Esteves. Casou-se com Deolinda Emília Esteves no mesmo ano do falecimento de seu pai 1880. Desse casamento nasceu Joaquim Xavier Esteves Junior que casou-se com Maria Augusta Moreira Paiva no ano de 1901, na época com 21 anos.

A filha mais nove de José Xavier Esteves, Ana Adelaide, casou-se com Eduardo Borges de Freitas no ano de 1882 então com 16 anos, e mudou-se para a freguesia de Irajá onde a família de seu noivo residia, por parte desse tronco da família, também não se identificou qualquer traço de continuidade com os negócios da barbearia.

A principal característica que procuramos analisar na genealogia descrita foi, até que geração da família de origem portuguesa poderíamos encontrar indivíduos vivendo do ofício de barbeiro. Essa constatação só foi possível até o filho mais velho que herdou a loja. Já seus netos e pais, não apresentaram indícios de que fossem barbeiros.

Seguindo na mesma linha de identificação das nacionalidades e traços genealógicos, observamos também em Barnabé Antônio Dias algumas características importantes. Barnabé era barbeiro e português, veio para o Rio de Janeiro para trabalhar como sócio da barbearia de Miguel Ferreira da Silva. Através dessa relação profissional, Barnabé acabou se casando com a enteada de Miguel, identificando assim uma pequena rede familiar associativa e de ajuda mútua. Quando trabalhamos com os dados de Barnabé, inferimos que esse indivíduo anunciava na mesma localidade que Miguel Ferreira da Silva a partir do ano de 1870. No ano de 1876 se casa com a enteada de Miguel e vem a falecer no ano de 1886. Através dessa pequena rede familiar, entendemos como se construiu uma relação parental entre Barnabé e seu sócio Miguel, por via da prática profissional anterior, galgada no aspecto da nacionalidade, já que os dois eram portugueses e barbeiros. Abaixo segue a Genealogia da Família:

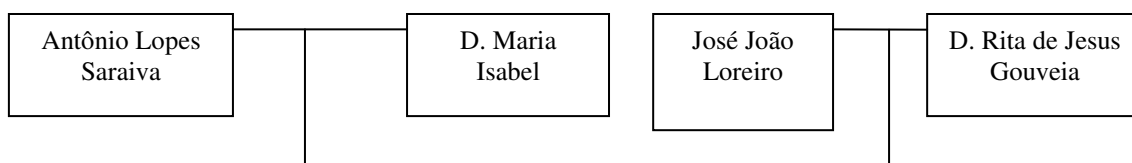
GENEALOGIA DE BARNABÉ ANTONIO DIAS

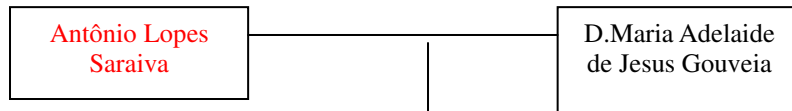


Barnabé Antônio Dias era órfão de pais. Casou-se com Guilhermina Ferreira Dias, com a qual teve uma filha, menor de nove anos, na época de seu falecimento. Guilhermina era brasileira. Seus pais eram Francisco Antônio da Silva Pinheiro e Henriqueta Ferreira da Silva, ambos brasileiros da corte. Dentro das relações de parentesco surgiu uma figura importante nessa trajetória, Miguel Ferreira da Silva, padrasto de Guilhermina, que também era português e barbeiro anunciante no Almanaque Laemmert desde 1856, no mesmo endereço anunciado por Barnabé. É certo por essa constatação que os dois eram sócios na loja e que a relação comercial existente desde pelo menos 1870 entre os barbeiros, toma traços mais pessoais a ponto de Barnabé, sócio e agora amigo de Miguel, casar-se com sua enteada no ano de 1876. As relações sócio-econômicas nesse caso moldam e mais tarde se misturam com as relações pessoais entre esses dois indivíduos e suas famílias. Outra marca dessa amizade, foi que quando Barnabé morreu, Miguel foi quem pagou as despesas de seu enterro e dívidas deixadas por ele, assumindo um papel de esteio da família de Barnabé.

O último exemplo que analisamos referente à característica da nacionalidade e descendência, foi de Antônio Lopes Saraiva. Era português, sendo filho de Antônio Lopes Saraiva e D. Maria Isabel, ambos portugueses. Casou-se em 1870 com D. Maria Adelaide de Jesus Gouveia, filha legítima de José João Loureiro e de D. Rita de Jesus Gouveia, natural e batizada na freguesia de Barbellha, em Braga (Portugal). Dessa união nasceu a única filha Ester, que tinha nove anos na época do falecimento do seu pai em 1886. Além da relação dos parentes mais próximos listada acima, havia uma lista de testemunhas na habilitação do casamento de Antônio Lopes. Nessa lista todos se declaram portugueses e comerciantes. Além disso, as quatro testemunhas listadas são moradores da Rua do Rosário. A relação de testemunhas nos mostra o grau de integração de uma comunidade portuguesa carioca que mantinha relações solidárias entre seus membros, de maioria comerciante ou prestadores de serviço. Segue a Genealogia de Antônio Lopes Saraiva:

GENEALOGIA DE ANTONIO LOPES SARAIVA





A localização das lojas de barbeiro e suas relações espaciais é outro aspecto importante que destacamos ao longo de todo o trabalho. Ao trabalharmos com as trajetórias individuais dos barbeiros portugueses, conseguimos mapear mais especificamente suas áreas de atuação. Mais uma vez, destacamos os barbeiros José Xavier Esteves e Barnabé Antonio Dias, pois os dois apresentavam como sua área de atuação a mesma localidade na cidade, no mesmo período de tempo: o entorno da praça da Constituição, atual praça Tiradentes. Abaixo segue o mapa detalhado dos locais de atuação de José Xavier Esteves (marcado de vermelho) e as lojas de barbeiros no entorno (marcadas de laranja).



A loja de Barnabé Antônio Dias, foi localizada no mesmo perímetro da praça da Constituição, no número 28. Nos dois casos, conseguimos identificar outros endereços de atuação na cidade. No Caso de Jose Xavier Esteves, o número 13 da Rua do Teatro, apresentado no mapa acima em vermelho, já Barnabé Antônio Dias apresenta em uma data posterior uma barbearia localizada na Rua da Lapa 44 como mostra o mapa abaixo, indicado de vermelho:



Através dos números obtidos com a localização das lojas, percebemos que a maioria dos barbeiros trabalhados apresentava apenas uma loja ou no máximo duas, permanecendo um tempo maior nos mesmos endereços. Como observado nos mapas acima, em um mesmo quarteirão havia uma média de duas ou três barbearias, enfatizando a presença marcante desses estabelecimentos no cotidiano do carioca da segunda metade do século XIX. Como destacado no capítulo dois, nesse período houve uma grande concentração de barbearias nas principais localidades da cidade. Acima, no entorno da Praça da Constituição, observamos 6 lojas de barbeiros, contando com a de Barnabé. Infelizmente não conseguimos localizar nos arquivos os outros barbeiros das localidades, mas pela proximidade entre as lojas e a permanência em um período longo do barbeiro trabalhado no mesmo endereço, podemos inferir uma proximidade e relações mútuas, tanto de competição quanto de ajuda. Cabe destaque para a

proximidade entre o endereço da loja de José Xavier Esteves, com outro barbeiro português trabalhado a seguir, Barnabé Antônio Dias, vizinho de profissão de 1870 em diante, que anunciava na Praça da Constituição, número 28. Embora houvesse essa proximidade física, não conseguimos encontrar vestígios de ligações entre os dois personagens, mas suas características e práticas dentro das suas lojas eram muito semelhantes.

Outra característica territorial presente nos barbeiros portugueses que encontramos nos arquivos foi a ligação entre os barbeiros com profissionais ditos comerciantes ou artífices. Através da análise das habilitações para casamento, encontramos nominalmente testemunhas que habitavam as proximidades das lojas e se relacionavam com os barbeiros, uma vez que eram suas testemunhas. Essas pessoas, comerciantes e artífices, na maioria das vezes, também eram portuguesas. Observamos nessa constatação certa solidariedade e identidade de grupo, tanto pela proximidade geográfica, quanto pelo ofício praticado e nacionalidade. Sendo assim, temos uma marcante identificação desses barbeiros portugueses com seus conterrâneos que trabalhavam no comércio ou eram artífices em geral, como carpinteiros e sapateiros, ficando a solidariedade entre praticantes das artes de cura menos representada. Observamos essa característica em pelo menos três barbeiros portugueses: Antônio Caetano Pereira, Barnabé Antônio Dias e João Maria Figueiredo.

No caso de Antônio Caetano Pereira, na época de sua morte em 1890, era morador da rua do Rosário, 24, sobrado, local de sua loja. Entre 1855 e 1882, contudo, anunciava, no Almanaque Laemmert, seu estabelecimento na rua da Vala, 96, passando a se chamar rua Uruguaiana a partir de 1866. No seu testamento, temos a indicação de que sua testemunha de casamento, João Carlos Thompson Junior era português, sapateiro e morador da Rua do Rosário 32, por tanto vizinho de Antônio Pereira. Essas características corroboram com a perspectiva de uma caracterização de ofício de Antônio Pereira, mais identificado com artífices e comerciantes, enquanto rede de solidariedade, do que propriamente ofícios ligados à cura. O mesmo caso está descrito na documentação de João Maria Figueiredo. Embora ele se identificasse como barbeiro, suas três testemunhas de casamento, dois portugueses e um brasileiro, se intitulavam comerciantes e atuavam na proximidade de sua loja.

Essa característica particular das redes de solidariedade entre os barbeiros portugueses e seus vizinhos/amigos, vem corroborar com as hipóteses levantadas até

então de um afastamento das questões relacionadas à cura desses barbeiros portugueses emigrantes e uma aproximação com o comércio e os ofícios manuais.

Através dos treze barbeiros trabalhados mais especificamente nesse capítulo, conseguimos montar mapas específicos das proximidades das suas lojas de barbeiros, alguns dos quais já expostos acima. Adiante, uma relação dos barbeiros portugueses trabalhados e seus respectivos mapas com a localização de suas barbearias em vermelho e as de seu entorno em laranja:

- José Xavier Esteves- Praça da Constituição, 14.



Barnabé Antônio Dias – Rua da Lapa 44.



Antônio Lopes Saraiva - Rua 7 de Setembro número 84.



Antônio Caetano Pereira - Rua da Vala/Uruguiana, 96.



João Maria de Figueiredo - Rua Luiz de Camões número, 1.



Antônio Rodrigues Fontes - Rua dos Ourives, 71



Observamos nesses mapas mais uma vez, a presença marcante dessa atividade em cada quarteirão da cidade. Ao analisar mais especificamente os barbeiros portugueses, observamos que sua disseminação foi de tal ordem aleatória, que não poderíamos distinguir áreas de atuação específica por setor ou rua. Quando focamos as

representações cartográficas por rua, conseguimos observar mais claramente essa intensa disseminação e temos por conclusão que a atividade era extremamente disseminada e legitimada, por seu grau de presença nas ruas da cidade, ficando cada vez mais improvável admitir uma fiscalização efetiva de possíveis práticas de cura (sangria), praticadas por barbeiros (PIMENTA, 2003b). Por essa constatação, trabalhamos a partir dos dados colhidos, com uma possível mudança gradual de perfil desses barbeiros atuantes na cidade, principalmente quando nos referimos a barbeiros portugueses, cujas lojas, redes de solidariedade e clientela estavam muito pouco relacionadas com a cura e mais com a estética.

Após essas primeiras conclusões, tornou-se imperativo entendermos mais especificamente o dia-a-dia das barbearias desses portugueses. Para tanto, analisaremos, através de seus inventários, as relações de bens e objetos que pertenciam a esses estabelecimentos, juntamente com qualquer tipo de indício que nos aproxime da atividade praticada nesses locais. Outra vez, iniciaremos pelo caso exemplar de José Xavier Esteves. Em seu inventário há uma relação completa dos instrumentos usados na loja. A partir dessa documentação podemos inferir que o sujeito era de fato barbeiro, como a passagem abaixo:

“Rio, 17 de Agosto de 1880

Joaquim Xavier Esteves, na qualidade de inventariante dos bens de seu falecido pai José Xavier Esteves, e tutor de sua Irmã D. Ana Adelaide Esteves, maior de quatorze annos e menor de 21, que estando a proceder ao Inventário por este Juízo Escrivão intervindo tendo de proceder as avaliações dos bens constantes de huma loja de barbeiro com seus competentes móveis e perfumarias, moveis do finado, jóias e roupas sem o juiz propor para avaliadores o Antonio de Sebastião Viana, e João Baptista de Magalhães e requerer a vossa ex, se digne mandar...”²⁵

Além das informações acima descritas, encontramos uma relação de móveis e objetos, com seus respectivos preços, descritos abaixo:

25 A.N Inventário de José Xavier Esteves, cx. 4158, n. 1835, f. 2

Loja de Barbeiro de José Xavier Esteves

- 5 Lavatórios de vinhático com pedra mármore e espelhos usados- 100\$000
- 5 Cadeiras de vinhático com espaldar e assento de palhinha usados-75\$000
- 12 cadeiras de vinhático com assento de palha muito usados-24\$000
- 1 armário de pinho com vidraças ...- 10\$000
- 2 pequenas vidraças de pinho- 8\$000
- 1 lavatório de pinho com pedra mármore três bacias- 20\$000
- 1 pequeno lavatório com pedra mármore e bacia
- 2 mesas pequenas de vinhático com gavetas- 6\$000
- 4 espelhos com molduras-80\$000
- 7 arandelas e globos para sangrar usados-18\$000
- 1 relógio americano muito usado- 5\$000

Essa relação vai ao encontro de outros dois exemplos que listarei abaixo, os itens da loja de João Maria Figueiredo e de Antônio Rodrigues Fontes.

Loja de Barbeiro de João Maria Figueiredo:

- 1 aparador de pedra mármore com espelho para quatro cadeiras
- 5 cadeiras de braço para barbeiro
- 1 espelho grande com moldura
- 1 lavatório de pedra mármore para três bacias
- 1 armação de pinho com gavetas
- 3 mostradores de pinho envidraçados para perfumarias
- 5 cabides de madeira
- 5 pedestais de ferro
- 12 cadeiras singelas com assento de palhinha
- 1 lote de vidros com diversas perfumarias

Loja de Barbeiro de Antonio Rodrigues Fontes

- 1 garrafa de água -1 vidro da Royal Ambe -Vários vidros de perfumaria
- Caixa de pasta inglesa -3 estojos de navalha -1 estojo para barba completo
- 4 vidros de tintura -três pincéis grandes de marfim -23 pentes finos
- 24 escovas de osso para dentes -sabonetes de amêndoas -limpadores de unha
- 10 vidros de vinhática -espelhos diversos -esponjas finas -estojo para fazer barbas

Nessas relações descritas, com exceção de um item no inventário de José Xavier Esteves, temos dificuldade de encontrar instrumentos específicos para a sangria. Em

contrapartida, deparamos mais facilmente esses mesmos instrumentos, quando observamos a relação de bens de barbeiros de origem brasileira. Na loja de José Xavier Esteves, assim como na maioria das lojas dos barbeiros portugueses analisados nessa dissertação, as práticas de cura não estavam presentes no repertório do seu ofício. Observamos um lugar onde a estética ganha grande importância, desbancando a sangria como prática principal. Além dessa relação de bens, havia um destaque para os perfumes, inclusive com o falecido deixando dívidas com um fornecedor. Seu filho Joaquim Xavier Esteves, passou a ocupar o lugar do pai na barbearia, mas dentro da proposta da mesma, as práticas de cura continuam alijadas da loja. No caso de Antônio Rodrigues Fontes, o que nos chamou atenção foi um cartão anexo ao inventário com o seguinte dizer: “Ao Salão Elegante para barbear e cortar cabelos de A R Fontes, Rua dos Ourives 77, Tem sempre um Completo sortimento de Perfumarias e Salla particular para tingir barbas e Cabellos.”²⁶. Nesse anúncio fica claro a ênfase para a questão da estética, com destaque para a perfumaria e tintura de cabelo.

Desse modo, propomos a partir da análise da documentação desses barbeiros, uma mudança de perfil dos barbeiros, ou mesmo a introdução de novos agentes dentro dos circuitos das barbearias cariocas. A partir do meado do século XIX, com a maior migração de portugueses e fim do tráfico, esses lugares majoritariamente dominados por africanos e seus descendentes, que tinham na sangria uma atividade forte (PIMENTA, 1998) se transformam e um novo ator social entra nesse circuito: os barbeiros portugueses.

Diferente dos seus antecessores, eles não apresentavam escravos em seus inventários, o que era difícil em uma cidade onde uma pessoa com poucas posses teria pelo menos um escravo. (CHALHOUB, 2010) No caso de José Xavier Esteves, temos uma conta com o dr. Correa do Rego em decorrência dos serviços prestados de tratamento da doença que o leva a morte e posteriormente por uma doença adquirida por sua filha, o que foi um indicativo para a falta da prática de cura na sua loja. Suas testemunhas de casamento se classificavam como alfaiates ou marceneiros, sendo esse seu círculo de amizade, mais identificado com os ofícios manuais do que os de cura. Não estamos propondo o fim da prática da sangria por barbeiro, pois essa vai ser recorrente com os barbeiros ambulantes até pelo menos o fim do século

26 A.N Inventário de Antonio Rodrigues Fontes, cx. 349 n. 5025, f. 43

(FIGUEIREDO, 2002), mas sim a modificação do perfil desses barbeiros, que começou a se acentuar a partir da segunda metade do século, muito provavelmente com a existência desses dois tipos convivendo ao mesmo tempo no espaço da cidade. Essa modificação gradual observada, explicaria também o número elevado de anúncios de barbeiros, apresentados no segundo capítulo, mesmo com o aumento da organização da medicina acadêmica e descredenciamento da sangria feita por barbeiros como uma prática autorizada. (EDLER, 1992)

A grande exceção que apresentamos entre os barbeiros portugueses foi o caso de Antônio Lopes Saraiva, pois existia uma forte ligação desse barbeiro com as artes de cura. Esta constatação foi feita a partir da presença de seu nome anunciando como dentista entre o período de 1865 até 1873, um pouco depois do período que anunciou como barbeiro. Como nos é apontado em trabalhos anteriores (PIMENTA, 1998 e FIGUEIREDO, 2002), muitos barbeiros também praticavam a atividade de dentista indicando-nos, assim, que pode ter havido uma migração de uma categoria para outra. Nesse caso, encontramos grandes possibilidades do barbeiro/dentista ter trabalhado com práticas de cura no seu estabelecimento, embora não tivéssemos acesso aos materiais presentes na loja e nem indícios da prática da sangria.

Podemos inferir que ele chegou ao Brasil com habilidades no campo da cirurgia, anunciando como barbeiro e após um tempo e devidamente estabelecido trocou de categoria para dentista. Cabe ressaltar que as divisões das artes de curar em categorias como barbeiros-sangradores, curandeiros, cirurgiões-dentistas entre outros, eram extremamente frágeis (PIMENTA, 1997), sendo na sua maioria classificações impostas pelas autoridades regulatórias para melhor entender e fiscalizar as práticas de cura. Assim observou-se uma fronteira maleável entre as várias artes de cura, onde muitas vezes os indivíduos não se auto classificavam e sim atuavam nos mais variados segmentos. No caso específico de Antônio Lopes Saraiva, o que ficou mais claro para nós na análise do seu inventário, foi que ocorreu uma migração de categoria. Em um primeiro momento, talvez por ser recém chegado ao Brasil, o indivíduo se auto classificou como barbeiro, com o passar do tempo anuncia-se como dentista, muito provavelmente em sua loja ele ainda praticasse a sangria e outros tipos de tratamentos além da atividade de dentista.

O que observamos como características gerais dos barbeiros portugueses analisados foi uma inclinação para as práticas de corte de cabelo e estéticas. Geralmente

eram imigrantes da segunda metade do século XIX e se viam como comerciantes, se distanciando da tradicional loja de barbeiro existente no começo do século, dominada por africanos e seus descendentes onde a cura tinha um papel muito mais significativo. É importante deixar claro que embora dentro dessas lojas de portugueses houvesse essa mudança de foco da atividade, havia barbeiros ambulantes que praticavam a sangria até pelo menos o fim do século XIX (FIGUEIREDO, 2002), sendo essa atividade menos reprimida, em decorrência da dificuldade de localização dos mesmos que se espalhavam pela Corte.

O próximo barbeiro trabalhado no estudo foi um caso particular, pois era francês e vinha de outra cultura, onde se observa claramente que a cura não está em pauta no seu estabelecimento. Mesmo com essa limitação de análise, algumas características particulares presentes na sua documentação o torna um interessante alvo de análise.

3.3 Charles Schmidt, o Barbeiro Francês.

Charles Schmidt foi um caso especial em nossa pesquisa. Único barbeiro francês encontrado, tendo seus livros de registros todos em francês (na verdade único de outra nacionalidade que não fosse brasileiro, português ou africano). Sua documentação se refere a um inventário em decorrência de um pedido de divórcio feito por sua esposa Dona Maria José da Silva. Por conta do pedido de divórcio, o casal teve que abrir um inventário dos bens do casal para dividir o que era de cada um. Entre os bens de Charles estava sua loja de barbeiro, a maior e mais bem cotada encontrada em todos os inventários trabalhados.

Como o pedido de divórcio era litigioso, o barbeiro Charles que iniciou o processo pedindo o divórcio com a alegação de que sua esposa o abandonou e vivia em mancebia com Domingos da Silva. Em resposta, sua esposa alegava em juízo que:

“Pouco tempo decorrido, notou D Maria José da Silva indiferença e até abandono por parte do seu marido, chegando mais tarde ao conhecimento de que o motivo era ter renascido nele o torpe vicio afeminado de servir de mulher a indivíduos do

seu sexo: retirando-se portanto , de sob o teto conjugal em 1884, indo morar sobre a proteção de sua madrinha, Marquesa de Paraná residente em sua fazenda do Porto Novo onde permanece até 1887”²⁷

A partir desse relato, entendemos que se tratava de um indivíduo com posses, e relações com a nobreza. Veio para o Brasil para trabalhar, casando-se bem com Maria José da Silva. Seguindo o mesmo relato no inventário, por conta do casamento, dona Maria José da Silva ganhou de presente um enxoval, uma casa e uma escrava doméstica.

No ano do inventário, em 1888, a loja localizava-se na Rua Gonçalves Dias, 49. Seus anúncios no Almanaque Laemmert começaram no ano de 1879, estendendo-se até o ano de 1889, constando o mesmo endereço.



Charles declarava ser cabeleireiro da casa imperial, embora não nos fosse possível investigar a veracidade do cargo. Pela localização da sua loja na cidade, pelos itens e tamanho da mesma e pelo bom casamento que fez, muito provavelmente, Charles era - como ele se intitulava - um cabeleireiro renomado e as práticas de cura,

²⁷ A.N inventário dos bens de Charles Schimidt, maço- 395 número- 3941, folha 59

com certeza, não faziam parte de seu ofício.

Abaixo seguem os itens pertencentes e listados da loja de barbeiro de Charles, que tinha duas salas, sendo uma só para senhoras.

Armação da loja de jacarandá

Vidraça da frente para exposição de objetos (1.150.000 Réis)

2 espelhos grandes com moldura dourada (200.000 Réis)

2 espelhos grandes com moldura bronzeada (120.000 Réis)

1 mostrador de meio da loja de vinhático com tempo de uso (120.000 Réis)

1 vidraça balcão de jacarandá (230.000 Réis)

1 escrivaninha

1 banca

1 almofada

1 cinzeiro de metal

1 relógio de vinhático

8 cadeiras

22 vasos de vidro, p/ guardar objetos

1 caixa com 2 gavetas

1 mesa pequena de vinhático

2 balcões já velhos de vinhático para trabalho

Sala para pentear senhoras

1 mobília austríaca com assento de palhinha 1 loja, 12 cadeiras 4 consolos pequenos com pedra mármore

2 espelhos grandes (100.000 Réis)

1 espelho de moldura preta

8 quadros diversos sem grande valor (5.000 Réis)

1 relógio de parede

1 espelho quebrado

1 estante de ferro

1 tapete

2 cadeiras estofadas

2 malas

1 vidraça com armação de vinhático para exposição de perfumarias

1 lampião gás

Como visto, nenhum item remete a qualquer prática de cura. Além dos itens, temos como valor total da loja em torno de dez contos de réis, muito superior às demais lojas listadas. Também não temos relação de escravos trabalhando para Charles, a não ser a escrava doméstica presenteada pela madrinha de sua esposa por conta do casamento.

3.4 Barbeiros Brasileiros

Os barbeiros de origem brasileira eram três: Francisco Antônio Monteiro,

Antônio Rodrigues de Carvalho e Antônio José Raimundo. Neles encontramos algumas diferenças importantes em relação aos barbeiros anteriormente analisados. A principal delas se remete a situação econômica desses barbeiros, que pela relação de bens presentes nas lojas era inferior aos barbeiros portugueses apresentados. Nesse caso, temos como bom exemplo o caso de Antônio José Raimundo, que ao morrer deixou um número significativo de dívidas, referentes inclusive ao aluguel da loja que não lhe pertencia, embora tivesse a presença de um escravo como ajudante nos ofícios da barbearia. Mesmo possuindo um escravo, sua condição econômica era difícil. Como já observado, grande parte da população da cidade do Rio de Janeiro possuía algum escravo como fonte de renda (GRINBERG, 2007), o que não significava que fossem senhores abastados. Pela rejeição ao trabalho existente naquela sociedade, possuir um escravo que o sustentasse era uma prática estratégia de vida legítima e recorrente. (SOARES, 2007)

Outra característica de distinção entre os barbeiros brasileiros e os portugueses, se refere à presença da atividade de cura em sua loja. Dos três barbeiros brasileiros trabalhados, apenas em um caso não encontramos indícios da presença das atividades de cura. Através da relação de bens de Francisco Antônio Monteiro e Antônio José Raimundo, tivemos acesso a informações de instrumentos como: “vidros para ventosas, instrumentos para dentes e sarjadeiras”. Abaixo apresentamos relação completa de pertences da loja de Antônio José Raimundo:

Móveis:

huma meia cômoda de jacarandá- 10\$000
duas mesas pequenas- 30\$000
bacia para banhar louça- \$500
dois espelhos, sendo um maior 3\$000
4 pentes de osso- 2\$000
2 toalhas em bom estado- 2\$000
1 lampião do meio da loja
2 cadeiras com acentos de palha
8 navalhas para fazer barbas por- 2\$000
1 tesoura por \$ 500
8 vidros para ventosas por 2\$000
algum instrumento para dentes
1 sarjadeira por- 1\$000 reis
2 vidros com banhas para cabelos por mil reis
1 espanador de cabelo
2 cabides para chapéu

Quando tratamos da localização das lojas e de suas redes familiares de ajuda,

tivemos poucas informações relevantes. Só conseguimos acesso a informações referentes a esposas ou filhos, sendo a geração de pais e netos, assim como amigos, desconhecida.

Ao identificarmos a localização específica dessas lojas de barbeiros na cidade, encontramos um padrão repetido, apresentado também nos demais barbeiros de outras nacionalidades: uma disseminação aleatória pela cidade, sem a possibilidade de qualquer relação sócio-espacial. O único caso diferenciado foi o de Francisco Antônio Monteiro, que embora anunciasse no ano de 1880 na Rua da Candelária, número 21, dois anos após, em 1882, ele anunciava na Rua São Clemente, 106. Esse exemplo nos mostra o deslocamento gradual feito por barbeiros para as áreas mais afastadas do centro, respeitando a análise sócio-espacial apresentada no capítulo anterior. Francisco Monteiro foi um exemplo concreto de barbeiro que fez esse movimento de deslocamento, acompanhando o movimento de expansão da cidade. Abaixo, segue o mapa específico de cada barbeiro brasileiro e suas proximidades. Em vermelho os barbeiros trabalhados e em laranja os que atuavam as proximidades.

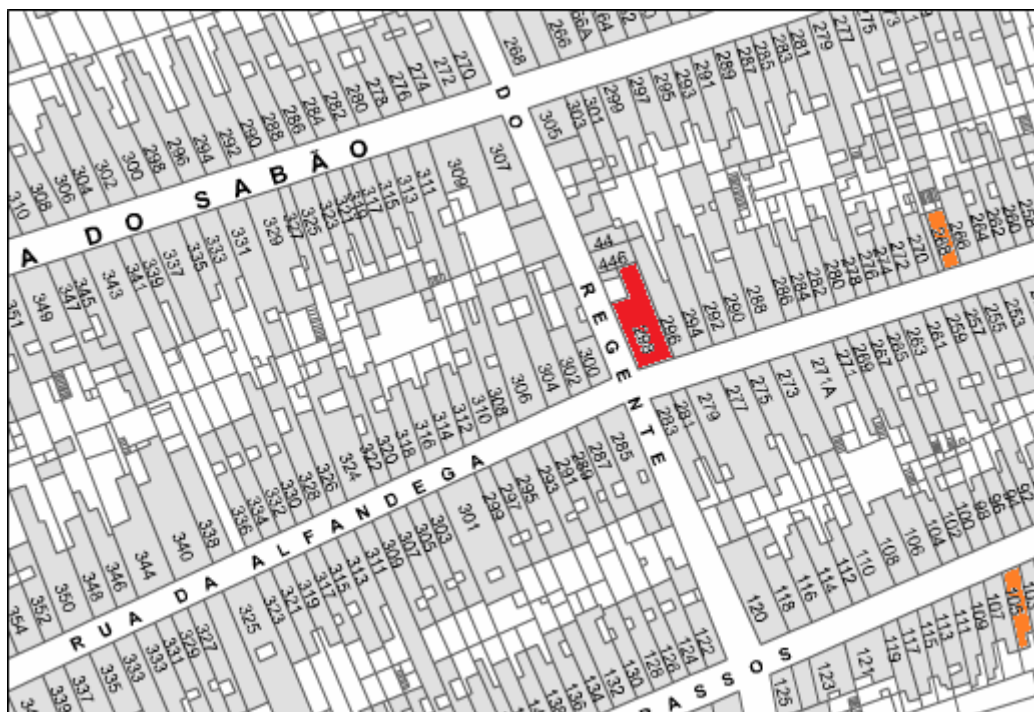
Francisco Antonio Monteiro – Rua da Candelária, 21



Antonio Rodrigues de Carvalho – Rua de São Pedro, 128



Antônio José Raimundo – Rua da Alfandega, 228



Ao trabalharmos com barbeiros brasileiros em comparação com os demais

barbeiros de outras nacionalidades, enxergamos um quadro um pouco distinto, principalmente quando tratamos da comparação direta entre barbeiros brasileiros e portugueses. Os barbeiros brasileiros se aproximaram mais das características dos barbeiros da primeira metade do século XIX, com presença das práticas de cura em suas lojas, uma situação econômica precária e o convívio mais direto com a escravidão.

3.5 Barbeiros Africanos

Na categoria de barbeiros africanos, encontramos dois exemplos: Antônio José Dutra e Antônio José Gomes. Os dois barbeiros apresentaram características semelhantes, como a provável prática da sangria dentro de seus estabelecimentos. No caso de Antônio José Dutra, temos um estudo detalhado sobre sua trajetória de vida, (JEHA, 2006) que nos mostra que era um típico barbeiro africano da primeira metade do século XIX. Ele era natural do Reino do Congo e batizado em Angola. Ao chegar ao Brasil casou-se com Maria Roza de Jesus, também natural do Reino do Congo e escrava, como Dutra. (JEHA, 2006).

O inventário de Dutra data o ano de 1849 e nos mostra uma importante trajetória que demonstra o quanto a prática da sangria ajudou esse indivíduo a acumular certo pecúlio, pagar por sua liberdade e posteriormente gerir seu próprio negócio com escravos próprios. Seu ofício, aprendido ainda na África, permitiu uma mobilidade social efetiva. (PIMENTA, 1998)

Quando a sua rede familiar, Dutra deixou alguns filhos e escravos que continuaram no negócio da barbearia após sua morte. Sua barbearia anunciada no Almanaque Laemmert se encontrava na Rua Uruguaiana, 21. Abaixo segue o mapa com a localização de sua loja e barbearias no entorno:



Com características um pouco diferentes, temos Antônio José Gomes. Através de inventário datado de 1886, conseguimos identificar sua origem africana, embora não tenha sido possível indicar mais especificamente sua região, como no caso de Dutra. Antônio Gomes chegou na Corte em 1860 e casou-se com uma brasileira, Ana Maria Gloria, sua inventariante. Por seu inventário, sabe-se que era um indivíduo de posses. Embora não se saiba se praticava a sangria, podemos especular um cenário parecido com o de Dutra, em que Antônio Gomes chegou ao Brasil e a partir de seu trabalho na barbearia, conseguiu acumular certo pecúlio e elevar sua condição econômica e social. Sua barbearia era anunciada entre os anos de 1868 até 1882 na Rua do Conde número 19, como mostra o mapa abaixo:



Além da localidade da loja, conseguimos identificar que o barbeiro morava na Rua Barão de São Felix, numero 19, além de ter mais dois imóveis alugados no mesmo endereço no valor de treze contos de réis.

Nos dois casos apresentados como barbeiros africanos, conseguimos visualizar uma trajetória de vinda para o Brasil e melhoramento dentro de sua condição social, através do trabalho nas barbearias. Essa característica foi observada tanto na primeira metade do século XIX, com Dutra (JEHA, 2006), quanto na segunda metade com Antônio Gomes. Em comparação com os barbeiros portugueses, temos uma diferenciação de atividade, em que os africanos continuaram ligados a certas práticas de cura, diferente dos portugueses, que chegaram ao Brasil, principalmente na segunda metade do século e se associaram mais a prática estética. Já quando se trata de barbeiros brasileiros, os africanos se aproximam mais no tocante a práticas de cura e condições sociais. (PIMENTA, 1998)

3.6 Barbeiros de Origem Desconhecida

A última análise se refere ao único barbeiro trabalhado que não se conseguiu identificar sua origem, Felisberto de Campos. Embora não sabendo qual origem desse barbeiro, no seu inventário conseguimos identificar que sua esposa, Jesuína de Campos era brasileira nascida na Corte, assim como suas duas filhas: Paula de Campos e Bianca

de Campos.

No inventário datado de 1874, sua loja localizava-se na Rua dos Andradas número 105. Já nos anúncios do Almanaque Laemmert, identificamos primeiramente o endereço da Rua dos Andradas número 30, no ano de 1868, passando para o número 105 da mesma rua no anúncio de 1869.



O mais significativo das informações desse barbeiro foi a relação de bens que havia em sua barbearia. Embora apresentasse navalhas e outros utensílios que poderiam ser usados tanto para a sangria quanto para o corte de cabelo, em nenhum momento instrumentos específicos para prática da sangria foram encontrados.

Outra informação expressiva foi a conta do médico que tratou de sua doença antes da morte, assim como uma conta em aberta com o boticário. Esses exemplos demonstraram que o falecido, buscava ajuda da medicina oficial, sendo também esse um indicativo forte da falta da prática da cura popular dentro de sua barbearia. Abaixo segue a lista dos objetos encontrados em sua loja:

Inventário dos pertences da loja de barbeiro de Felisberto Campos

- 4 cadeiras de jacarandá
- 2 cadeiras de jacarandá
- 4 navalhas para barba, bastante usadas
- 4 toalhas bordadas
- 2 bacias brancas

1 bacia branca para vidro pequena
2 pentes usados
1 lampião
1 mesa com 2 gavetas
1...., para afiar navalha
1 espelho de madeira
4 cadeiras de madeira pintadas, usadas
1 tesoura grande para cortar cabelo
1 tesoura pequena

Embora Felisberto de Campos não possa ser identificado como um barbeiro português, as características de seu ofício dentro de sua loja, se assemelham mais aos barbeiros dessa nacionalidade. Não houve nenhum indício de que tivesse as práticas de cura no seu estabelecimento, ficando a parte estética em mais evidência. Para além da introdução desse novo tipo de barbeiro através da emigração portuguesa, podemos observar que a tendência a se trabalhar apenas com a estética vai permear os mais variados sujeitos que atuavam na Corte a partir da segunda metade do século XIX.

Ao longo do capítulo, podemos observar mais detalhadamente a mudança do perfil que o ofício de barbeiro-sangrador sofreu ao longo da segunda metade do século XIX. Ao trabalharmos com a documentação judiciária e eclesiástica, conseguimos reconstruir minimamente, a trajetória desses sujeitos históricos e assim chegar mais perto das características de seus ofícios e vida cotidiana.

Com esse trabalho, analisamos algumas características dos treze barbeiros estudados, como: nacionalidade, prática do ofício, localização da loja de barbeiro e suas relações de parentescos. Ao trabalharmos com esses itens, conseguimos entender melhor o movimento de mudança que o ofício sofreu, assim como responder as indagações do capítulo anterior, em que através da pesquisa quantitativa observamos um grande aumento do número de barbeiros na cidade, mesmo com uma maior organização e repressão da corporação médica para com as artes de cura populares.

Ao enxergarmos essas trajetórias mais detalhadamente, entendemos melhor a transformação pela qual o ofício passou e como o aparente paradoxo se resolve através do deslocamento gradual da atividade de cura do barbeiro para a de estética. Juntamente com essa constatação, observamos também uma mudança expressiva de origem, em que a presença de portugueses ganha uma representatividade significativa, o que interfere nas características gerais do ofício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações ocorridas no ofício de barbeiro-sangrador significaram uma reinterpretação da importância da cura dentro das suas atividades, reposicionando o ofício de barbeiro para outros campos de atuação, como a estética. Essa ressignificação, ocorrida a partir dos anos de 1850, gradativamente deslocou a atividade da sangria, para fora das barbearias, modificação significativa, ocorrida com os barbeiros que historicamente eram associados a cura.

Ao analisarmos o ofício de barbeiro-sangrador na segunda metade do século XIX, tínhamos em mente o quanto esse ofício era significativo dentro do segmento das artes de cura populares. Por utilizar técnicas manuais com contato direto com o sangue, os escravos eram os mais indicados para executar essa tarefa. Embora fosse essencial para a medicina da época, com o passar do tempo e a maior organização da corporação médica, a sangria praticada por barbeiros foi gradativamente desautorizada pela medicina acadêmica. Contudo, mesmo com um discurso de desmerecimento da sangria praticada pelos barbeiros, a maior parte da população ainda tinha como referência seus serviços de cura.

Nosso estudo avança pela segunda metade do XIX, através de documentações nominais, constatando de forma preliminar, que mesmo com o discurso e campanha contra as práticas curativas dos barbeiros-sangradores, o número de barbearias na cidade do Rio de Janeiro aumentou gradativamente por toda a segunda metade do século XIX, ao ponto em que na década de 1870, existisse pelo menos uma barbearia em cada rua do centro da cidade. Além disso, observamos através de mapas feitos para o mesmo período que a presença desses estabelecimentos na cidade era uniforme. A distinção de área conforme a posição social foi imperceptível. Mesmo em localidades mais ricas e com uma maior fiscalização contra as práticas curativas dos barbeiros, as barbearias estavam estabelecidas constantemente. Após constarmos esse aparente paradoxo, foi necessário entender quem era esse barbeiro anunciante no Almanaque na segunda metade do século XIX.

Ao focalizarmos a análise nas trajetórias individuais dos barbeiros anunciantes, esbarramos em outro tipo de perfil, anteriormente não contemplado. Identificamos barbeiros portugueses que chegavam na cidade do Rio de Janeiro na virada da segunda metade do século e trabalhavam como prestadores de serviços, não mais no campo da cura, mas agora no campo da estética. Esta constatação se torna um elemento somativo

na resolução do aparente paradoxo: aumento de barbeiros na cidade em paralelo com o aumento da institucionalização da medicina, cujos representantes pressionavam as autoridades para reprimir as práticas de cura populares. Nossa análise concluiu que um grupo desses barbeiros não praticava a sangria, portanto a fiscalização médica não era cabível e nem necessária, deixando um bom espaço para expansão dessas barbearias.

O que estamos propondo não é uma extinção da atividade curativa dos barbeiros da segunda metade do século XIX. Certamente eles existiam ainda em grande número na cidade (tanto nas lojas, quanto de forma itinerante) até pelo menos a virada do século XIX para o XX. O que chamamos atenção é para a introdução, de forma paulatina, desse novo tipo de barbeiro. Um barbeiro português, que não possuía escravos e tinha no trabalho com a estética sua forma de ofício. Esse novo grupo de barbeiros começou a surgir em decorrência das próprias modificações da cidade a partir da segunda metade do século XIX. Uma cidade que exporta seus escravos para as áreas do vale do Paraíba e continua a atrair migrantes portugueses, que tem no comércio e serviços, sua principal atividade.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

- Arquivo Nacional. Inventário de Antônio José Dutra, Caixa 475 Número. 1975
- Arquivo Nacional. Inventário de José Xavier Esteves, cx 4158 n. 1835.
- Arquivo Nacional. Inventário de Barnabé Antônio Dias, cx 4023 n. 602.
- Arquivo Nacional. Inventário de Antônio Lopes Saraiva, cx. 4005 n. 272.
- Arquivo Nacional. Inventário de Felisberto de Campos, cx. 259 n. 6039
- Arquivo Nacional. Inventário de Antônio José Gomes, Maço 421 Número 5093
- Arquivo Nacional. Inventário de Francisco Antônio Monteiro, Maço 392 Número 3848
- Arquivo Nacional. Inventário de Antônio Rodrigues de Carvalho, Caixa 4253 Número
- Arquivo Nacional inventário de Antônio Caetano Pereira, caixa 354 Número 109
- Arquivo Nacional inventário de Antônio José Raimundo, caixa 3643 Número 1
- Arquivo Nacional inventário de Charles Schimidt, maço- 395 Número 3941
- Arquivo Nacional inventário de João Maria Figueiredo, caixa- 4219 Número 1049
- Arquivo da Cúria Metropolitana do RJ, José Xavier Esteves, Banhos- 1849, caixa 2670, notação- 58669.
- Arquivo da Cúria Metropolitana do RJ, Barnabé Antonio Dias- 1876, Banhos, caixa- 1794, nt- 27465.
- Arquivo da Cúria metropolitana do RJ, Antonio Lopes Saraiva – 1870 Banho.

Fontes Impressas

AlmanakLaemmert- Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brazil, anos de 1844 a 1889.

DEBRET, Jean Baptiste. Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. In: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

WALSH, Robert. Notícias do Brasil (1828-1829). Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/ Edusp, 1985.

Bibliografia Básica

ABREU, Mauricio de Almeida. Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700), 2 vols. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

BARBOSA, Rosana. Um panorama histórico da migração portuguesa para o Brasil, Arquipélago História, 2º série, VII, 2003.

CERUTTI, Simona. (Org.); REVEL, Jacques. Jogos de Escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHALHOUB, Sidney “Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial”. Tese de livre-docência, Campinas, Unicamp, 1996.

_____ “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX).” História Social (UNICAMP), v. 19, p. 33-69, 2010.

DANTAS, Rodrigo Aragão. ; PIMENTA, Tânia Salgado. Sangrar no Rio de Janeiro Oitocentista. In: 5o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional .Sangrar no Rio de Janeiro Oitocentista. 2011. (Encontro). 2011, Porto Alegre. 5o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011.

DELAMARQUE, Elizabete Vianna. Junta Central de Higiene Pública: vigilância e política sanitária. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2011.

EDLER, Flavio. Coelho. A Medicina Brasileira no Século XIX: um balanço historiográfico. Asclépio Revista de Historia de La Medicina y de La Ciencia, Espanha, v. L, n. 2, p. 169-186, 1998.

_____ As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro 1854-1884. Dissertação de Mestrado, USP, 1992.

_____ Saber médico e poder profissional: do contexto luso-brasileiro ao Brasil Imperial. In: Carlos Fideles Ponte; IalêFalleiros. (Org.). Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, v. , p. 25-46.

FERREIRA, Luiz Otávio. O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos da primeira metade do século XIX. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Medicina Impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: Sidney Chalhoub. (Org.). Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social. 1 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves . A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

GINZBURG , Carlos. A micro-história e outros ensaios. Lisboa, Difel, 1989.

GOMES, Flavio dos Santos. ; BARBOSA, Keith de Oliveira . Doenças, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas. Ciências e Letras (Porto Alegre), v. 44, p. 237-260, 2008.

GRINBERG, Keila . "Senhores sem escravos": a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. Almanack Braziliense, v. 6, p. 01, 2007.

JEHA, Silvana. Ganhar a vida. Uma história do barbeiro Antonio José Dutra e sua família. Rio de Janeiro, século XIX. In: USOS DO PASSADO XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 2006, NITERÓI. USOS DO PASSADO XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RIO. Programação geral, 2006.

KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In. A escrita da história: novas perspectivas, Peter Burke, org. São Paulo: Editora UNESP, 1992

_____. A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: Ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. Manguinhos, v. II, 1995/1996.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Educação Particular e Publicidade no AlmanakLaemmert (1844/1859). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

MORETTI, Franco. Atlas do romance europeu, 1800-1900. São Paulo: Bomtempo, 2003.

NORONHA SANTOS. “As freguesias do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

PIMENTA, Tânia Salgado. “Artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-Mor no Brasil do começo do século XIX”. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1997.

_____. Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 349-374, 1998.

_____. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. Cadernos do CEDES (UNICAMP), Campinas, v. 23, n. 59, p. 91-102, 2003a.

_____. O Discurso Médico sobre Escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. In: IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2009.

_____. O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855). Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 2003b.

_____. Sangradores no Rio de Janeiro na primeira metade do Oitocentos. In: Porto, A. (Org.). Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007.

_____. Um guia da vida dos escravos no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX (resenha de obra). História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 2, p. 459-463, 2001.

PIRES, Ana Flávia Cicchelli . A participação dos sangradores no comércio atlântico de escravos. In: XII Encontro Regional de História, 2006, Niterói. Anais do XII Encontro Regional de História, 2006.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em Construção: identidade nacional e conflito antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro, RelumeDumará, 2002.

RIBEIRO, Márcia Moises. Ciência nos Trópicos- a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo, Hucitec, 1997.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Juca Rosa: um pai de santo no Rio de Janeiro Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

_____. Nas trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial, Campinas, UNICAMP, 2001.

SANTOS, Georgina Silva dos. “A arte de sangrar na Lisboa do Antigo Regime”. Tempo, nº19, jul-dez 2005, pp.43-60.

SANTOS FILHO, Lycurgo. História Geral da Medicina Brasileira (1 ed. 1948), Vol. I e II, São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1976.

SERRÃO, Joel. Conspecto histórico da emigração portuguesa. Lisboa, *Análise Social*, ano 8, nº 32, 1970

SOARES, Luiz Carlos. O Povo de Cam na capital do Brasil. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ - Editora 7 Letras, 2007.

SOARES, Marcio Souza. Médicos e Mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VIII, n. Número 2, p. 407-438, 2001.

TOMES, Nancy. “ The Private Side of Public Health : Sanitary Science, Domestic Hygiene, and The Germ Theory, 1870-1900”, *Bulletin of the History of Medicine*, 1990, vol. 64, n.4.

THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa, “ A árvore da liberdade”. v. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

WEBER, Beatriz. As Artes de Curar- medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense. (1889-1928), Bauru, SP/ Santa Maria, RS, EDUSC/ Ed. Da UFSM, 1999.

WITTER, NikelenAcosta . Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura.. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 10, p. 13-25, 2005.

_____. Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil (1845-1880). 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

XAVIER, Regina Célia Lima. Religiosidade e Escravidão, século XIX: mestre Tito. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Anexo- mapas

Mapas de barbeiros-sangradores

Mapa de barbeiros-sangradores 1844/1848



Mapa de barbeiros-sangradores 1849/1853



Mapa de Barbeiros-sangradores 1854/1858



Mapa de Barbeiros- sangradores 1859/63



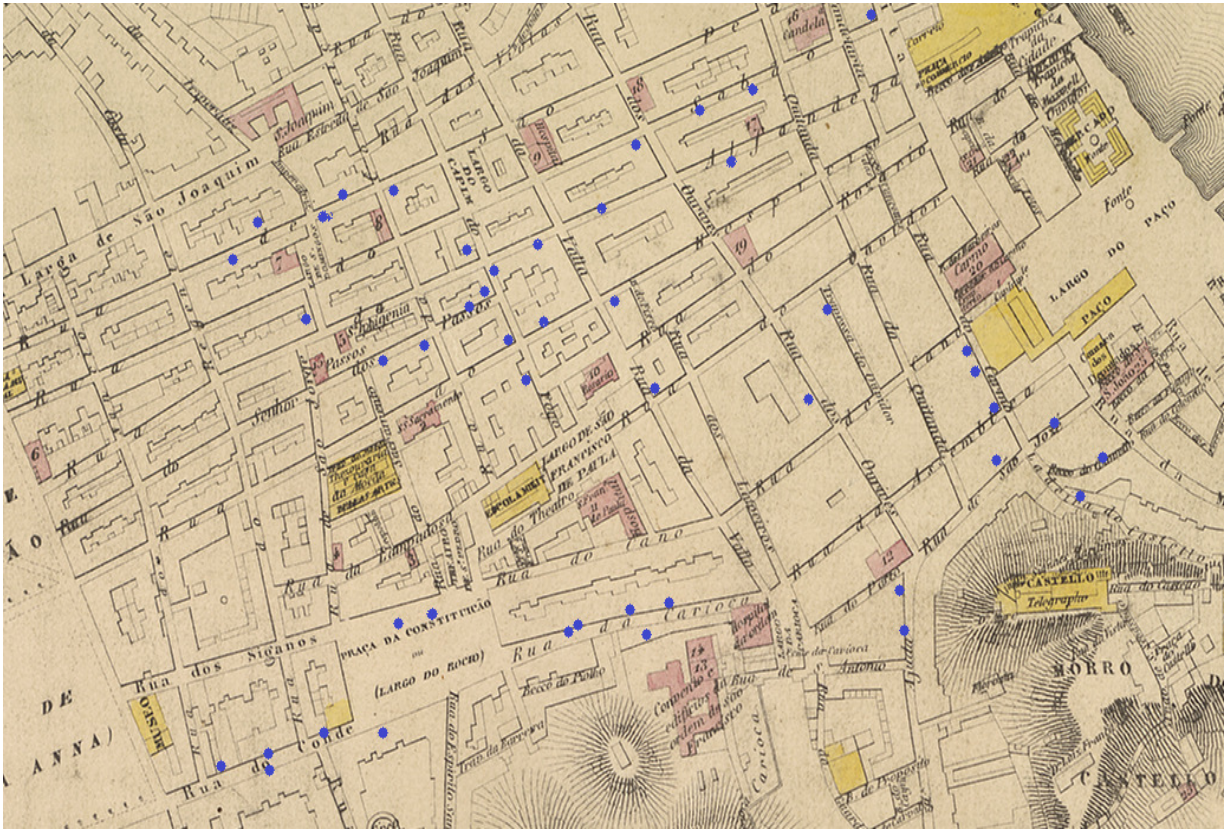
Mapa de Barbeiros-sangradores 1864/68



Mapa de Barbeiros-sangradores 1869/73



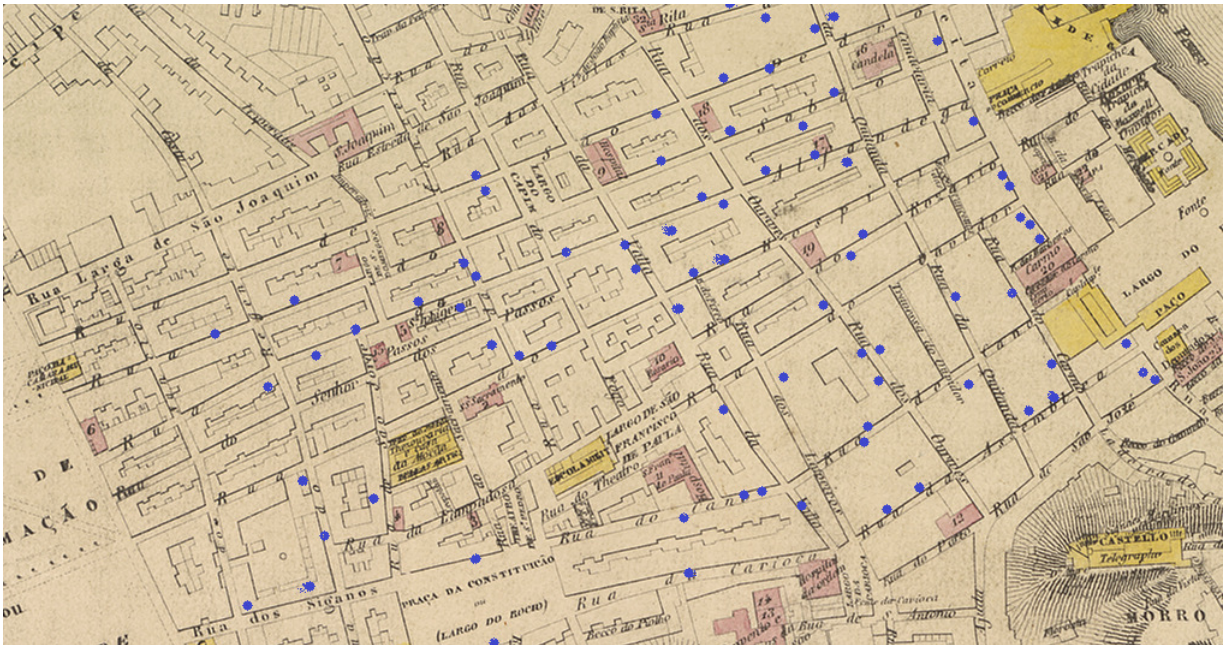
Mapa de Barbeiros-sangradores 1874/78



Mapa de Barbeiros-sangradores 1879/83- 1



Mapa de Barbeiros-sangradores 1884/89- 1



Mapa de Barbeiros-sangradores 1884/89- 2

Mapa de Médicos

Mapa de Médicos 1844/48



Mapa de Médicos 1849/1853

Mapa de Médicos 1854/58



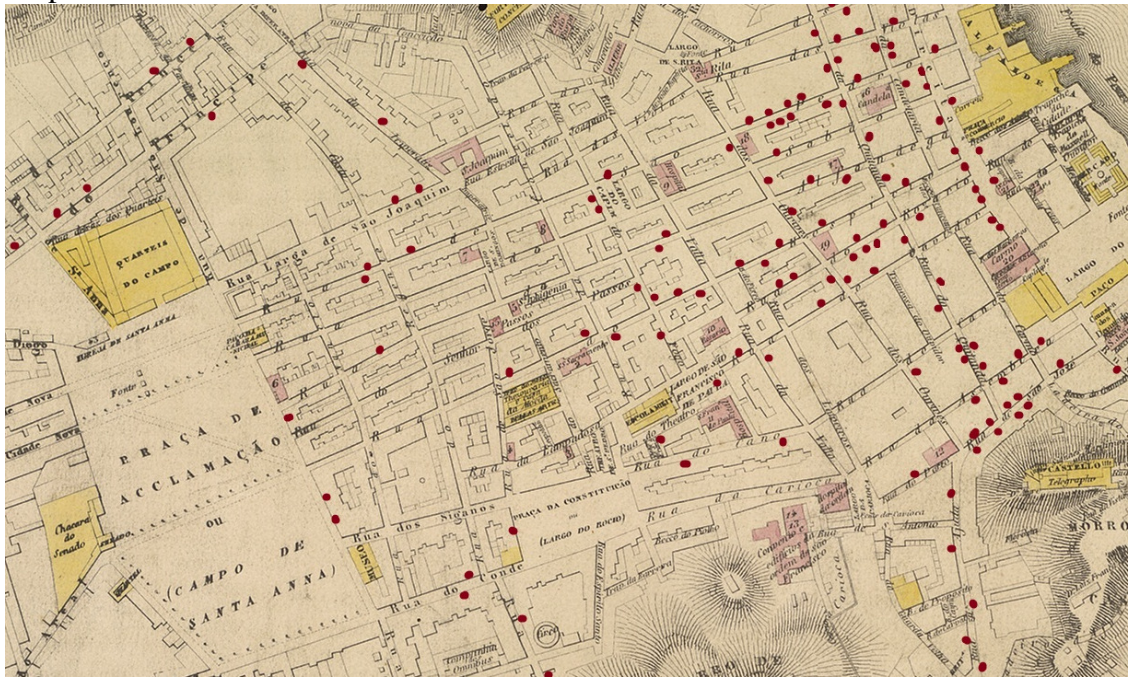
Mapa de Médicos 1859/63



Mapa de Médicos 1864/1868



Mapa de Médicos 1869/73



Mapa de Médicos 1874/78



Mapa de Médicos 1879/1883



Mapa de Médicos 1884/1889

